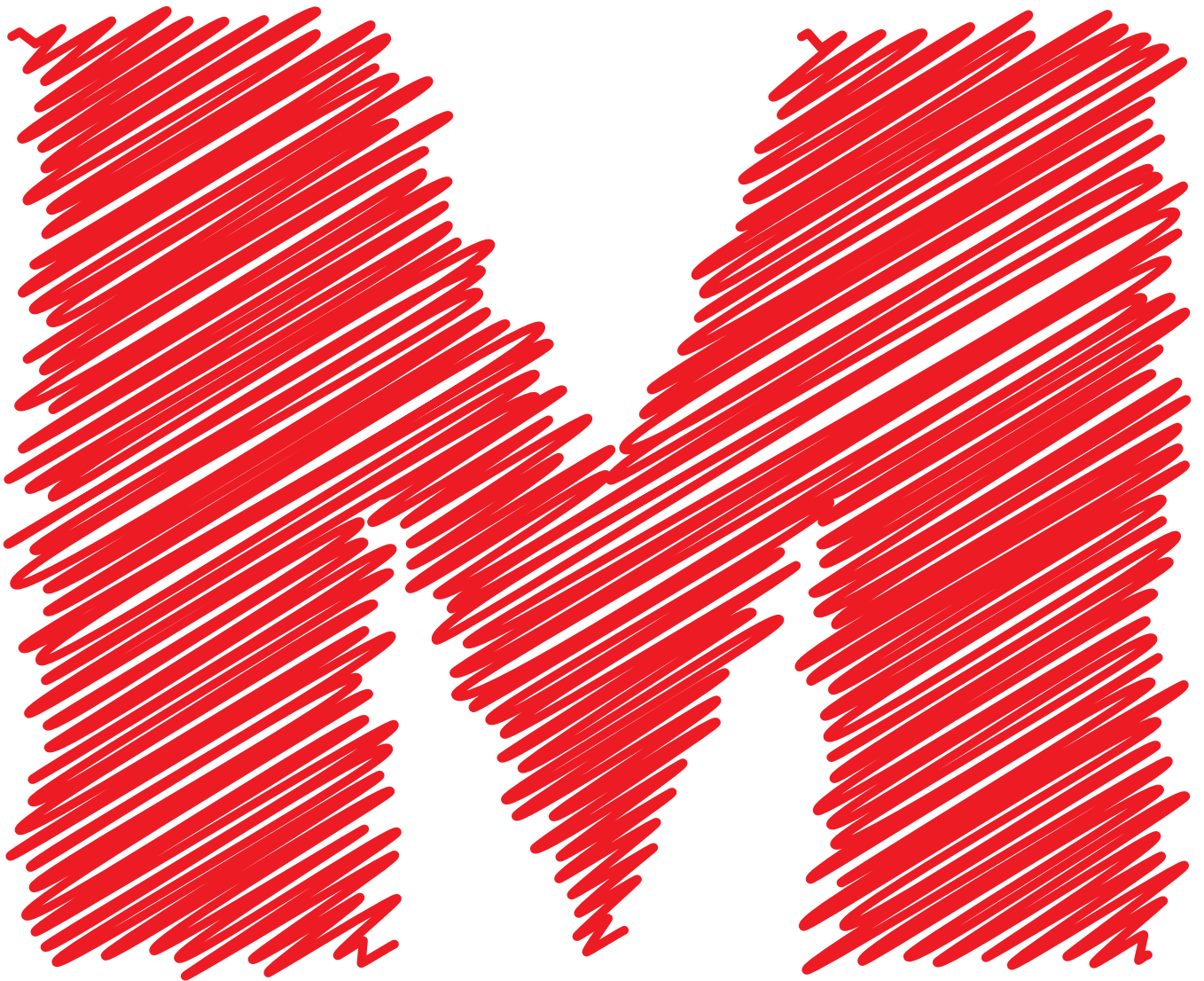


RELATÓRIO E CONTAS 2014

 MAPFRE SEGUROS GERAIS, S.A.





ÍNDICE

- 3** 1. ÓRGÃOS SOCIAIS
- 6** 2. RELATÓRIO DE GESTÃO
- 25** 3. CONTAS ANUAIS 2014
- 34** 4. NOTAS AO BALANÇO E CONTA DE GANHOS
E PERDAS
- 126** 5. CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS
E RELATÓRIO E PARECER DO CONSELHO FISCAL

1 ÓRGÃOS SOCIAIS



CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO (2011-2014)

» **Presidente (não executivo)**
Pedro de Macedo Coutinho de Almeida

» **Vice-Presidente**
Filipe Dumont dos Santos

» **Administrador-Delegado**
António Manuel Cardoso Belo

» **Secretário**
Pedro Ribeiro e Silva

» **Vogais**
António Manuel Cardoso Belo
Francisco Marco Orenes
Ignacio Baeza Gómez
Jesús García Arranz
Jesús Martínez Castellanos
José Luis Catalinas Calleja
José Luis Joló Marín
Juan Fernández Palacios
Matías Salvá Bennasar
Miguel Pedro Caetano Ramos (25.09.2014)

MESA DA ASSEMBLEIA GERAL (2011-2014)

» **Presidente**
Pedro de Macedo Coutinho de Almeida

» **Secretário**
António Manuel Cardoso Belo

CONSELHO FISCAL (2014-2016)

» **Presidente**
José Vieira Bernardo

» **Vogais**
Pedro Manuel Travassos de Carvalho
Filipe Quintas de Oliveira da Palma Carlos

» **Suplente**
José Emílio Cordeiro Fernandes

SOCIEDADE REVISORA OFICIAL DE CONTAS (2014-2016)

» **Ernst & Young Audit & Associados – SROC, S.A.**
representada por:
Ricardo Pinheiro

2 RELATÓRIO DE GESTÃO



1. CONTEXTO ECONÓMICO

Do ponto de vista macroeconómico, o ano 2014 fica marcado por uma melhoria geral da *performance* das diferentes economias mundiais, embora observando assimetrias algo significativas entre as diversas geografias.

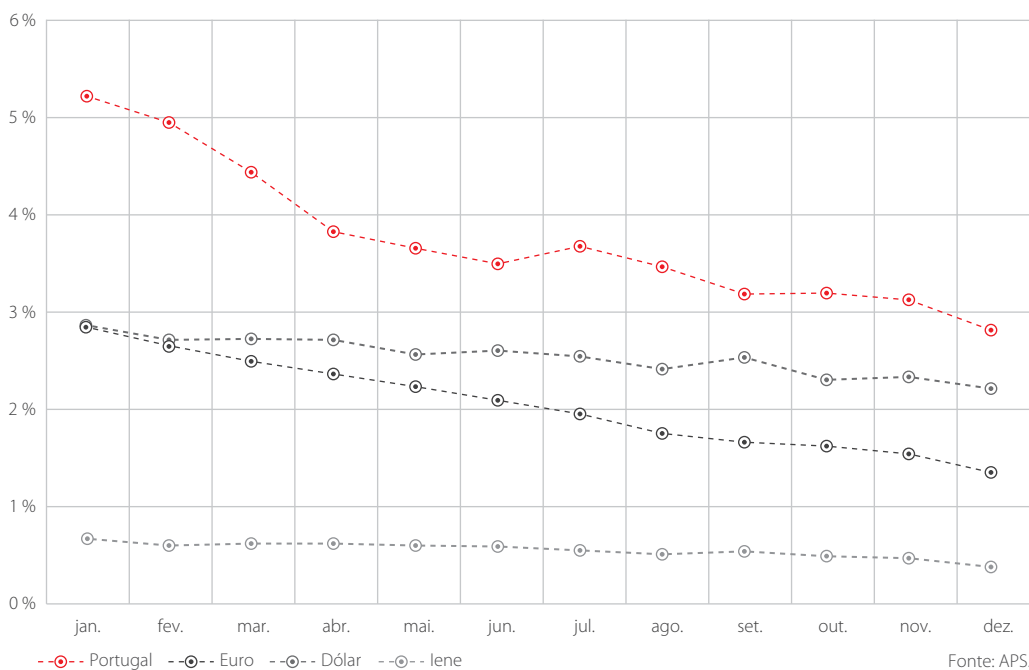
Por um lado, verificou-se uma consolidação da recuperação da economia norte-americana, a qual atingiu índices de crescimento e de criação de emprego bastante próximos dos tempos pré-crise que permitiram à Reserva Federal terminar com o programa de estímulos monetários.

Na União Europeia, o panorama não se afigurou tão favorável. Sendo certo que se assistiu a uma estabilização nos mercados financeiros de dívida pública, não é menos verdade que a economia entrou numa letargia prolongada, apresentando crescimentos muito débeis e vivendo sob uma forte ameaça deflacionista.

Para a economia portuguesa, o ano ficou especialmente marcado pela “saída limpa” do plano de assistência financeira disponibilizado pela *Troika*.

Desta forma, Portugal ficou com as suas necessidades de financiamento totalmente dependentes das condições de mercado, desafio do qual acabou por se sair de forma bastante satisfatória. Com efeito, além de ter conseguido aceder aos montantes desejados com certa normalidade, fê-lo através de taxas de juro sucessivamente mais baixas, acompanhando a tendência da Zona Euro e culminando em níveis menores do que no período pré-crise.

EVOLUÇÃO DAS TAXAS MÉDIAS DA DÍVIDA PÚBLICA (A 10 ANOS) NO ANO 2014



Tendo como pano de fundo esta melhoria das condições de financiamento, que parece expressar um aumento de confiança dos investidores, ao nível interno os indicadores de clima económico e de confiança dos consumidores também continuaram a evidenciar uma evolução positiva, tal como tinha acontecido no final do ano 2013, devendo o PIB ter apresentado um crescimento de 0,9% segundo as últimas estimativas, suportado em grande medida pelo comportamento resiliente das exportações, cuja competitividade beneficiou muito da descida sistemática da cotação do petróleo e da depreciação do euro face ao dólar.

Ainda que a mencionada cifra de crescimento do PIB seja insuficiente para que se possa afirmar categoricamente que as dificuldades estão definitivamente ultrapassadas, é, contudo, bastante relevante por representar uma inversão da tendência negativa dos anos mais recentes.

Por outro lado, a taxa de desemprego desceu aproximadamente 4 pontos percentuais, uma evolução em linha com o retorno do PIB ao crescimento e refletindo a melhoria das expectativas dos agentes económicos. É certo que, como bem têm notado alguns analistas, uma boa parte desta descida deveu-se aos programas especiais de estágio criados pelo Governo, contudo, expurgando esse efeito, ainda assim a taxa observa uma melhoria com significado.

No que concerne ao consumo privado, tal como seria de esperar face às referências nos parágrafos anteriores, verificou-se também uma pequena recuperação. Exemplo disso é o aumento do número de veículos matriculados (36,2% correspondente a quase mais 45.000) e do consumo de combustíveis (cerca de 0,62%), invertendo a queda sucessiva dos anos mais recentes. Por sua vez, o mercado imobiliário pareceu começar a sair do marasmo em que se encontrava mergulhado há alguns anos, beneficiando, entre outros, do programa de "Vistos Gold" e das condições de tributação atrativas estabelecidas para os Não Residentes. Porém, este aumento de atividade de comercialização teve como base os fogos já construídos, não tendo sido suficiente para dinamizar o setor da construção civil, o qual, perante a paralisação das obras públicas, continuou a ver a sua atividade interna reduzida à ínfima expressão, restando-lhe a aposta nos mercados externos.

Relativamente às perspetivas para o ano 2015, vislumbram-se sinais contraditórios. Se, por um lado, a descida acentuada do preço do petróleo e a depreciação do euro se constituem fatores inegavelmente favoráveis, na medida em que dão um forte contributo para a competitividade dos nossos produtos no exterior, ao mesmo tempo que a anunciada chegada de um pacote relevante de fundos estruturais oriundos da União Europeia assumirá certamente um papel catalisador de desenvolvimento, por outro lado, surgem ameaças sérias decorrentes de realidades bem conhecidas: a desalavancagem dos setores público e privado ainda em curso, a estagnação das grandes economias europeias que as impede de exercerem a habitual função de locomotiva e os efeitos negativos da descida do preço do petróleo sobre a economia angolana que nestes anos de crise tinha vindo a servir de escape a muitas empresas e trabalhadores portugueses.

Aguardam-se também com grande expectativa os efeitos concretos do anunciado programa massivo de compra de dívida a levar a cabo pelo Banco Central Europeu, com o intuito de favorecer a dinamização da Zona Euro.

Ao nível político interno, estaremos perante um ano de eleições, das quais sairá um novo Governo, sendo incerto o efeito sobre a economia que a eventual alteração de políticas pode acarretar.

Em suma, de forma muito semelhante ao que aconteceu no início do ano findo, tudo indica que, para o futuro, continuaremos a enfrentar grandes desafios que colocarão um grau de exigência assinalável sobre o desempenho dos diversos agentes económicos.

Indicadores económicos	2010	2011	2012	2013	2014	2015
PIB	1,3	-1,6	-3,2	-1,5	0,9	1,5
Consumo privado	2,2	-3,6	-5,5	-2,0	2,2	2,1
Consumo público	1,8	-3,2	-4,5	-1,5	-0,5	-0,5
Investimento	-5,0	-11,2	-14,4	-8,4	2,2	4,2
Exportações	8,8	7,3	4,1	5,9	2,6	4,2
Importações	5,2	-4,3	-6,9	2,7	6,3	3,1
Taxa de desemprego	10,8	12,7	15,7	17,4	13,1	n.d.
Índice de preços no consumidor	1,4	3,6	2,8	0,5	-0,1	0,7
Deficit contas públicas	9,1	5,9	5,0	5,5	4,8	2,7
Taxa juro Euribor 6 meses	1,251	1,638	0,324	0,389	0,169	n.d.

Fontes: Banco de Portugal, INE, Ministério das Finanças.

Dados em percentagem. Dados de 2014 e 2015 são estimativas.

2. CARACTERIZAÇÃO DO SETOR SEGURADOR

2.1. VENDAS

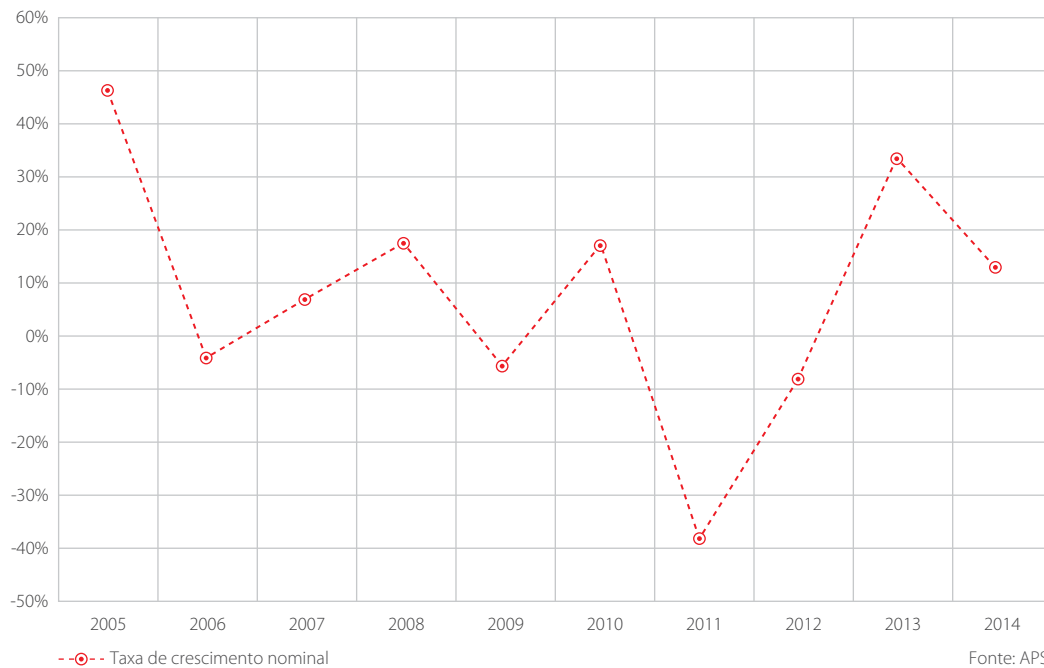
De acordo com os dados da Associação Portuguesa de Seguradores, o setor apresentou um comportamento global positivo, consubstanciado num crescimento de 9,1%, atingindo os 14,3 mil milhões de euros e voltando a situar-se praticamente ao mesmo nível do ano 2009, antes do agudizar da crise económica.

Isso permitiu-lhe melhorar o índice de penetração, aumentando o peso no PIB de 7,7% em 2013 para 8,3% em 2014 e subindo o montante de prémios *per capita* de 1.257 e para 1.379 €.

Esta evolução foi, uma vez mais, muito alavancada pelo desempenho do ramo Vida, que reforçou o seu peso na produção global, tendo os ramos Não Vida mantido o comportamento anémico de há vários anos.

De facto, o segmento Vida atingiu os 10,4 mil milhões de euros, com um crescimento de 12,9%, destacando-se os produtos de PPR com um crescimento de 55,9% em 2014, fenómeno que não parece surpreendente se atendermos, por um lado, ao facto da crise dos últimos anos ter induzido a uma maior consciência de poupança e, por outro, às ameaças diretas de redução das pensões garantidas pelo sistema público. Analisando na perspetiva do risco inerente ao tipo de produto, o crescimento foi mais expressivo nos produtos de poupança associados a garantias de rentabilidade do que nos *Unit-Linked*, talvez como consequência da reação natural dos aforradores à turbulência vivida pelos mercados financeiros nos últimos anos.

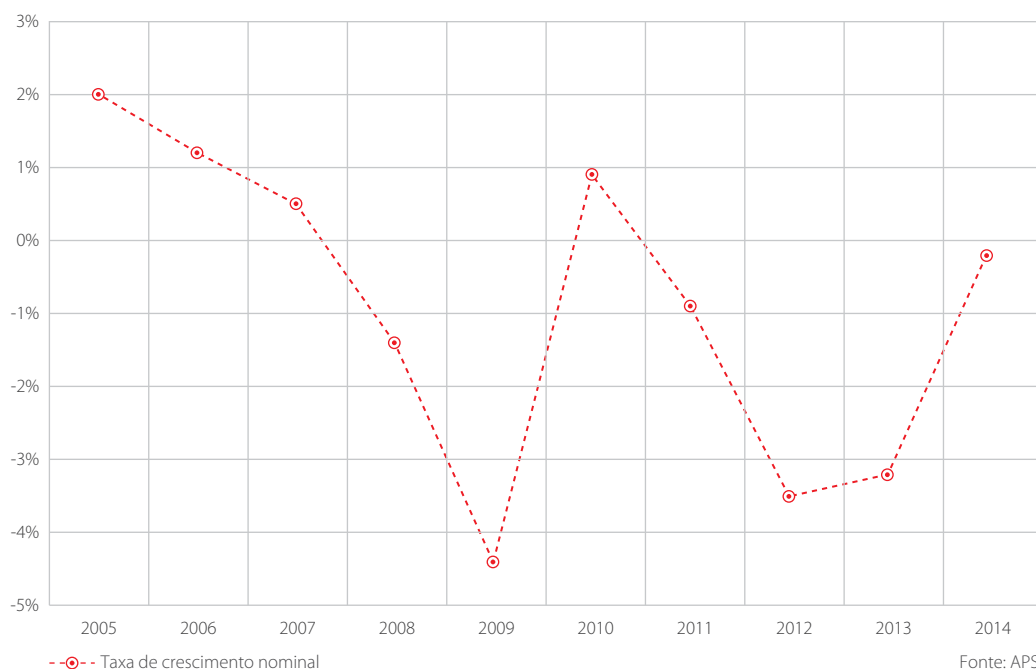
EVOLUÇÃO DAS VENDAS DO RAMO VIDA



O conjunto dos ramos Não Vida atingiu os 3,9 mil milhões de euros, decrescendo 0,2% em relação ao ano anterior, uma cifra que, apesar de menos negativa do que a dos dois últimos anos, cujo decréscimo foi superior a 3%, continua a revelar um desempenho muito débil, relacionado com a forte competitividade entre operadores e a fraca evolução económica, da qual este segmento do setor segurador se encontra bastante dependente.

Não pode deixar de causar preocupação o facto do segmento Não Vida ter crescido em apenas um dos últimos sete anos.

EVOLUÇÃO DAS VENDAS DOS RAMOS NÃO VIDA



O ramo de Doença voltou a destacar-se positivamente, com um acréscimo de 3,3%, mantendo assim o crescimento sustentado que vem apresentando ao longo dos anos.

Já o ramo Automóvel, que continua a representar a maior fatia do segmento Não Vida, contraiu-se cerca de 2%, apesar do parque automóvel ter aumentado, o que revela nova queda do prémio médio, algo inoportuna numa altura em que o consumo de combustíveis já apresenta um crescimento, reflexo de uma maior circulação que induzirá um aumento de sinistralidade a muito breve prazo.

Por sua vez, o ramo de Acidentes de Trabalho, viu o volume de prémios crescer 0,9%, o que representa uma inversão da tendência dos últimos nove anos. Sendo embora uma evolução positiva, parece consensual que estará ainda muito longe do necessário para ajudar a alterar o grave *deficit* de exploração que se tem verificado ano após ano.

Os ramos de Incêndio e Multiriscos continuaram a evidenciar pouco dinamismo, apresentando um decréscimo de 1,2%, enquanto os restantes ramos do portefólio Não Vida, menos representativos, tiveram um incremento global de 1,6% por via do contributo positivo da Responsabilidade Civil e das Perdas Pecuniárias, ao contrário dos Transportes, que se destacaram pela negativa.

2.2. SINISTRALIDADE

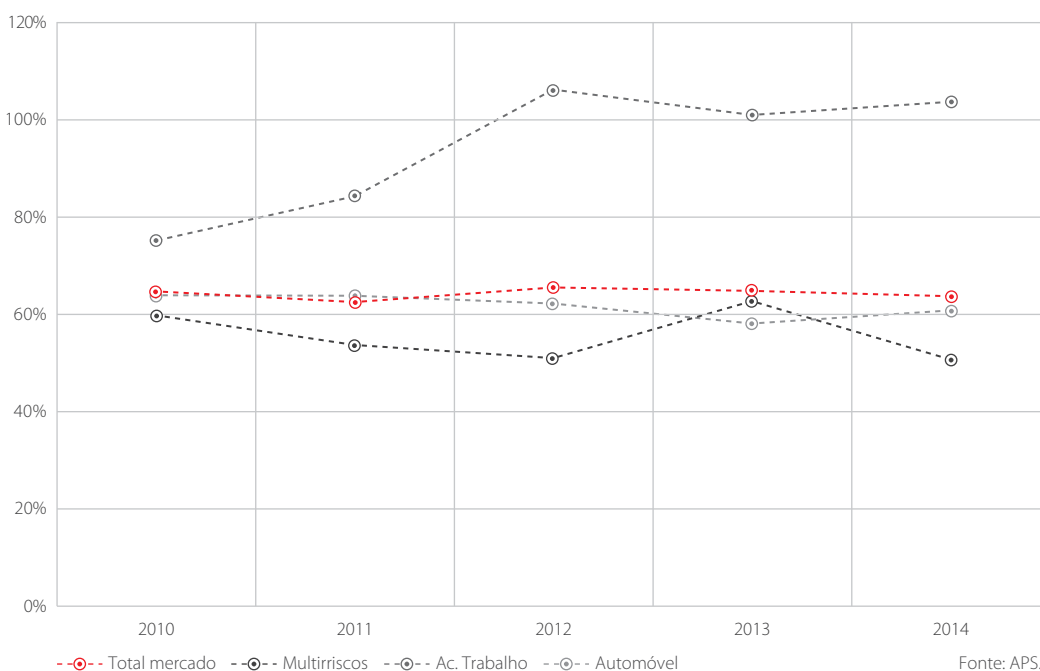
A taxa de sinistralidade da globalidade dos ramos Não Vida (sem incluir provisões complementares de IBNR/IBNER e gastos por natureza imputados à função sinistros) melhorou um ponto percentual em relação ao ano anterior, situando-se em 63,6% dos prémios emitidos.

Esta melhoria foi conseguida à custa da recuperação dos ramos Multiriscos, menos fustigados pelas tempestades de inverno do que no ano anterior, já que nos ramos Automóvel e Acidentes de Trabalho se verificou, em ambos, um agravamento de 2,7 pontos percentuais. No caso do ramo Automóvel, tal poderá estar relacionado com o mau desempenho generalizado no mês de janeiro, bem



como com o aumento da circulação associado à pequena retoma económica. Em relação a Acidentes de Trabalho, a explicação radica certamente na insuficiência de prémios para fazer face às responsabilidades assumidas pelas seguradoras que tem sido responsável pelo desequilíbrio técnico e que tarda em ser corrigido.

EVOLUÇÃO DA TAXA DE SINISTRALIDADE NÃO VIDA (S/ PRÉMIOS EMITIDOS)



Nota: Sinistralidade não inclui provisões complementares para IBNR/IBNER, nem gastos por natureza imputados à função sinistros.

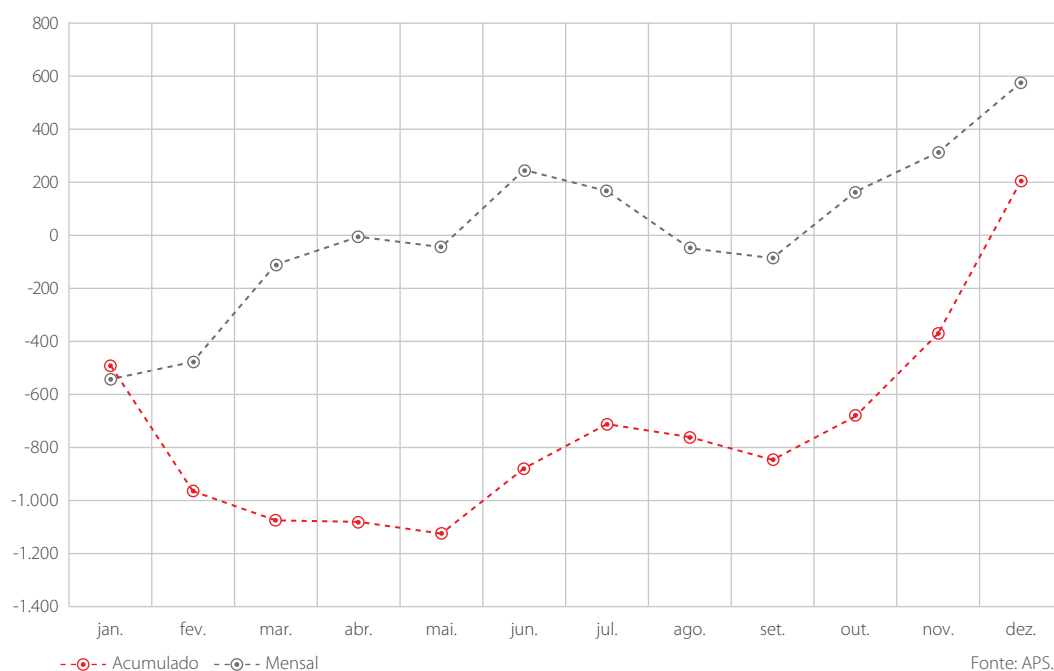
No ramo Vida, a sinistralidade dos produtos de Risco manteve um comportamento consistente com o histórico, situando-se nos 41,5% dos prémios emitidos, uma redução de 1,6 pontos percentuais em relação ao ano anterior, sendo o comportamento ainda mais favorável no caso específico dos produtos de Risco Puro, em que atingiu 33,3% e apresentou uma redução aproximada de 3 pontos.

2.3. FLUXO TÉCNICO DO RAMO VIDA

Uma vez que o ramo Vida assenta o seu volume de negócios em produtos de poupança, maioritariamente de entregas únicas, isto é, em que o prémio é apenas contabilizado num exercício económico enquanto a responsabilidade permanece no passivo da seguradora até ao vencimento contratualizado ou até ao resgate antecipado por solicitação dos clientes, a evolução do fluxo técnico assume bastante importância, pois indica se aumentam ou não as responsabilidades sob gestão, o mesmo é dizer, se aumenta ou não a base de rendimento que contribui para os resultados de exploração técnica.

Apesar de ter terminado em terreno positivo, indiciando um bom desempenho, a verdade é que o comportamento deste indicador não foi consistente ao longo do ano, tendo permanecido negativo em grande parte dos meses, só conseguindo recuperar graças ao desempenho no último trimestre, refletindo a tendência já habitual de concentração de vendas neste período.

EVOLUÇÃO DO FLUXO TÉCNICO DO RAMO VIDA 2014 (MILHÕES €)



2.4. INVESTIMENTOS FINANCEIROS

Tendo por base a última informação disponibilizada pela Associação Portuguesa de Seguradores, ao fecho do terceiro trimestre, que não deverá ter variado significativamente até final do ano, a taxa de cobertura dos passivos observou uma melhoria tanto no ramo Vida como em Não Vida, situando-se no cômputo global em 107% frente aos 103% em igual período do ano anterior, para tal tendo contribuído especialmente a valorização dos ativos em reflexo da recuperação dos mercados financeiros.

No ramo Vida, em que os compromissos de rentabilidade assumidos com os tomadores exigem uma política mais estável, o padrão de distribuição dos investimentos manteve-se praticamente inalterado em relação ao fecho do ano 2013.

Assim, os instrumentos de rendimento fixo continuaram a representar, cerca de 73% do total, embora se tenha verificado um reforço da dívida pública em detrimento da dívida privada. Os restantes tipos de ativos têm um peso individual relativamente pequeno, alguns mesmo residual e não sofreram grandes alterações.

Em relação aos ramos Não Vida, em que a componente financeira assume um papel complementar à exploração técnica pura, ainda que os títulos de rendimento fixo também representem a maior parcela dos investimentos, os de rendimento variável já assumem uma representatividade mais notória e reforçaram-na nos primeiros nove meses do ano.

Este movimento, que pode ter acontecido em reação à baixa continuada das taxas de juro dos títulos de dívida ocorrida ao longo do ano 2014, levou a um decréscimo do peso dos títulos de rendimento fixo, de 57% para 51% (tanto em dívida pública como privada) e dos depósitos de 8% para 5%, ao passo que os investimentos em ações subiram de 6% para 13%.

2.5. RESULTADOS

Embora ainda não estejam disponíveis os dados definitivos dos resultados de exploração, a diminuição dos resultados do setor segurador no ano 2014 é já um dado adquirido.

Logo em julho, os dados disponibilizados pela Associação Portuguesa de Seguradores referente ao fecho do primeiro semestre evidenciavam um resultado líquido de 270 milhões de euros, correspondente a uma redução de 41% frente aos 455 milhões conseguidos em igual período do ano anterior.

Mais recentemente, também a estimativa preliminar publicada pela Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundos de Pensões (ASF) evidencia uma tendência semelhante ao apontar para um resultado de encerramento do exercício ainda mais baixo do que o do semestre, na ordem dos 155 milhões de euros que, a confirmar-se, significa uma queda de aproximadamente 77% em relação a 2013.

De acordo com a informação prestada pela ASF, tiveram influência nesta redução os ganhos extraordinários decorrentes de vendas antecipadas de carteira do ramo Vida por parte de algumas seguradoras no ano 2013 e alguns ajustamentos técnicos impostos por aquela entidade e a queda do universo empresarial Espírito Santo, que teve impactos muito significativos na seguradora do Grupo.

2.6. SOLVÊNCIA

As variações no valor de uma grande parte dos ativos financeiros detidos pelas seguradoras refletem-se no Balanço na rubrica de Capitais Próprios em decorrência da classificação adotada com base nas Normas Internacionais de Contabilidade.

Desta forma, tendo havido um acentuar da recuperação dos mercados financeiros ao longo do ano, é expectável um efeito positivo sobre os Capitais Próprios das seguradoras.

Não obstante, as responsabilidades a cobrir deverão também subir, de modo que o efeito final na cobertura da Margem de Solvência não deve ser muito significativo. De facto, é nesse sentido que aponta a estimativa da Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundos de Pensões, que prevê uma taxa de cobertura de 212%, apenas mais 2 pontos percentuais do que no ano anterior.

3. A ATIVIDADE DA MAPFRE

3.1. INFORMAÇÃO QUALITATIVA

Toda a organização, sem exceção, se viu envolvida na implementação do plano de negócio que foi definido e aprovado no final do ano 2013.

Através deste plano, sustentado em cinco pilares – Crescimento, Desenvolvimento Humano, Valor para os Clientes, Marca, Eficiência e Inovação – pretende-se reforçar o posicionamento da MAPFRE no mercado português, assegurando, em simultâneo, uma rentabilidade adequada a médio prazo.

De acordo com a calendarização das ações a levar a cabo, os primeiros anos são destinados à implementação de ações estruturais de reforço da atividade, nomeadamente ao nível do crescimento da rede de distribuição e da eficiência de processos, como condição indispensável para conseguir atingir mais adiante os objetivos quantitativos propostos.

Por isso, 2014 foi um ano de intensa e diversificada atividade.

Só ao nível de projetos com envolvimento tecnológico, demandados pelas diversas áreas funcionais, tendentes a aumentar a eficiência e o leque de serviços oferecidos aos clientes e à rede de distribuição, foram lançados 33, tendo-se concluído cerca de 2/3.

Uma das vertentes que mereceu uma atenção especial foi a da comunicação, sob a responsabilidade direta do Serviço de Estudos de Mercado e Comunicação, tendo sido objeto de um plano específico de investimento sem precedentes no histórico da MAPFRE em Portugal, envolvendo a televisão, rádio, imprensa escrita e *outdoors*, o qual, ainda que de forma não exclusiva, se centrou na divulgação e criação da marca. Este Serviço patrocinou ainda a implementação de um projeto de venda digital, que representou os primeiros passos no desenvolvimento da estratégia prevista para este canal.

A Área Comercial, nesta fase, dedicou uma parte bastante relevante da sua atividade à implementação de novos métodos de trabalho com o objetivo de potenciar o aumento de produtividade dos colaboradores comerciais, introduzindo, nomeadamente, o manual de atuação comercial e uma nova ferramenta *web* de orientação da atividade – a Agenda Comercial. Além disso, consolidou as alterações organizativas que tinha definido ainda no final do ano anterior e implementou os diversos programas de reforço de captação e desenvolvimento de mediadores, culminando com a abertura de 24 novos pontos de venda com a imagem MAPFRE.

As Unidades de Negócio Particulares e Empresas, que garantem a definição das condições de subscrição e a disponibilidade dos produtos mais adequados às necessidades dos clientes, tiveram a oportunidade de consolidar a estrutura organizacional que tinham começado a implementar na parte final do ano anterior. Dessa estrutura derivou um foco mais especializado, donde resultaram novos produtos, de entre os quais se destacam o inovador *all risks* para empresas, o novo multirriscos habitação e melhorias no produto automóvel.

Mas, ao nível de produtos, o ano fica essencialmente marcado pelo início de comercialização do ramo de Doença, numa parceria realizada com a rede Médis, dotando assim o portefólio da MAPFRE Portugal de um ramo que tem revelado um dinamismo muito interessante de há uns anos a esta parte e que era há muito requerido pelos clientes. A comercialização iniciou-se por altura do verão, tendo revelado uma evolução crescentemente positiva, deixando subjacente boas perspetivas para o ano 2015.

No desenvolvimento da sua atividade, as Unidades de Negócio puderam contar com a colaboração do Serviço de Estudos Técnicos, que as municiou com os estudos e análises de suporte à evolução técnica do negócio e à definição de tarifas suficientes.

Do ponto de vista tecnológico, de entre as ações levadas a cabo pelo Serviço de Tecnologias, além da participação ativa nos já aludidos projetos de desenvolvimento funcional, destaca-se a migração dos servidores para o novo Centro de Processamento de Dados, uma infraestrutura de última geração situada em Alcalá de Henares (Espanha) e dimensionada para servir as diversas operações da MAPFRE no mundo. Importa também referenciar a modernização das soluções de comunicações de voz e dados, implementada com o objetivo de suportar o crescimento de negócio esperado para o futuro.

O Centro de Operações continuou a contribuir com a reconhecida excelência dos seus serviços no atendimento telefónico dos clientes e sinistrados e a suportar a realização de uma série de tarefas e fluxos indispensáveis ao bom funcionamento operacional da Companhia. Dedicou ainda uma parte importante dos seus esforços a campanhas *outbound* de venda, tendo conseguido um sucesso assinalável.

Sob a responsabilidade da Área Financeira, implementou-se no terreno, em lojas piloto antes de alargar a toda a Companhia durante o ano 2015, o novo processo de gestão de recibos que tinha sido desenvolvido no ano anterior. Numa vertente de eficiência de índole mais interna, reformulou o processo de contabilização de comissões, alinhando-o com práticas recomendadas internacionalmente e tornando-o mais eficiente e robusto.

A Gestão de Risco e Controlo Interno continuou a assegurar o funcionamento dos mecanismos inerentes ao caminho para a implementação do Solvência II. Nesse âmbito, coordenou a participação no exercício de *stress test* promovido pelo supervisor, bem como os trabalhos de adaptação ao novo sistema de reporte do Solvência II e na elaboração do relatório FLAOR. Patrocinou ainda a reformulação do processo de implementação de produtos, no sentido de incorporar uma adequada avaliação do risco associado e o seu impacto patrimonial.

A Unidade de Auditoria Interna assegurou o papel de terceira linha de defesa que lhe está acometido no âmbito do mecanismo de gestão de riscos, executando o Plano de Auditoria Interna definido, através da realização de 17 auditorias em 18 previstas, das quais resultaram 6 recomendações de implementação classificadas com grau crítico e 63 com grau médio. Durante o ano, a organização procedeu à implementação efetiva de 56 recomendações, correspondendo a uma percentagem média acumulada ao longo dos anos de 79,2%.

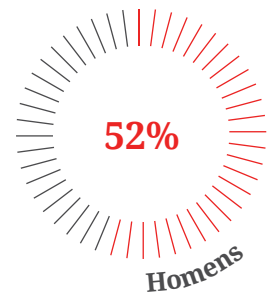
Para levar a cabo toda esta atividade, contamos com um quadro de 252 colaboradores com uma média de idades de 42 anos e uma antiguidade de 13 anos. A igualdade de género é algo que tem vindo a ser potenciado ao longo dos anos, pelo que, em consequência, se verifica uma distribuição muito equilibrada entre homens e mulheres, com 52% e 48%, respetivamente. Cerca de 45% possuem um grau de qualificação académica igual ou superior à licenciatura. Para complementar a formação de base académica, investiram-se 10.160 horas em formação profissional interna e externa, correspondente a uma média superior a 40 horas por colaborador, o volume mais alto de sempre da MAPFRE em Portugal, revelador da importância atribuída à qualificação das pessoas.

Ainda a propósito da aposta no desenvolvimento dos recursos, o Serviço de Recursos Humanos levou a cabo em 2014 a reestruturação da árvore de funções, em alinhamento com a política corporativa do Grupo e como primeiro passo para a implementação de uma eficaz gestão de carreiras.

Fazendo jus aos princípios inerentes à raiz mutualista do Grupo MAPFRE, um ano mais, verificou-se o envolvimento em diversas atividades de Responsabilidade Social através da Fundação MAPFRE. Destacam-se neste âmbito a já tradicional Caravana de Educação Rodoviária, na qual participaram centenas de crianças em idade escolar, a organização de vários seminários ligados à Prevenção e Segurança Laboral, o patrocínio cultural à elaboração da coleção *História Contemporânea de Portugal*

Quadro de colaboradores

A MAPFRE conta com 252 colaboradores e tem vindo a potenciar a igualdade de género ao longo dos anos.



e a dinamização de ações de apoio social, cujos pontos mais altos foram a criação da Bolsa de Manuais Escolares, em colaboração com o Ministério da Educação e Ciência, que envolveu o apoio a 368 alunos carenciados, e a inauguração da Casa de Repouso do Pousal, resultante de uma parceria com a Santa Casa da Misericórdia de Lisboa que se vem cimentando há alguns anos.

3.2. INFORMAÇÃO QUANTITATIVA

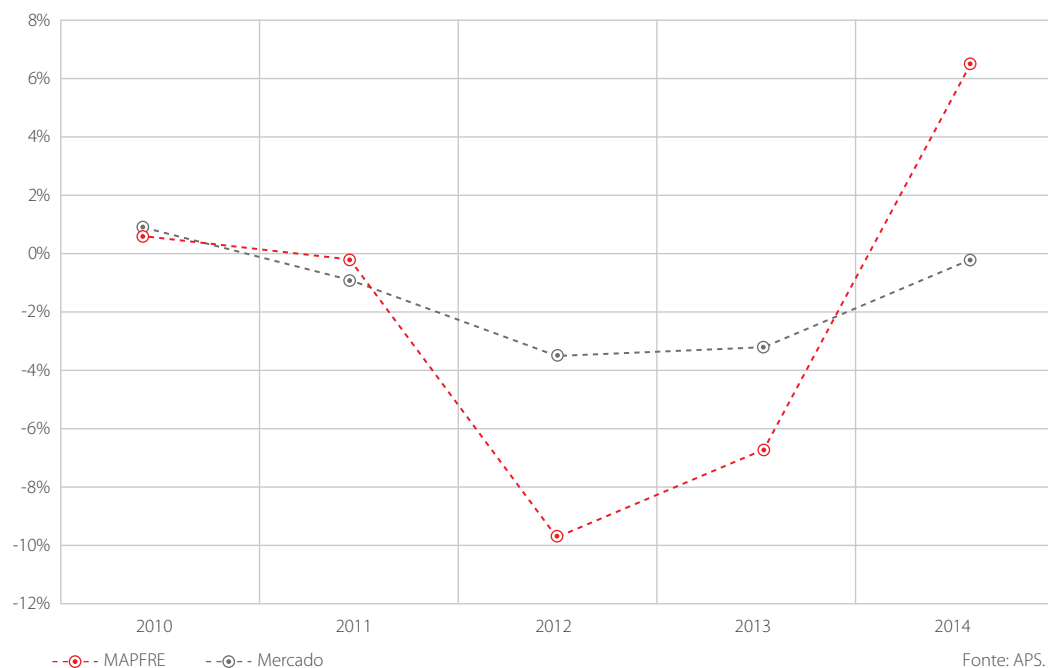
Os dados quantitativos a que faremos referência neste capítulo foram selecionados tendo por base a sua relevância imediata para a compreensão da evolução do negócio numa perspetiva de alto nível. Para um conhecimento mais pormenorizado e aprofundado, sempre se poderá recorrer às Notas ao Balanço e Conta de Ganhos e Perdas que, tal como este Relatório de Gestão, integram o dossiê global de prestação de contas do exercício.

3.2.1. Prémios Emitidos

A debilidade da economia teve, nos últimos anos, uma influência significativa no desempenho de vendas do mercado segurador Não Vida e a MAPFRE não foi exceção, apresentando anualmente decréscimos do volume de prémios emitidos.

Porém, ao longo do ano 2014, foi colocado um foco especial na atividade comercial, tanto do ponto de vista da prospeção de novos clientes como na retenção dos já existentes, do qual resultou uma inversão daquela tendência, tendo-se conseguido atingir um significativo crescimento de 6,5% que compara muito favoravelmente com o decréscimo de 0,2% verificado pelo conjunto do mercado.

TAXA DE CRESCIMENTO VENDAS NÃO VIDA



Este crescimento dos prémios emitidos foi acompanhado do aumento do número de apólices de nova produção e da redução das apólices anuladas, comportamento que levou a um aumento líquido superior a 32.000 apólices, mais do dobro do ano anterior.

Por sua vez, a percentagem de recibos pendentes de cobrança situou-se nos 7,8%, mantendo-se num nível bastante aceitável. Embora esta percentagem corresponda a uma subida de um ponto percentual, convém referir que radica num pequeno número de negócios específicos, cujo processo de cobrança se encontra em curso.

No que concerne à estrutura da carteira, manteve-se sensivelmente igual à do ano anterior, continuando o conjunto dos ramos Automóvel e Acidentes de Trabalho a representar cerca de 75% do total.

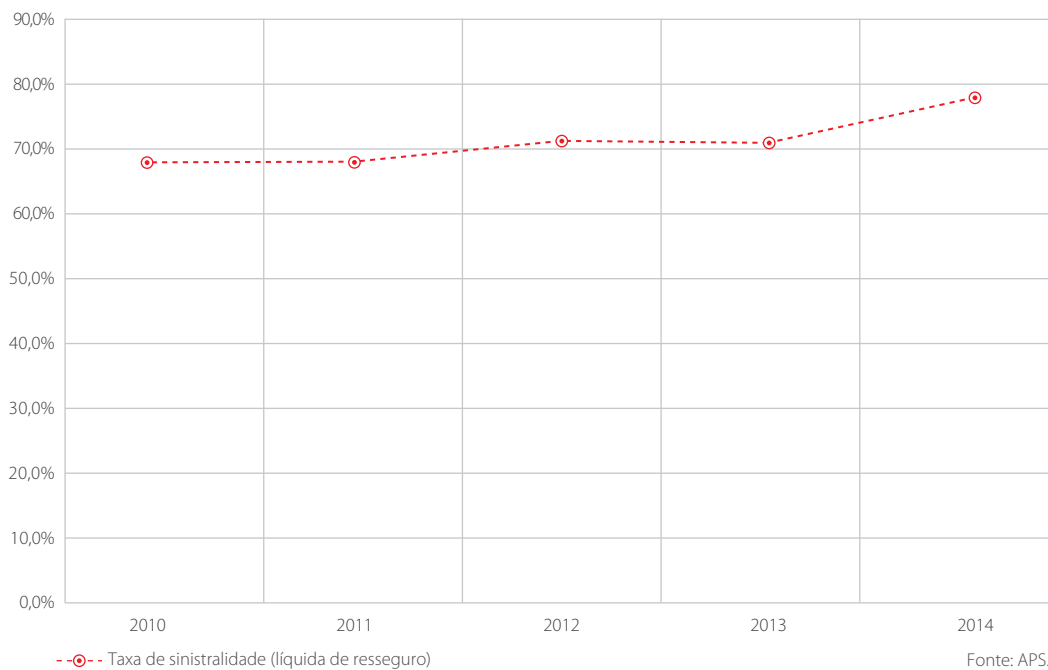
Na prossecução da estratégia corporativa definida pelo Grupo de dispor da melhor e mais especializada oferta de soluções aos seus clientes, foi decidido estabelecer uma parceria com a COSEC – Companhia de Seguros de Crédito, S.A. para a exploração do ramo de Crédito, mediante a qual as apólices em vigor deste ramo foram transferidas para aquela entidade com data de efeito de 1 de dezembro e, em paralelo, a rede de distribuição da MAPFRE passou a disponibilizar as soluções de seguros daquela seguradora, reconhecida pela sua fortaleza neste segmento de negócio.

3.2.2. Sinistralidade

A presença num mercado fortemente concorrencial tem vindo a exigir alguns esforços que exercem uma pressão acrescida sobre os prémios médios e, por consequência, na taxa de sinistralidade.

No caso concreto do ano 2014, a sinistralidade atingiu uma percentagem mais elevada do que nos anos anteriores, impulsionada pelo efeito da crise económica no ramo de Acidentes de Trabalho e por um inverno algo rigoroso, em especial em janeiro, mês no qual foi declarado um número de sinistros do ramo Automóvel sem precedentes. As medidas de controlo entretanto introduzidas deverão produzir os seus efeitos ao longo do ano 2015, esperando-se o regresso a um patamar mais favorável.

EVOLUÇÃO DA TAXA DE SINISTRALIDADE



3.2.3. Investimentos

A Política de Investimentos continuou a estar subordinada aos princípios de prudência desde sempre adotados pela MAPFRE.

Por isso, a estrutura da carteira de ativos, cujo montante médio ascendeu a 141 milhões de euros, não sofreu alterações relevantes em relação aos anos precedentes, continuando a privilegiar os títulos de rendimento fixo, com uma representatividade em torno dos 75% (88% se excluir a participação na filial MAPFRE Seguros de Vida, S.A.), assegurando, simultaneamente, uma adequada diversificação, tanto em termos de entidades emissoras públicas e privadas, como de setores de atividade e geografias.

ESTRUTURA DA CARTEIRA DE INVESTIMENTOS

Tipo de investimento	2010	2011	2012	2013	2014
Bens materiais	0%	1%	1%	0%	1%
Ações e fundos de investimento	19%	23%	25%	23%	23%
Títulos de rendimento fixo	77%	74%	71%	72%	75%
Depósitos a prazo	0%	0%	1%	3%	0%
Depósitos à ordem	4%	2%	3%	2%	1%
Total	100%	100%	101%	100%	100%

Investimento médio.

Num contexto de descida continuada das taxas de juro como aquele que se verificou ao longo do ano 2014, a taxa de rentabilidade média diminuiu ligeiramente para 3,6% (foi de 3,8% no ano anterior).

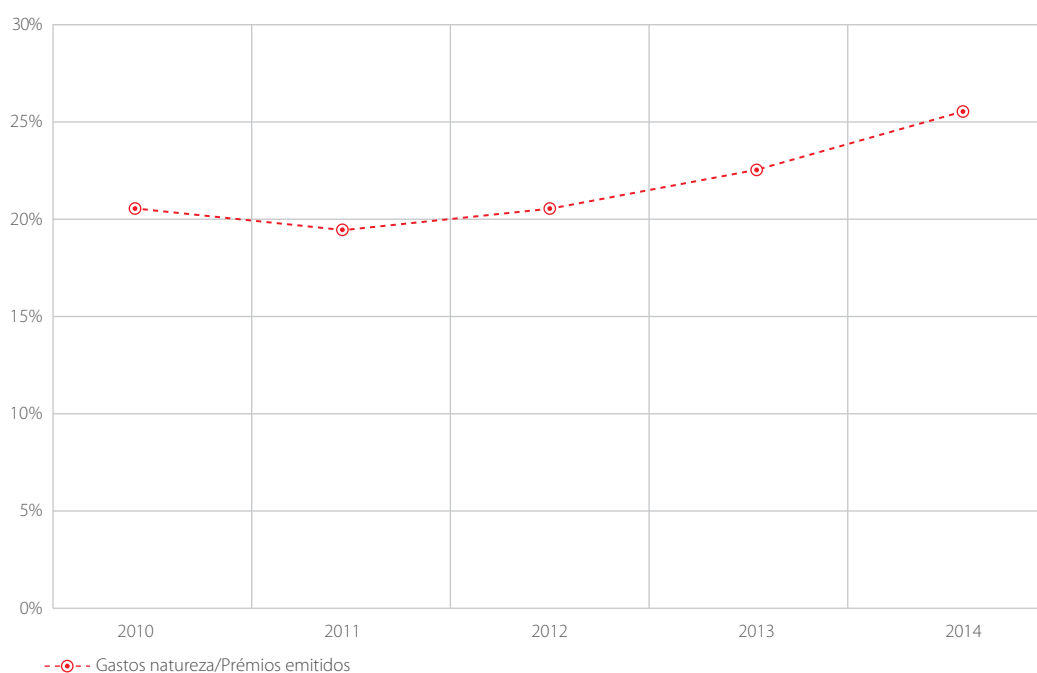
Por outro lado, de forma a aproveitar este movimento de descida das taxas de juro, que nos títulos de dívida equivale a uma valorização da carteira, decidiu-se efetuar uma realização de mais-valias por um valor aproximado de cinco milhões de euros.

3.2.4. Gastos de gestão

A evolução dos gastos foi condicionada pelos investimentos previstos no plano de negócio, com o objetivo de dotar a Companhia das bases humana e material indispensáveis à consecução dos objetivos de crescimento futuro.

Estes investimentos já parcialmente realizados no ano anterior foram intensificados em 2014, motivo pelo qual o rácio de gastos por natureza sobre prémios emitidos, após alguns anos em que se manteve em torno dos 20%, cresceu dois pontos percentuais em 2013 e três pontos em 2014.

EVOLUÇÃO DOS GASTOS POR NATUREZA



3.2.5. Resultados

Em função do comportamento das diversas variáveis que compõem a conta de perdas e ganhos, em especial as mencionadas nos comentários anteriores, o resultado líquido ascendeu a -2,8 milhões de euros, sensivelmente em linha com o previsto no plano de negócio estabelecido para o triénio 2014-2016.

3.2.6. Solvência e Representação das Provisões Técnicas

A forte capitalização da MAPFRE é de há largos anos uma das principais características do seu Balanço, permitindo-lhe apresentar rácios de cobertura da Margem de Solvência e de Representação das Provisões Técnicas bastante elevados.

No ano 2014, beneficiando principalmente do reforço dos Capitais Próprios por via da valorização dos ativos financeiros, o rácio de cobertura da Margem de Solvência atingiu os 526%, correspondente a um crescimento de 42 pontos percentuais em relação ao ano anterior.

No mesmo sentido evoluiu a taxa de cobertura das provisões técnicas. Com efeito, o aumento do valor dos ativos afetos mais do que proporcional ao aumento do valor das provisões técnicas permitiu passar de uma taxa de 140% no ano 2013 para 148% este ano.

Desta forma, a MAPFRE tem reunidas todas as condições para enfrentar sem sobressaltos os desafios inerentes ao novo regime de Solvência II.

3.3. MODELO DE GOVERNO

Atenta às exigências legais impostas pelo Código das Sociedades Comerciais, na revisão de 2006, e à consequente necessidade da fiscalização da Sociedade deixar de ser efetuada pelo Fiscal Único para passar a dever ser efetuada por um Conselho Fiscal e por um revisor ou por uma sociedade de revisores oficiais de contas, a MAPFRE Seguros Gerais procedeu, desde 2007, à atualização do seu modelo de governação.

Em traços gerais, as alterações verificadas incorporaram, na medida do possível e tendo em conta a dimensão da Seguradora, os modernos princípios e recomendações sobre transparência e eficiência do governo societário contidos, nomeadamente, nas alterações ao Código das Sociedades Comerciais, através do Decreto-Lei n.º 185/2009 de 12 de agosto, no Decreto-Lei n.º 2/2009 de 5 de janeiro, na Norma Regulamentar n.º 5/2010 de 1 de abril e na Circular n.º 5/2009 de 19 de fevereiro, ambas do Instituto de Seguros de Portugal.

Neste âmbito, foi adotada uma nova estrutura de administração e fiscalização que compreende os seguintes órgãos:

- » Assembleia Geral – cuja mesa é composta por um Presidente e um Secretário;
- » Conselho de Administração – composto por quatro a dezoito membros eleitos pela Assembleia Geral para mandatos de quatro anos, renováveis, que designa o seu Presidente e um Vice-Presidente, sendo que os poderes de gestão delegáveis, nos termos da lei, são atribuídos a um Administrador-Delegado por ata do próprio Conselho de Administração;
- » Conselho Fiscal – composto por três membros efetivos, um dos quais é o Presidente, e um Suplente, sendo que pelo menos um dos membros efetivos deverá possuir um curso superior adequado ao exercício das suas funções, ter conhecimentos em auditoria ou contabilidade e ser independente, nos termos definidos no Código das Sociedades Comerciais;
- » Revisor Oficial de Contas – função confiada a uma sociedade de Revisores Oficiais de Contas, eleita pela Assembleia Geral sob proposta do Conselho Fiscal.

As alterações estatutárias são sujeitas à aprovação em Assembleia Geral sob proposta do Conselho de Administração.

De acordo com os estatutos da Sociedade, compete ao Conselho de Administração deliberar sobre qualquer assunto da administração da Sociedade e nomeadamente:

- a) Cooptação de administradores;
- b) Pedido de convocação de assembleias gerais;
- c) Relatórios e contas anuais;
- d) Aquisição, alienação e oneração de bens imóveis;
- e) Prestação de cauções e garantias pessoais ou reais pela Sociedade;
- f) Abertura ou encerramento de estabelecimentos ou de partes importantes destes;
- g) Extensões ou reduções importantes da atividade da Sociedade;
- h) Modificações importantes na organização da Sociedade;
- i) Estabelecimento ou cessação de cooperação duradoura e importante com outras empresas;
- j) Projetos de fusão, de cisão e de transformação da Sociedade;
- k) Qualquer outro assunto sobre o qual algum administrador requiera deliberação do Conselho.

O Conselho de Administração reúne obrigatoriamente uma vez por trimestre e delega a gestão dos negócios correntes da Sociedade a um Administrador-Delegado, encontrando-se os poderes delegados, bem como os poderes de gestão corrente, expressos em ata.

3.4. POLÍTICA DE REMUNERAÇÃO DOS ÓRGÃOS DE ADMINISTRAÇÃO

A política de remuneração dos membros dos Conselhos de Administração das sociedades que conformam o Grupo MAPFRE é estabelecida pelo Conselho de Administração da MAPFRE, S.A., segundo as propostas que lhe são efetuadas pelo Comité de Nomeações e Retribuições, órgão delegado daquele Conselho de Administração.

O Código de Bom Governo do Grupo MAPFRE, com data de 2008, prevê expressamente no seu Título II, 2, J) que o Conselho de Administração da MAPFRE, S.A. deve submeter à Assembleia Geral,

como ponto separado da ordem do dia, um relatório explicativo da política de remunerações.

Nos termos do relatório apresentado na Assembleia Geral da MAPFRE, S.A., de 3 de fevereiro de 2010, e atentas as especificidades dos órgãos de administração e de fiscalização da Sociedade MAPFRE Seguros Gerais, S.A., cabe mencionar que os administradores executivos, quando auferirem remunerações por via do desempenho em exclusivo dessas funções, auferem-nas nos termos em que as mesmas se encontram estabelecidas nos seus contratos, que incluem salário fixo, incentivos de quantia variável vinculados aos resultados e após apurados os resultados de exercício, seguros de vida e invalidez, e outras compensações estabelecidas com carácter geral para o pessoal da entidade.

No Conselho de Administração da MAPFRE Seguros Gerais, S.A., atualmente composto por 12 membros, há que distinguir os administradores não executivos dos executivos:

- a) Existe um administrador executivo (o Administrador-Delegado), sendo os restantes não executivos;
- b) De acordo com o que se encontra deliberado na Ata n.º 34 da Assembleia Geral, de 12 de setembro de 2005, a retribuição dos membros não executivos do Conselho de Administração desta Sociedade consiste numa retribuição fixa anual;
- c) Foi ainda deliberado nessa Assembleia que, até deliberação que venha a estabelecer diferentemente, essa retribuição fixa anual será atualizada para os exercícios posteriores pela aplicação da percentagem que se vier a estabelecer para as retribuições salariais do pessoal;
- d) Deliberou-se também nessa Assembleia Geral que todos os membros do Conselho de Administração serão compensados pelas despesas de deslocação e outras que realizem em função da sua presença nas reuniões;
- e) Relativamente aos administradores executivos, apenas o vogal do Conselho de Administração e Administrador-Delegado, António Manuel Cardoso Belo, auferem remuneração por essa qualidade, que é divulgada nos termos legalmente exigíveis, já que seis dos restantes membros do Conselho, incluindo o seu Presidente, desempenham as suas funções como trabalhadores dependentes de empresas que integram o Grupo MAPFRE.

No Conselho Fiscal da MAPFRE Seguros Gerais, S.A., os respetivos membros, incluindo o suplente, apenas auferem uma remuneração única pelo desempenho dessas funções nessa Sociedade, bem como na MAPFRE Seguros de Vida, S.A., nos termos que se encontram estabelecidos nas Atas n.º 42, de 14 de março de 2008, da Assembleia Geral da MAPFRE Seguros Gerais, S.A., e n.º 1, de 27 de outubro de 2009, da Assembleia Geral da MAPFRE Seguros de Vida, S.A., e que são divulgados, do mesmo modo, de acordo com as exigências legais.

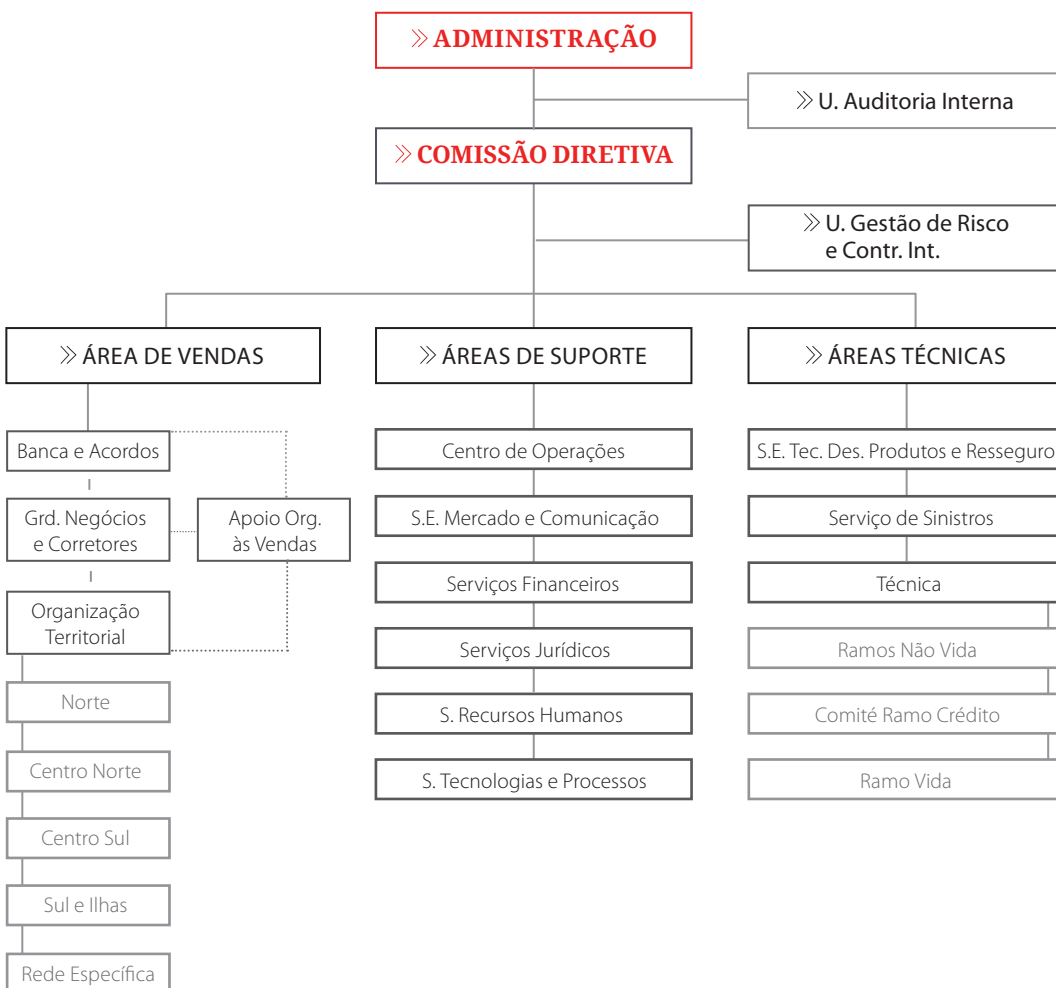
3.5. ESTRUTURA DE CAPITAL

O capital social da MAPFRE Seguros Gerais é de 33.108.650 €, constituído por 6.635.000 ações nominativas, no valor nominal de 4,99 euros, cada uma, detidas pela MAPFRE FAMILIAR, S.A. (99,9994%) e pela MAPFRE GLOBAL RISKS, S.A. (0,0006%).

No ano 2013, verificou-se a passagem para a MAPFRE FAMILIAR da participação anteriormente detida pela MAPFRE INTERNACIONAL em decorrência da reorganização das estruturas de gestão geográfica definida pela matriz do grupo MAPFRE, S.A.

3.6. ESTRUTURA OPERATIVA

Manteve-se sem alterações significativas a estrutura operacional comum aos segmentos de negócio Vida e Não Vida, estabelecida há alguns anos na prossecução de uma estratégia de gestão integrada dos clientes e de obtenção de sinergias aos mais diversos níveis, de acordo com o organigrama seguinte:





4. PERSPETIVAS PARA O FUTURO

Após o primeiro ano de implementação do plano de negócio definido a médio prazo e num contexto de forte competitividade e de incerteza económica, surge a natural necessidade de realizar alguns ajustamentos no sentido de o alinhar com o contexto e assim garantir o seu sucesso, contudo sem se desviar das linhas mestras traçadas.

Com efeito, pretende-se manter as metas globais de reforço do posicionamento da MAPFRE no mercado português, através de ganhos de quota de mercado, acompanhado de medidas adequadas de exploração técnica e de racionalização de gastos, de forma a contribuir para a melhoria da rentabilidade.

Assim, continuaremos a dar uma ênfase especial na ampliação e dinamização da rede de distribuição, numa lógica multicanal, desde a distribuição tradicional através dos mediadores até à aposta nos novos canais digitais, em linha com a estratégia corporativa do Grupo MAPFRE.

Para responder a estes desafios, as Unidades de Negócio desenvolverão os produtos mais adequados a cada canal e a cada segmento de clientes. Em 2015, haverá possibilidade de solidificar os novos lançamentos efetuados no ano 2014, especialmente o ramo de Doença, que terá o seu primeiro ano completo de exploração.

Paralelamente, continuará o esforço de construção de marca, através de investimentos em campanhas publicitárias de notoriedade.

Está desde já garantida a dinamização da atividade das áreas de suporte, na medida em que se encontram elencados e priorizados cerca de quatro dezenas de projetos a desenvolver pelas áreas funcionais com o apoio imprescindível da área de tecnologias, os quais constituirão um pilar importante de sustentação do desenvolvimento do negócio.

Contando com uma equipa de recursos humanos amplamente motivada, totalmente identificada com os objetivos e valores da Companhia, já com provas dadas em outras ocasiões e em cuja formação continuaremos a apostar, estamos convictos de estar ao nosso alcance a consecução das metas a que nos propomos.



5. AGRADECIMENTOS

Num contexto cada vez mais globalizado, toda a atividade desenvolvida não teria o mesmo grau de sucesso sem a colaboração das mais variadas pessoas e entidades que, independentemente da sua forma e cada uma da sua forma, connosco colaboraram ao longo do ano findo.

Cumpre-nos, por isso, agradecer de forma sincera:

- » Aos Clientes, pela renovada confiança que depositaram nos nossos serviços;
- » Aos Empregados, pelo empenhamento e identificação com os objetivos do nosso projeto empresarial;
- » Aos Mediadores, por contribuírem para a desejada dinamização comercial;
- » Aos Fornecedores, pela disponibilidade de bens e serviços indispensáveis à prestação de um serviço de qualidade;
- » Aos Auditores Externos e ao Conselho Fiscal, pela oportunidade das suas aporções;
- » À Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundos de Pensões, pelo seu papel em prol da solidez da atividade seguradora;
- » À Associação Portuguesa de Seguradores, pelo esforço em favor da coesão do setor.

6. APLICAÇÃO DE RESULTADOS

Propomos que o Resultado Líquido do Exercício, negativo no montante de 2.838.289,39 €, seja integralmente incorporado em Reservas Livres que se manterão amplamente positivas em função da acumulação de resultados não distribuídos ao longo de vários anos.

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Pedro de Macedo Coutinho de Almeida (Presidente)	Filipe Dumont dos Santos (Vice-Presidente)	António Manuel Cardoso Belo (Vogal/Administrador-Delegado)
Francisco Marco Orenes (Vogal)	Ignacio Baeza Gómez (Vogal)	Jesús García Arranz (Vogal)
Jesús Martínez Castellanos (Vogal)	José Luis Catalinas Calleja (Vogal)	José Luis Joló Marín (Vogal)
Juan Fernández Palacios (Vogal)	Matías Salvá Bennasar (Vogal)	Miguel Pedro Caetano Ramos (Vogal)

O SECRETÁRIO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Pedro Ribeiro e Silva

3 CONTAS ANUAIS 2014



Euros

Notas do anexo	Demonstração da posição financeira	Exercício 2014			Exercício anterior (2013)
		Valor bruto	Imparidade, depreciações/ amortizações ou ajustamentos	Valor líquido	
	Ativo				
3.2.1.; 8.; 30.	Caixa e seus equivalentes e depósitos à ordem	1.704.595,72		1.704.595,72	1.059.583,88
3.2.2.; 7.	Investimentos em filiais, associadas e empreendimentos conjuntos	21.000.000,00		21.000.000,00	21.000.000,00
	Ativos financeiros detidos para negociação			0,00	0,00
	Ativos financeiros classificados no reconhecimento inicial ao justo valor através de ganhos e perdas			0,00	0,00
	Derivados de cobertura			0,00	0,00
3.2.3.2.1.; 3.5.4.; 6.1.; 6.2.; 6.3.; 6.5.	Ativos financeiros disponíveis para venda	145.562.537,08		145.562.537,08	123.680.961,18
3.2.3.2.2.	Empréstimos concedidos e contas a receber	0,00	0,00	0,00	1.001.275,00
	Depósitos junto de empresas cedentes			0,00	0,00
	Outros depósitos	0,00		0,00	1.001.275,00
	Empréstimos concedidos			0,00	0,00
	Contas a receber			0,00	0,00
	Outros			0,00	0,00
3.2.3.2.3.; 6.1.; 6.2.; 6.5.	Investimentos a deter até à maturidade	0,00		0,00	4.747.447,24
3.2.4.; 3.5.3.; 9.	Terrenos e edifícios	18.819.418,20	4.735.573,65	14.083.844,55	14.489.520,95
	Terrenos e edifícios de uso próprio	18.089.670,73	4.523.526,40	13.566.144,33	14.174.271,97
	Terrenos e edifícios de rendimento	729.747,47	212.047,25	517.700,22	315.248,98
3.2.5.; 10.	Outros ativos tangíveis	7.396.434,50	5.910.829,53	1.485.604,97	1.465.417,30
	Inventários			0,00	0,00
3.2.19.; 7.1.	<i>Goodwill</i>			0,00	0,00
3.2.6.; 12.	Outros ativos intangíveis	5.561.492,36	5.144.050,51	417.441,85	81.852,62
3.2.7.; 4.1.	Provisões técnicas de resseguro cedido	22.896.208,30		22.896.208,30	21.764.050,42
	Provisão para prémios não adquiridos	3.903.078,85		3.903.078,85	3.687.029,88
	Provisão matemática do ramo vida			0,00	0,00
4.1.	Provisão para sinistros	18.993.129,45		18.993.129,45	18.077.020,54
	Provisão para participação nos resultados			0,00	0,00
	Provisão para compromissos de taxa			0,00	0,00
	Provisão para estabilização de carteira			0,00	0,00
	Outras provisões técnicas			0,00	0,00
3.2.8.; 3.5.1.; 23.	Ativos por benefícios pós-emprego e outros benefícios de longo prazo	168.676,00	0,00	168.676,00	171.245,83
3.2.9.; 13.	Outros devedores por operações de seguros e outras operações	16.105.909,06	1.431.295,15	14.674.613,91	11.649.341,61
	Contas a receber por operações de seguro direto	11.252.625,43	1.113.201,78	10.139.423,65	8.674.290,46
4.3.2.	Contas a receber por operações de resseguro	1.384.260,14		1.384.260,14	17.412,21
	Contas a receber por outras operações	3.469.023,49	318.093,37	3.150.930,12	2.957.638,94
	Ativos por impostos e taxas	1.316.174,56		1.316.174,56	1.505.762,01
3.2.17.1.; 24.1.	Ativos por impostos correntes	372.723,24		372.723,24	1.200.318,58
3.2.17.2.; 24.2.	Ativos por impostos diferidos	943.451,32		943.451,32	305.443,43
3.2.13.	Acréscimos e diferimentos	36.383,84		36.383,84	16.498,75
	Outros elementos do ativo	0,00		0,00	0,00
	Ativos não correntes detidos para venda e unidades operacionais descontinuadas				
	Total ativo	240.567.829,62	17.221.748,84	223.346.080,78	202.632.956,79

Euros

Notas do anexo	Demonstração da posição financeira	Exercício 2014	Exercício anterior (2013)
Passivo e capital próprio			
Passivo			
3.5.2.	Provisões técnicas	126.995.097,65	121.288.370,33
3.2.10.1.; 4.1.	Provisão para prémios não adquiridos	22.511.018,30	21.715.849,36
	Provisões matemática do ramo Vida		
3.2.10.4.; 4.1.	Provisão para sinistros	96.995.491,10	93.483.858,12
	De vida		
	De acidentes de trabalho	36.848.629,53	33.118.155,68
	De outros ramos	60.146.861,57	60.365.702,44
	Provisão para participação nos resultados		
	Provisão para compromissos de taxa		
	Provisão para estabilização de carteira		
3.2.10.3.; 4.1.	Provisão para desvios de sinistralidade	2.310.012,39	2.631.377,32
3.2.10.2.; 4.1.	Provisão para riscos em curso	5.178.575,86	3.457.285,53
	Outras provisões técnicas		
3.2.11.	Passivos financeiros da componente de depósito de contratos de seguro e de contratos de seguro e operações considerados para efeitos contabilísticos como contratos de investimento		
	Outros passivos financeiros	28.485,69	44.707,02
	Derivados de cobertura		
	Passivos subordinados		
3.2.11.	Depósitos recebidos de resseguradores	28.485,69	44.707,02
	Outros		
3.2.8.; 3.5.1.; 23.	Passivos por benefícios pós-emprego e outros benefícios de longo prazo	164.151,12	174.253,25
3.2.12.	Outros credores por operações de seguros e outras operações	6.876.835,59	5.489.137,14
	Contas a pagar por operações de seguro direto	4.752.921,88	3.968.645,79
4.3.2.	Contas a pagar por operações de resseguro	670.897,67	543.438,56
7.	Contas a pagar por outras operações	1.453.016,04	977.052,79
	Passivos por impostos	8.103.641,49	4.667.584,52
3.2.17.1.; 24.1.	Passivos por impostos correntes	2.611.881,76	2.284.005,76
3.2.17.2.; 24.2.	Passivos por impostos diferidos	5.491.759,73	2.383.578,76
3.2.13.	Acréscimos e diferimentos	4.643.928,63	3.281.795,59
3.2.14.; 13.	Outras provisões	80.659,30	23.787,09
	Outros elementos do passivo		
	Passivos de um grupo para alienação classificado com detido para venda		
	Total passivo	146.892.799,47	134.969.634,94
Capital próprio			
25.	Capital	33.108.650,00	33.108.650,00
	(Ações próprias)		
	Outros instrumentos de capital		
26.	Reservas de reavaliação	24.407.821,00	9.652.731,69
	Por ajustamentos no justo valor de investimentos em filiais, associadas e empreendimentos conjuntos		
	Por ajustamentos no justo valor de ativos financeiros disponíveis para venda	24.407.821,00	9.652.731,69
	Por revalorização de terrenos e edifícios de uso próprio		
	Por revalorização de outros ativos tangíveis		
	Por revalorização de ativos intangíveis		
	Por ajustamentos no justo valor de instrumentos de cobertura em coberturas de fluxos de caixa		
	Por ajustamentos no justo valor de cobertura de investimentos líquidos em moeda estrangeira		
	De diferenças de câmbio		
26.	Reserva por impostos diferidos	-5.491.759,73	-2.364.919,27
26.	Outras reservas	27.266.859,43	27.159.637,78
	Resultados transitados	0,00	100.630,10
	Resultado do exercício	-2.838.289,39	6.591,55
	Total capital próprio	76.453.281,31	67.663.321,85
	Total passivo e capital próprio	223.346.080,78	202.632.956,79

Euros

Notas do anexo	Conta de ganhos e perdas	Exercício 2014			Exercício anterior (2013)	
		Técnica Vida	Técnica Não Vida	Não Técnica		Total
3.2.16.; 14.	Prêmios adquiridos líquidos de resseguro		72.694.902,58		72.694.902,58	71.719.560,32
	Prêmios brutos emitidos		92.050.971,14		92.050.971,14	86.417.407,71
	Prêmios de resseguro cedido		18.367.137,84		18.367.137,84	15.785.563,17
	Prêmios para provisão não adquiridos (variação)		1.200.224,47		1.200.224,47	-2.222.244,18
	Provisão para prêmios não adquiridos, parte resseguradores (variação)		211.293,75		211.293,75	-1.134.528,40
	Comissões de contratos de seguro e operações considerados para efeitos contabilísticos como contratos de investimento ou como contratos de prestação de serviços					
	Custos com sinistros, líquidos de resseguro		62.344.823,82		62.344.823,82	56.282.996,20
	Montantes pagos		59.749.299,75		59.749.299,75	58.408.547,23
Anexo 3.1. e 3.2.	Montantes brutos		71.000.214,71		71.000.214,71	72.937.372,01
	Parte dos resseguradores		11.250.914,96		11.250.914,96	14.528.824,78
	Provisão para sinistros (variação)		2.595.524,07		2.595.524,07	-2.125.551,03
3.2.10.4.; Anexo 3.1. e 3.2.	Montante bruto		3.511.632,98		3.511.632,98	-1.574.433,22
	Parte dos resseguradores		916.108,91		916.108,91	551.117,81
3.2.10.2.; 3.2.10.3.	Outras provisões técnicas, líquidas de resseguro (variação)		1.399.925,40		1.399.925,40	1.256.314,53
	Provisão matemática do ramo Vida, líquida de resseguro (variação)					
	Montante bruto					
	Parte dos resseguradores					
	Participação nos resultados, líquida de resseguro					
	Custos e gastos de exploração líquidos		22.312.250,40		22.312.250,40	19.536.640,37
3.2.15.; 15.; 21.	Custos de aquisição		20.729.418,89		20.729.418,89	17.133.997,29
	Custos de aquisição diferidos (variação)		-405.055,53		-405.055,53	168.263,38
	Gastos administrativos		4.925.113,21		4.925.113,21	4.845.444,69
3.2.16.	Comissões e participação nos resultados de resseguro		2.937.226,17		2.937.226,17	2.611.064,99
3.2.3.2.1.; 16.2.1.	Rendimentos		5.410.075,75	0,00	5.410.075,75	5.367.481,78
	De juros de ativos financeiros não valorizados ao justo valor por via de ganhos e perdas		5.374.477,22		5.374.477,22	5.263.739,21
	De juros de passivos financeiros não valorizados ao justo valor por via de ganhos e perdas				0,00	0,00
	Outros		35.598,53		35.598,53	103.742,57
16.2.2.	Gastos financeiros		975.638,04	0,00	975.638,04	726.615,19
	De juros de ativos financeiros não valorizados ao justo valor por via de ganhos e perdas		429.087,39		429.087,39	210.575,68
	De juros de passivos financeiros não valorizados ao justo valor por via de ganhos e perdas				0,00	0,00
	Outros		546.550,65		546.550,65	516.039,51

(Continua)

(Continuação)

Euros

Notas do anexo	Conta de ganhos e perdas	Exercício 2014			Exercício anterior (2013)	
		Técnica Vida	Técnica Não Vida	Não Técnica		Total
17.	Ganhos líquidos de ativos e passivos financeiros não valorizados ao justo valor através de ganhos e perdas		5.487.134,36	0,00	5.487.134,36	788.893,42
	De ativos disponíveis para venda		5.487.134,36		5.487.134,36	788.389,77
	Ativos por impostos e taxas				0,00	0,00
	Ativos por impostos correntes				0,00	0,00
	Ativos por impostos diferidos				0,00	0,00
	De outros				0,00	503,65
	Outros elementos do ativo		0,00	0,00	0,00	0,00
	Ativos não correntes detidos para venda e unidades operacionais descontinuadas				0,00	0,00
	TOTAL ATIVO				0,00	0,00
	Diferenças de câmbio				0,00	0,00
	Ganhos líquidos de ativos não financeiros que não estejam classificados como ativos não correntes detidos para venda e unidades operacionais descontinuadas				0,00	0,00
3.2.3.2.4.; 3.5.4.; 6.3.	Perdas de imparidade (líquidas de reversão)		125.519,74	0,00	125.519,74	200.020,60
	De ativos disponíveis para venda				0,00	0,00
	De empréstimos e contas a receber valorizados a custo amortizado				0,00	0,00
	De investimentos a deter até à maturidade				0,00	0,00
	De outros		125.519,74		125.519,74	200.020,60
7.	Outros rendimentos/gastos técnicos, líquidos de resseguro		-47.231,11		-47.231,11	75.510,37
	Outras provisões (variação)			8.098,05	8.098,05	119.025,21
13.	Outros rendimentos/gastos			423.453,28	423.453,28	470.047,30
	<i>Goodwill</i> negativo reconhecido imediatamente em ganhos e perdas				0,00	0,00
	Ganhos e perdas de associadas e empreendimentos conjuntos contabilizados pelo método da equivalência patrimonial				0,00	0,00
	Ganhos e perdas de ativos não correntes (ou grupos para alienação) classificados como detidos para venda				0,00	0,00
	Resultado líquido antes de impostos		-3.613.275,82	415.355,23	-3.197.920,59	299.881,09
3.2.17.1.; 3.5.5.; 24.1.	Imposto sobre o rendimento do exercício – Impostos correntes			297.036,18	297.036,18	280.430,63
3.2.17.2.; 24.2.	Imposto sobre o rendimento do exercício – Impostos diferidos			-656.667,38	-656.667,38	12.858,91
	Resultado líquido do exercício		-3.613.275,82	774.986,43	-2.838.289,39	6.591,55

Euros

Notas do anexo	Demonstração de variações do capital próprio	Capital social	Reservas de reavaliação	Reserva por impostos diferidos	Outras reservas			Resultados transitados	Resultado do exercício	Total
			Por ajustamentos no justo valor de ativos financeiros disponíveis para venda		Reserva legal	Prémios de emissão	Outras reservas			
	Balço em 31 de dezembro 2013 (balço de abertura)	33.108.650,00	9.652.731,69	-2.364.919,27	4.148.461,94	2.979.548,04	20.031.627,80	100.630,10	6.591,55	67.663.321,85
	Correções de erros (IAS 8) – Nota 35									0,00
	Alterações políticas contabilísticas (IAS 8) – Nota 35									0,00
	Balço de abertura alterado	33.108.650,00	9.652.731,69	-2.364.919,27	4.148.461,94	2.979.548,04	20.031.627,80	100.630,10	6.591,55	67.663.321,85
	Aumentos/reduções de capital									0,00
	Transação de ações próprias									0,00
	Ganhos líquidos por ajustamentos no justo valor de filiais, associadas e empreendimentos conjuntos									0,00
3.2.3.2.1.	Ganhos líquidos por ajustamentos no justo valor de ativos financeiros disponíveis para venda		14.755.089,31	-3.126.840,46						11.628.248,85
	Ganhos líquidos por ajustamentos por revalorização de terrenos e edifícios de uso próprio									0,00
	Ganhos líquidos por ajustamentos por revalorizações de outros ativos tangíveis									0,00
	Ganhos líquidos por ajustamentos por revalorizações de ativos intangíveis									0,00

(Continua)

(Continuação)

Euros

Notas do anexo	Demonstração de variações do capital próprio	Capital social	Reservas de reavaliação		Outras reservas			Resultados transitados	Resultado do exercício	Total	
			Por ajustamentos no justo valor de ativos financeiros disponíveis para venda	Reserva por impostos diferidos	Reserva legal	Prémios de emissão	Outras reservas				
	Ganhos líquidos por ajustamentos de instrumentos de cobertura em cobertura de fluxos de caixa									0,00	
	Ganhos líquidos por ajustamentos de instrumentos de cobertura de investimentos líquidos em moeda estrangeira									0,00	
	Ganhos líquidos por diferenças por taxa de câmbio									0,00	
3.2.17.2.	Ajustamentos por reconhecimento de impostos diferidos									0,00	
26.	Aumentos de reservas por aplicação de resultados				659,16				5.932,39	-6.591,55	0,00
	Distribuição de reservas										0,00
25.1	Distribuição de lucros/prejuízos										0,00
	Alterações de estimativas contabilísticas										0,00
	Outros ganhos/perdas reconhecidos diretamente no capital próprio										0,00
	Transferências entre rubricas de capital próprio não incluídas noutras linhas							100.630,10	-100.630,10		0,00
	Total das variações do capital próprio	0,00	14.755.089,31	-3.126.840,46	659,16	0,00	106.562,49	-100.630,10	-6.591,55	11.628.248,85	
	Resultado líquido do exercício								-2.838.289,39	-2.838.289,39	
	Distribuição antecipada de lucros									0,00	
	Balanço em 31 de dezembro 2014	33.108.650,00	24.407.821,00	-5.491.759,73	4.149.121,10	2.979.548,04	20.138.190,29	0,00	-2.838.289,39	76.453.281,31	

Euros

Notas do anexo	Demonstração de variações do capital próprio	Capital social	Reservas de reavaliação	Reserva por impostos diferidos	Outras reservas			Resultados transitados	Resultado do exercício	Total
			Por ajustamentos no justo valor de ativos financeiros disponíveis para venda		Reserva legal	Prémios de emissão	Outras reservas			
	Balanço em 31 de dezembro 2013 (balanço de abertura)	33.108.650,00	466.539,48	-123.632,96	3.719.844,43	2.979.548,04	16.224.385,24	50.315,05	4.286.175,12	60.711.824,40
	Correções de erros (IAS 8) – Nota 35									0,00
	Alterações políticas contabilísticas (IAS 8) – Nota 35									0,00
	Balanço de abertura alterado	33.108.650,00	466.539,48	-123.632,96	3.719.844,43	2.979.548,04	16.224.385,24	50.315,05	4.286.175,12	60.711.824,40
	Aumentos/reduções de capital									0,00
	Transação de ações próprias									0,00
	Ganhos líquidos por ajustamentos no justo valor de filiais, associadas e empreendimentos conjuntos									0,00
3.2.3.2.1.	Ganhos líquidos por ajustamentos no justo valor de ativos financeiros disponíveis para venda		9.186.192,21	-2.241.286,31						6.944.905,90
	Ganhos líquidos por ajustamentos por revalorização de terrenos e edifícios de uso próprio									0,00
	Ganhos líquidos por ajustamentos por revalorizações de outros ativos tangíveis									0,00
	Ganhos líquidos por ajustamentos por revalorizações de ativos intangíveis									0,00
	Ganhos líquidos por ajustamentos de instrumentos de cobertura em cobertura de fluxos de caixa									0,00

(Continua)

(Continuação)

Euros

Notas do anexo	Demonstração de variações do capital próprio	Capital social	Reservas de reavaliação		Outras reservas			Resultados transitados	Resultado do exercício	Total
			Por ajustamentos no justo valor de ativos financeiros disponíveis para venda	Reserva por impostos diferidos	Reserva legal	Prémios de emissão	Outras reservas			
	Ganhos líquidos por ajustamentos de instrumentos de cobertura de investimentos líquidos em moeda estrangeira									0,00
	Ganhos líquidos por diferenças por taxa de câmbio									0,00
3.2.17.2.	Ajustamentos por reconhecimento de impostos diferidos									0,00
26.	Aumentos de reservas por aplicação de resultados				428.617,51		3.807.242,56	50.315,05	-4.286.175,12	0,00
	Distribuição de reservas									0,00
25.1.	Distribuição de lucros/prejuízos									0,00
	Alterações de estimativas contabilísticas									0,00
	Outros ganhos/perdas reconhecidos diretamente no capital próprio									0,00
	Transferências entre rubricas de capital próprio não incluídas noutras linhas									0,00
	Total das variações do capital próprio	0,00	9.186.192,21	-2.241.286,31	428.617,51	0,00	3.807.242,56	50.315,05	-4.286.175,12	6.944.905,90
	Resultado líquido do exercício								6.591,55	6.591,55
	Distribuição antecipada de lucros									0,00
	Balanço em 31 de dezembro 2013	33.108.650,00	9.652.731,69	-2.364.919,27	4.148.461,94	2.979.548,04	20.031.627,80	100.630,10	6.591,55	67.663.321,85

Euros

Notas do anexo	Demonstração do rendimento integral	Exercício 2014	Exercício anterior (2013)
	Resultado líquido do exercício	-2.838.289,39	6.591,55
	Outro rendimento integral do exercício	9.267.954,95	8.397.802,44
	Ganhos líquidos por ajustamentos no justo valor de ativos financeiros disponíveis para venda	14.755.089,31	9.186.192,21
17.	Reclassificação de ganhos e perdas em resultados do exercício	5.487.134,36	788.389,77
	Reconhecimento de impostos diferidos	-3.126.840,46	-2.241.286,31
	Total do rendimento integral líquido de impostos	3.302.825,10	6.163.107,68

4 NOTAS AO BALANÇO E CONTA DE GANHOS E PERDAS

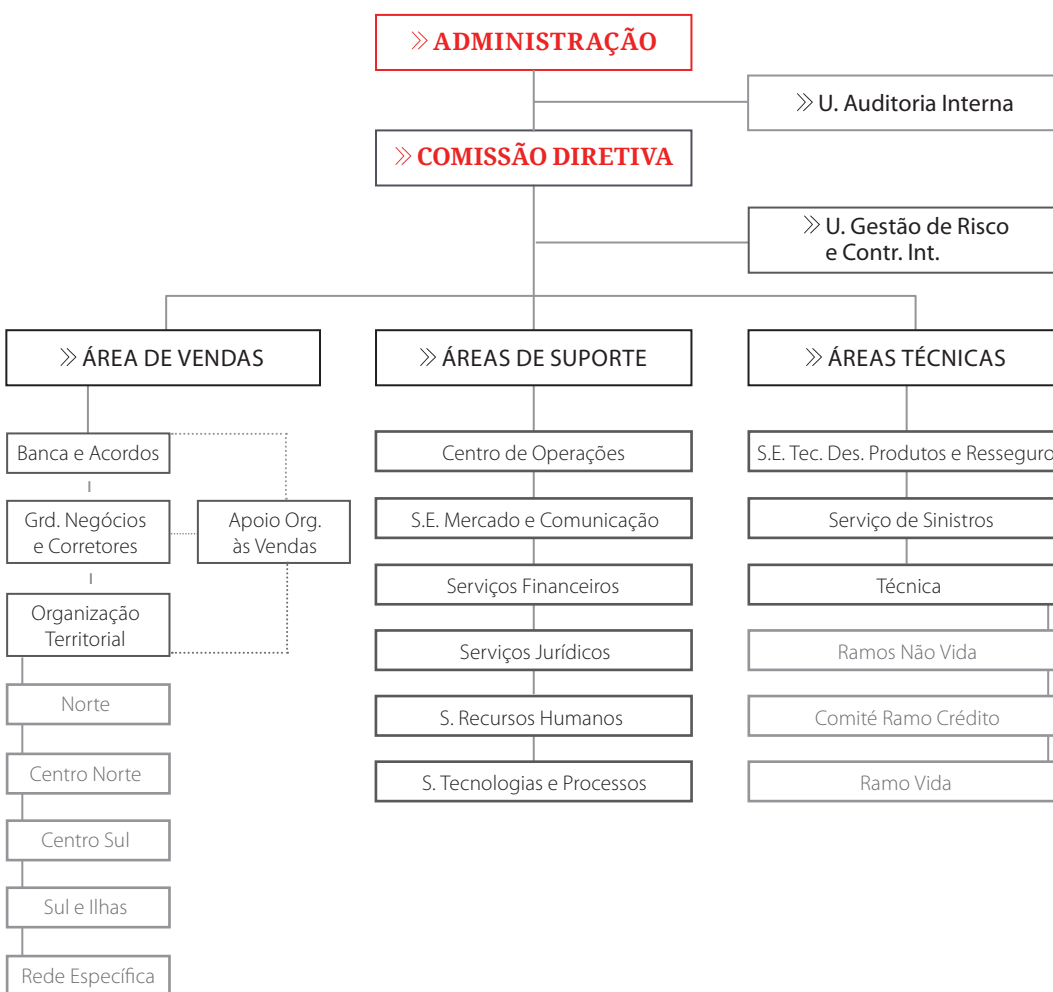


1. INFORMAÇÕES GERAIS

1.1. A MAPFRE Seguros Gerais, S.A. foi constituída por escritura em 30 de dezembro de 1997, considerada formalmente sociedade anónima de seguros pela Norma n.º 2/98-A do ISP e iniciou a sua atividade em 1 de abril de 1998.

A Companhia foi constituída em Portugal e o seu domicílio social encontra-se em Lisboa, na Rua Castilho, 52.

A MAPFRE dispõe de uma estrutura organizativa de acordo com o organigrama seguinte:



1.2. A MAPFRE Seguros Gerais, S.A. exerce a sua atividade na área de seguros Não Vida e emitiu, no ano 2013, prémios no valor de 92,1 milhões de euros, que representam um crescimento de 6,5% em relação ao ano anterior, cabendo aos seguros obrigatórios de Acidentes de Trabalho 20% e de Autos 54%, e os restantes 26% aos ramos de Acidentes Pessoais e Patrimoniais.

No relatório de gestão elaborado pelos membros da Administração foram abordadas as conjunturas económicas e de mercado em que a Companhia opera, efetuado um resumo da atividade desenvolvida em 2014, apresentados alguns indicadores de gestão que demonstram o comportamento das rubricas mais importantes do negócio e, por último, divulgado o plano estratégico da Companhia para o ano 2015, que continua a assentar em três pilares primordiais – Crescimento, Rentabilidade e Responsabilidade Empresarial.

1.3. As demonstrações financeiras da Companhia reportam-se aos exercícios findos em 2013 e 2014 e foram preparadas com base no regime contabilístico, estipulado no Plano de Contas para as Empresas de Seguros, aprovado pela Norma Regulamentar n.º 4/2007, com as alterações introduzidas pela Norma Regulamentar n.º 22/2010-R, ambas do Instituto de Seguros de Portugal. Por não serem aplicáveis ou por irrelevância dos valores ou situações a reportar, algumas notas não são referidas neste Anexo. O regime contabilístico aplicado acolheu, em termos genéricos, as Normas Internacionais de Relato Financeiro (IFRS) adotadas pela União Europeia nos termos do Regulamento (CE) n.º 1606/2002 do Parlamento e do Conselho Europeu, de 19 de julho de 2002, transposto para o ordenamento nacional pelo Decreto-lei n.º 25/2005, com exceção da IFRS 4, da qual apenas foram adotados os princípios de classificação do tipo de contratos celebrados pelas empresas de seguros, continuando a aplicar-se ao reconhecimento e mensuração dos passivos associados a contratos de seguros os princípios estabelecidos na legislação e regulamentação prudencial específica em vigor. As IFRS incluem as normas contabilísticas emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB) e as interpretações do International Financial Reporting Interpretation Committee (IFRIC).

As demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2014 foram aprovadas pelo Conselho de Administração, estando, no entanto, pendentes de aprovação pela Assembleia Geral de Acionistas. Não obstante este facto, o Conselho de Administração admite que venham a ser aprovadas sem qualquer alteração.

2. INFORMAÇÃO POR SEGMENTOS

2.1. Para efeitos de gestão, a Companhia está organizada por unidades de negócio baseadas nos tipos de produtos que explora, agrupados nos segmentos reportáveis de Acidentes de Trabalho, Automóvel, Caução e Crédito e Restantes Ramos, incluindo este último segmento seguros de Acidentes Pessoais, Doença, Incêndio e Outros Danos, Marítimo, Aéreo, Mercadorias e Responsabilidade Civil.

A definição destes segmentos de negócios foi efetuada tendo em conta a similitude da natureza dos riscos associados a cada produto explorado, a similaridade dos processos de exploração destes negócios e a organização e processos de gestão em vigor na Companhia.

A Companhia iniciou a exploração do ramo Doença no exercício de 2014, emitiu a primeira apólice no mês de maio e os prémios brutos contabilizados no exercício foram de 0,14 milhões de euros.

A carteira do ramo de Crédito foi vendida à COSEC – Companhia de Seguros de Créditos, em 1 de dezembro de 2014, motivo pelo qual só tem contabilizado prémios brutos referentes a onze meses do exercício.

Os riscos seguros estavam sediados em Portugal Continental e na Região Autónoma da Madeira e os prémios brutos emitidos no exercício de 2014 apresentavam a seguinte composição por segmentos reportáveis:

Exercício de 2014			
Acidentes de Trabalho	Automóvel	Crédito e Caução	Restantes Ramos
20,6%	53,9%	1,8%	23,7%

Exercício de 2013			
Acidentes de Trabalho	Automóvel	Crédito e Caução	Restantes Ramos
20,4%	54,6%	2,1%	22,9%

2.2. O Balanço por segmentos de negócio, que apresentamos na tabela seguinte, evidenciando a sua ligação com o Balanço global da Companhia, foi elaborado, com exceção dos Ativos Financeiros, das Provisões Técnicas e Resultado Antes de Impostos (que já estavam registados por ramos de negócio), utilizando como base de alocação dos valores globais aos vários segmentos de negócio as percentagens das provisões técnicas líquidas de resseguro de cada um dos segmentos.

Euros

Exercício de 2014						
Balanço	Global	Acidentes de Trabalho	Automóvel	Crédito e Caução	Restantes Ramos	Outros
Ativo						
Caixa e seus equivalentes e depósitos à ordem	1.704.595,72	0,00	1.380.722,53	85.229,79	238.643,40	0,00
Investimentos em filiais	21.000.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	21.000.000,00
Ativos financeiros disponíveis para venda	145.562.537,08	57.050.670,47	71.694.611,95	4.425.593,33	12.391.661,33	0,00
Empréstimos concedidos e contas a receber	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Investimentos a deter até à maturidade	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Terrenos e edifícios	14.083.844,55	0,00	11.407.914,09	704.192,23	1.971.738,24	0,00
Outros ativos tangíveis	1.485.604,97	0,00	1.203.340,03	74.280,25	207.984,70	0,00
<i>Goodwill</i>	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Ativos intangíveis	417.441,85	154.453,48	208.720,93	12.523,26	41.744,19	0,00
Outros ativos intangíveis	417.441,85	154.453,48	208.720,93	12.523,26	41.744,19	0,00
Investimentos em filiais – <i>Value In-Force</i>	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Provisões técnicas de resseguro cedido	22.896.208,30	34.718,21	4.378.722,10	4.507.139,69	13.975.628,30	0,00
Ativos por benefícios pós-emprego	168.676,00	62.410,12	84.338,00	5.060,28	16.867,60	0,00
Outros devedores p/ operações de seguros e outras	14.674.613,91	3.802.947,16	7.097.465,41	526.823,53	3.247.377,81	0,00
Ativos por impostos e taxas	1.316.174,56	486.984,59	658.087,28	39.485,24	131.617,46	0,00
Acréscimos e diferimentos	36.383,84	13.462,02	18.191,92	1.091,52	3.638,38	0,00
Total ativo	223.346.080,78	61.605.646,05	98.132.114,23	10.381.419,10	32.226.901,40	21.000.000,00
Passivo e capital próprio						
Passivo						
Provisões técnicas	126.995.097,65	39.031.653,80	56.881.623,38	7.908.892,20	23.172.928,27	0,00
Outros passivos financeiros	28.485,69	0,00	0,00	28.485,69	0,00	0,00
Passivos por benefícios pós-emprego	164.151,12	60.735,91	82.075,56	4.924,53	16.415,11	0,00
Outros credores p/ operações de seguros e outras	6.876.835,59	2.498.338,43	3.380.762,21	220.411,10	777.323,85	0,00
Outros credores p/ operações de seguros e outras	6.876.835,59	2.498.338,43	3.380.762,21	220.411,10	777.323,85	0,00
Outros credores por investimentos em filiais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Passivos por impostos e taxas	8.103.641,49	2.998.347,35	4.051.820,75	243.109,24	810.364,15	0,00
Acréscimos e diferimentos	4.643.928,63	1.718.253,59	2.321.964,32	139.317,86	464.392,86	0,00
Outras provisões	80.659,30	29.843,94	40.329,65	2.419,78	8.065,93	0,00
Total passivo	146.892.799,47	46.337.173,03	66.758.575,86	8.547.560,41	25.249.490,17	0,00
Capital próprio						
Capital	33.108.650,00	9.932.595,00	14.898.892,50	1.986.519,00	6.290.643,50	0,00
Reservas de reavaliação	24.407.821,00	16.536.028,45	6.376.151,97	393.589,63	1.102.050,96	0,00
Reserva por impostos diferidos	-5.491.759,74	-3.720.606,40	-1.434.634,19	-88.557,67	-247.961,48	0,00
Outras reservas	27.266.859,43	8.180.057,83	12.270.086,74	1.636.011,57	5.180.703,29	0,00
Resultados transitados	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Resultado do exercício	-2.838.289,39	-4.628.556,33	-864.963,12	1.052.513,16	827.730,47	0,00
Total capital próprio	76.453.281,31	26.299.518,55	31.245.533,90	4.980.075,69	13.153.166,74	0,00
Total passivo e capital próprio	223.346.080,78	72.636.691,58	98.004.109,76	13.527.636,09	38.402.656,92	0,00

Euros

Exercício de 2013						
Balço	Global	Acidentes de Trabalho	Automóvel	Crédito e Caução	Restantes Ramos	Outros
Ativo						
Caixa e seus equivalentes e depósitos à ordem	1.059.583,88	0,00	847.667,10	74.170,87	137.745,90	0,00
Investimentos em filiais	21.000.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	21.000.000,00
Ativos financeiros disponíveis para venda	123.680.961,18	42.238.231,74	65.154.183,55	5.700.991,06	10.587.554,83	0,00
Empréstimos concedidos e contas a receber	1.001.275,00	0,00	801.020,00	70.089,25	130.165,75	0,00
Investimentos a deter até à maturidade	4.747.447,24	0,00	3.797.957,79	332.321,31	617.168,14	0,00
Terrenos e edifícios	14.489.520,95	5.071.332,33	7.534.550,89	579.580,84	1.304.056,89	0,00
Outros ativos tangíveis	1.465.417,30	512.896,06	762.017,00	58.616,69	131.887,56	0,00
<i>Goodwill</i>	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Ativos intangíveis	81.852,62	28.648,42	42.563,36	3.274,10	7.366,74	0,00
Outros ativos intangíveis	81.852,62	28.648,42	42.563,36	3.274,10	7.366,74	0,00
Investimentos em filiais – <i>Value In-Force</i>	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Provisões técnicas de resseguro cedido	21.764.050,42	170,69	3.651.738,85	5.024.038,00	13.088.102,88	0,00
Ativos por benefícios pós-emprego	171.245,83	59.936,04	89.047,83	6.849,83	15.412,12	0,00
Outros devedores p/ operações de seguros e outras	11.649.341,61	2.392.477,90	6.382.395,22	499.324,67	2.375.143,83	0,00
Ativos por impostos e taxas	1.505.762,01	527.016,70	782.996,25	60.230,48	135.518,58	0,00
Acréscimos e diferimentos	16.498,75	5.774,56	8.579,35	659,95	1.484,89	0,00
Total ativo	202.632.956,79	50.836.484,44	89.854.717,19	12.410.147,05	28.531.608,11	21.000.000,00
Passivo e capital próprio						
Passivo						
Provisões técnicas	121.288.370,33	34.740.550,26	55.513.101,32	9.346.399,96	21.688.318,79	0,00
Outros passivos financeiros	44.707,02	0,00	0,00	44.494,00	213,02	0,00
Passivos por benefícios pós-emprego	174.253,25	60.988,64	90.611,69	6.970,13	15.682,79	0,00
Outros credores p/ operações de seguros e outras	5.489.137,14	1.984.288,62	2.649.575,41	266.306,12	588.966,99	0,00
Outros credores p/ operações de seguros e outras	5.489.137,14	1.984.288,62	2.649.575,41	266.306,12	588.966,99	0,00
Outros credores por investimentos em filiais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Passivos por impostos e taxas	4.667.584,52	1.633.654,58	2.427.143,95	186.703,38	420.082,61	0,00
Acréscimos e diferimentos	3.281.795,59	1.148.628,46	1.706.533,71	131.271,82	295.361,60	0,00
Outras provisões	23.787,09	8.325,48	12.369,29	951,48	2.140,84	0,00
Total passivo	134.969.634,94	39.576.436,04	62.399.335,36	9.983.096,90	23.010.766,64	0,00
Capital próprio						
Capital	33.108.650,00	9.270.422,00	15.229.979,00	2.648.692,00	5.959.557,00	0,00
Reservas de reavaliação	9.652.731,69	4.461.863,96	4.152.694,18	363.360,74	674.812,80	0,00
Reserva por impostos diferidos	-2.364.919,27	-1.093.156,68	-1.017.410,08	-89.023,38	-165.329,14	0,00
Outras reservas	27.159.637,78	7.604.698,58	12.493.433,38	2.172.771,02	4.888.734,80	0,00
Resultados transitados	100.630,10	28.176,43	46.289,85	8.050,41	18.113,42	0,00
Resultado do exercício	6.591,55	-1.537.092,49	2.145.637,46	-71.635,93	-588.050,04	0,00
Total capital próprio	67.663.321,85	18.734.911,80	33.050.623,79	5.032.214,86	10.787.838,85	0,00
Total passivo e capital próprio	202.632.956,79	58.311.347,83	95.449.959,15	15.015.311,76	33.798.605,49	0,00

Apresenta-se, de seguida, a Conta de Ganhos e Perdas por segmentos de negócio, evidenciando-se a sua ligação com a Conta de Ganhos e Perdas global da Companhia.

Euros

Exercício de 2014					
Conta de ganhos e perdas	Ramos Não Vida Global	Acidentes de Trabalho	Automóvel	Crédito e Caução	Restantes Ramos
Prémios adquiridos líquidos de resseguro	72.694.902,58	18.431.470,36	44.467.799,17	464.570,92	9.331.062,13
Custos com sinistros, líquidos de resseguro	62.344.823,82	19.864.356,53	36.504.021,49	-16.963,29	5.993.409,09
Outras provisões técnicas, líquidas de resseguro (var.)	1.399.925,40	363.044,76	1.410.760,23	-562.038,11	188.158,52
Custos e gastos de exploração líquidos	22.312.250,40	4.699.239,06	14.042.146,36	262.953,11	3.307.911,87
Rendimentos	5.410.075,75	2.001.791,43	2.833.154,53	115.793,91	459.335,88
Gastos financeiros	975.638,04	106.959,88	671.722,85	25.978,84	170.976,47
Ganhos líquidos de ativos e passivos financeiros não valorizados ao justo valor através de ganhos e perdas	5.487.134,36	0,00	4.569.573,89	184.259,95	733.300,52
Ganhos líquidos de ativos e passivos financeiros valorizados ao justo valor através de ganhos e perdas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Perdas de imparidade (líquidas de reversão)	125.519,74	0,00	104.396,73	4.268,17	16.854,84
Outros rendimentos/gastos técnicos, líquidos de resseguro	-47.231,11	-28.217,89	-2.443,05	2.087,10	-18.657,27
Resultado técnico	-3.613.275,82	-4.628.556,33	-864.963,12	1.052.513,16	827.730,47
Perdas de imparidade (líquidas de reversão)	0,00				
Outras provisões (variação)	8.098,05				
Outros rendimentos/gastos	423.453,28				
Resultado não técnico	415.355,23	0,00	0,00	0,00	0,00
Resultado antes de impostos	-3.197.920,59	-4.628.556,33	-864.963,12	1.052.513,16	827.730,47
Imposto s/ rendimento do exercício – Impostos correntes	297.036,18				
Imposto/rendimento do exercício – Impostos diferidos	-656.667,38				
Resultado líquido do exercício	-2.838.289,39	-4.628.556,33	-864.963,12	1.052.513,16	827.730,47

Euros

Exercício de 2013					
Conta de ganhos e perdas	Ramos Não Vida Global	Acidentes de Trabalho	Automóvel	Crédito e Caução	Restantes Ramos
Prémios adquiridos líquidos de resseguro	71.719.560,32	17.442.917,15	44.999.896,44	401.487,49	8.875.259,24
Custos com sinistros, líquidos de resseguro	56.282.996,20	16.718.698,37	32.720.667,94	375.082,10	6.468.547,79
Outras provisões técnicas, líquidas de resseguro (var.)	1.256.314,53	117.576,07	600.423,68	-71.015,95	609.330,73
Custos e gastos de exploração líquidos	19.536.640,37	4.113.372,63	12.375.501,95	289.716,54	2.758.049,25
Rendimentos	5.367.481,78	2.031.543,42	2.797.686,18	118.416,27	419.835,91
Gastos financeiros	726.615,19	97.735,26	478.543,11	24.511,45	125.825,37
Ganhos líquidos de ativos e passivos financeiros não valorizados ao justo valor através de ganhos e perdas	788.893,42	31.529,61	633.812,57	27.793,90	95.757,34
Ganhos líquidos de ativos e passivos financeiros valorizados ao justo valor através de ganhos e perdas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Perdas de imparidade (líquidas de reversão)	200.020,60	0,00	168.127,74	7.335,94	24.556,92
Outros rendimentos/gastos técnicos, líquidos de resseguro	75.510,37	4.299,66	57.506,69	6.296,49	7.407,53
Resultado técnico	-51.141,00	-1.537.092,49	2.145.637,46	-71.635,93	-588.050,04
Perdas de imparidade (líquidas de reversão)	0,00				
Outras provisões (variação)	119.025,21				
Outros rendimentos/gastos	470.047,30				
Resultado não técnico	351.022,09	0,00	0,00	0,00	0,00
Resultado antes de impostos	299.881,09	-1.537.092,49	2.145.637,46	-71.635,93	-588.050,04
Imposto s/ rendimento do exercício – Impostos correntes	280.430,63				
Imposto/rendimento do exercício – Impostos diferidos	12.858,91				
Resultado líquido do exercício	6.591,55	-1.537.092,49	2.145.637,46	-71.635,93	-588.050,04

Nos exercícios de 2014 e 2013, a totalidade da atividade desenvolvida pela Companhia foi realizada em território nacional, pelo que não é apresentada qualquer informação por segmento geográfico.

3. BASE DE PREPARAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS E DAS POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS

3.1. BASES DE APRESENTAÇÃO

No exercício de 2014, as Demonstrações Financeiras foram preparadas em euros, exceto em algumas situações expressamente indicadas.

Na preparação das demonstrações financeiras foram utilizados os pressupostos do regime do acréscimo, da consistência de apresentação, da materialidade e agregação e da continuidade, tendo sido preparadas com base nos livros e registos contabilísticos da Companhia. As demonstrações financeiras foram preparadas na base do custo histórico, exceto no que respeita aos ativos financeiros disponíveis para venda, que foram mensurados ao justo valor.

Considerando o disposto no parágrafo 10 da IAS 27, a Companhia não preparou demonstrações financeiras consolidadas.

As demonstrações financeiras da Companhia são integradas nas demonstrações financeiras do Grupo MAPFRE em Espanha, as quais podem ser obtidas em www.mapfre.com.

3.2. BASES DE MENSURAÇÃO E POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS

3.2.1. Caixa e seus equivalentes e depósitos à ordem

Para efeitos da demonstração de fluxos de caixa, a caixa e seus equivalentes englobam os valores registados no balanço com maturidade inferior a três meses a contar da data de aquisição, prontamente convertíveis em dinheiro e com risco reduzido de alteração de valor e a caixa e disponibilidades em instituições de crédito. Todas as contas bancárias detidas pela Companhia correspondem a contas em euros.

3.2.2. Investimentos em filiais, associadas e empreendimentos conjuntos

Uma subsidiária é uma entidade que é controlada por uma outra entidade designada empresa-mãe. Presume-se a existência de controlo quando a empresa-mãe for proprietária, direta ou indiretamente, através de subsidiárias, de mais de metade do poder de voto de uma entidade, a não ser que, em circunstâncias excecionais, possa ficar claramente demonstrado que essa propriedade não constitui controlo.

Também existe controlo quando a empresa-mãe for proprietária de metade ou menos do poder de voto de uma entidade quando houver:

- a) Poder sobre mais de metade dos direitos de voto, em virtude de um acordo com outros investidores;
- b) Poder para gerir a política financeira e operacional da entidade segundo uma cláusula estatutária ou um acordo;
- c) Poder para nomear ou destituir a maioria dos membros do conselho de direção ou de um órgão de gestão equivalente e o controlo da entidade for feito por esse conselho ou órgão; ou
- d) Poder para representar a maioria dos votos em reuniões do conselho de direção ou de um órgão equivalente e o controlo da entidade for feito por esse conselho ou órgão.



Uma associada é uma entidade sobre a qual a investidora tem influência significativa e que não seja uma subsidiária nem um interesse num empreendimento conjunto.

Se uma investidora detiver, direta ou indiretamente (por exemplo através de subsidiárias), 20% ou mais do poder de voto da investida, presume-se que a investidora tem influência significativa, a menos que possa ser claramente demonstrado que esse não é o caso. Pelo contrário, se a investidora detiver, direta ou indiretamente (por exemplo através de subsidiárias), menos de 20% do poder de voto da investida, presume-se que a investidora não tem influência significativa, a menos que tal influência possa ser claramente demonstrada.

Formação média por colaborador

+ de 40 horas

10.160 horas totais

A existência de influência significativa por uma investidora é geralmente evidenciada por uma ou mais das seguintes formas:

- a) Representação no órgão de direção ou órgão de gestão equivalente da investida;
- b) Participação em processos de fixação de políticas, incluindo a participação em decisões sobre dividendos ou outras distribuições;
- c) Transações materiais entre a investidora e a investida;
- d) Intercâmbio de pessoal e de gestão; e
- e) Fornecimento de informação técnica essencial.

Numa concentração de atividades empresariais, a adquirente deve, à data da aquisição:

- (a) Reconhecer o *Goodwill* adquirido numa concentração de atividades empresariais como um ativo; e (b) inicialmente mensurar esse *Goodwill* pelo seu custo, que é o excesso do custo da concentração de atividades empresariais acima do interesse da adquirente no justo valor líquido dos ativos, passivos e passivos contingentes identificáveis.

Após o reconhecimento inicial, a adquirente deve mensurar o *Goodwill* adquirido numa concentração de atividades empresariais pelo custo menos qualquer perda por imparidade acumulada.

Com a finalidade de testar a imparidade do *Goodwill* adquirido numa concentração de atividades empresariais deve, a partir da data da aquisição, ser imputado a cada uma das unidades geradoras de caixa, ou grupos de unidades geradoras de caixa do adquirente, que se espera que beneficiem das sinergias da concentração de atividades empresariais, independentemente de outros ativos ou passivos da adquirida, serem atribuídos a essas unidades ou grupos de unidades. Cada unidade ou grupo de unidades ao qual o *Goodwill* seja assim imputado deve:

- a) Representar o nível mais baixo no seio da entidade ao qual o *Goodwill* é monitorizado para finalidades de gestão interna; e
- b) Não ser maior do que um segmento baseado no formato de relato primário.

Os investimentos em subsidiárias e associadas estão valorizados pelo seu custo, deduzido de eventuais perdas por imparidade (Nota 7).

3.2.3. Instrumentos financeiros

3.2.3.1. Reconhecimento e mensuração inicial de Instrumentos Financeiros

Os ativos financeiros encontram-se classificados nas categorias de "Ativos financeiros disponíveis para venda", "Empréstimos concedidos e contas a receber" e "Outros depósitos".

Os ativos financeiros são registados na data de contratação pelo respetivo justo valor. Os custos diretamente imputados à transação são acrescidos ao valor do ativo.

3.2.3.2. Mensuração subsequente de Instrumentos Financeiros

3.2.3.2.1. Ativos financeiros disponíveis para venda

São classificados nesta rubrica instrumentos que podem ser alienados em resposta ou em antecipação às necessidades de liquidez ou alterações da taxa de juro, taxas de câmbio ou alterações do seu preço de mercado e que não tenham sido classificados nas outras categorias de ativos financeiros. Incluem títulos de dívida, instrumentos de capital e investimentos em unidades de participação de fundos de investimento mobiliário.

Após o reconhecimento inicial, cujo valor inclui os custos de transação diretamente relacionados com a sua aquisição, são subsequentemente avaliados ao justo valor, sem deduzir nenhum custo de transação em que se pudesse incorrer para a sua venda, sendo os respetivos ganhos e perdas refletidos na rubrica "Reservas de reavaliação" até à sua venda, momento no qual o valor acumulado é transferido para resultados do exercício para a rubrica "Ganhos líquidos de ativos e passivos financeiros não valorizados ao justo valor por via de ganhos e perdas de ativos disponíveis para venda".

O custo de aquisição dos títulos de dívida é reajustado pelo método da taxa efetiva. A taxa efetiva é a taxa que desconta o valor de reembolso para o valor de aquisição. Este reajustamento traduz o reconhecimento da diferença entre o valor de aquisição e o valor de reembolso ao longo da vida remanescente do título. Os efeitos

desse reajustamentos são diretamente registados em resultados, nas rubricas de “Rendimentos de juros de ativos financeiros não valorizados ao justo valor por via de ganhos e perdas” ou de “Gastos financeiros de juros de ativos financeiros não valorizados ao justo valor por via de ganhos e perdas”.

Os juros relativos a instrumentos de dívida, classificados nesta categoria, são reconhecidos em “Rendimentos de juros de ativos financeiros não valorizados ao justo valor por via de ganhos e perdas”.

Os dividendos de instrumentos de capital, classificados nesta categoria, são registados como ganhos na rubrica “Outros rendimentos”, quando é estabelecido o direito da Companhia ao seu recebimento.

As perdas por imparidade são reconhecidas em resultados, na rubrica “Perdas de imparidade (líquidas de reversão) de ativos disponíveis para venda”.

O justo valor de um instrumento financeiro corresponde ao montante pelo qual um ativo ou passivo financeiro pode ser vendido ou liquidado entre partes independentes, informadas e interessadas na concretização da transação em condições normais de mercado.

Para a identificação do justo valor dos títulos de rendimento variável e dos títulos de dívida cotados, a Companhia adota os dados de cotação da Bloomberg, do último dia do período de reporte.

Nos títulos de dívida, quando a cotação não é considerada suficientemente representativa (mercado ilíquido), o justo valor determina-se através de um modelo de cálculo, considerado adequado a cada situação concreta. Na nota 6.11. detalham-se os procedimentos adotados pela Companhia com vista à aplicação desta metodologia.

3.2.3.2.2. Empréstimos concedidos e contas a receber/outros depósitos

Nesta rubrica registam-se os depósitos a prazo junto de entidades bancárias, a curto prazo, geralmente inferiores a 180 dias.

No reconhecimento inicial, estes ativos são registados pelo seu justo valor, deduzido de eventuais comissões incluídas na taxa efetiva, e acrescido de todos os custos incrementais



diretamente imputáveis à transação. Subsequentemente, estes ativos são reconhecidos em balanço ao custo amortizado, deduzido de perdas por imparidade. Os juros são reconhecidos com base no método da taxa efetiva.

3.2.3.2.3. Investimentos a deter até à maturidade

São classificados nesta categoria os ativos sobre os quais existe uma intenção firme de manutenção em carteira até ao seu vencimento.

Após o reconhecimento inicial, cujo valor inclui os custos de transação diretamente relacionados com a sua aquisição, são subsequentemente valorizados pelo método da taxa efetiva. A taxa efetiva é a taxa que desconta o valor de reembolso para o valor de aquisição. Este reajustamento traduz o reconhecimento da diferença entre o valor de aquisição e o valor de reembolso ao longo da vida remanescente do título. Os efeitos desses reajustamentos são diretamente registados em resultados, nas rubricas de “Rendimentos de juros de ativos financeiros não valorizados ao justo valor por via de ganhos e perdas” ou de “Gastos financeiros de juros de ativos financeiros não valorizados ao justo valor por via de ganhos e perdas”.

Os juros relativos a instrumentos de dívida, classificados nesta categoria, são reconhecidos em “Rendimentos de juros de ativos financeiros não valorizados ao justo valor por via de ganhos e perdas”.

As perdas por imparidade são reconhecidas em resultados, na rubrica “Perdas de imparidade (líquidas de reversão) de investimentos a deter até à maturidade”.

Nos títulos de dívida, quando a cotação não é considerada suficientemente representativa, o justo valor determina-se através de um modelo de cálculo, considerado adequado a cada situação concreta. Na nota 6.11. detalham-se os procedimentos adotados pela Companhia com vista à aplicação desta metodologia.

3.2.3.2.4. Imparidade dos ativos financeiros

A Companhia efetua periodicamente, por cada um dos ativos financeiros que fazem parte das demonstrações financeiras, testes de imparidade.

Sempre que exista evidência objetiva de imparidade, as menos-valias acumuladas que tenham sido reconhecidas em reservas são transferidas para gastos do exercício sob a forma de perdas por imparidade, sendo registadas na rubrica “Perdas de imparidade (líquidas de reversões) de ativos disponíveis para venda”.

A Norma IAS 39 prevê indícios específicos para imparidade em instrumentos de capital, entre os quais:

- » Informação sobre alterações significativas com impacto adverso na envolvente tecnológica, de mercado, económica ou legal em que o emissor opera, que indique que o custo do investimento não venha a ser recuperado; e
- » Um declínio prolongado ou significativo do valor de mercado abaixo do preço de custo.

As perdas por imparidade em instrumentos de capitais valorizados ao justo valor não podem ser revertidas, pelo que eventuais mais-valias potenciais originadas após o reconhecimento de perdas por imparidade são refletidas em “Reservas de reavaliação por ajustamentos no justo valor de ativos financeiros”.

A valorização é corrigida, com efeito em resultado, quando existe evidência objetiva de algum evento que suponha um impacto significativo nos fluxos futuros ou na recuperação do valor contabilizado.

Constituem evidências de imparidade as seguintes situações:

Nos títulos de rendimento fixo:

- » Dificuldades financeiras importantes por parte do emissor;
- » Incumprimento dos termos contratuais;
- » Probabilidade manifesta de insolvência; e
- » Existência de um padrão histórico de comportamento que indique a impossibilidade de recuperar o valor completo da carteira de ativos.

Nos títulos de rendimento variável:

- » Desvalorização continuada quando esta se verifica por mais de 18 meses ou desvalorização de valor significativo quando esta for superior a 40%.

Uma vez que a IAS 39, a respeito do reconhecimento de imparidade, se limita a enunciar princípios e a indicar possíveis indícios, nos quais se

Carteira de negócio

75%

Automóvel e Acidentes de Trabalho

inclui “um declínio significativo ou prolongado no justo valor de um investimento num instrumento de capital próprio abaixo do seu custo”, a MAPFRE adota aqueles parâmetros considerando que traduzem a substância deste preceito e tendo em conta os seguintes aspetos:

- » Serem consistentes com os critérios definidos internacionalmente para o Grupo MAPFRE;
- » A necessidade de considerar um tempo suficiente para atenuar os efeitos de volatilidades anormais de mercado; e
- » O facto da sua política de investimentos privilegiar instrumentos de capital de elevada qualidade creditícia.

A Companhia decidiu manter os mesmos parâmetros em referência às contas do ano 2013 com base nos comentários emitidos em julho de 2009 pelo IFRIC, segundo a qual esta entidade reconhece que:

- » A determinação de um declínio significativo ou prolongado requer a aplicação de julgamento, o qual deve ter por base normas internas e ser aplicado de forma consistente;
- » Existem práticas diversas, motivo pelo qual o IASB decidiu acelerar o projeto de substituição da IAS 39; e
- » Não era oportuno tomar uma posição imediata sobre o assunto.

3.2.4. Edifícios

Os edifícios que a Companhia utiliza para instalações próprias estão classificados como de uso próprio e os alugados a terceiros classificados como de rendimento. A Companhia adotou o modelo do custo como política contabilística relativamente à totalidade dos seus edifícios, incluindo os seus edifícios de rendimento, pelo que segue os requisitos de valorização previstos na IAS 16.

Os edifícios encontram-se valorizados ao seu valor de aquisição deduzido da amortização acumulada e, se for o caso, da imparidade acumulada.

O valor da imparidade é determinado, imóvel a imóvel, pela comparação do valor líquido contabilizado com o valor de mercado atribuído por avaliadores independentes certificados.

Os custos de manutenção, reparação ou outros custos incorridos após a aquisição são reconhecidos como gastos do exercício em que ocorrerem, só se reconhecendo como acréscimo ao ativo quando é provável que exista um benefício económico futuro a eles associado.

A amortização calcula-se pelo método das quotas constantes, por duodécimos, com início no mês da aquisição, calculada sobre 75% do valor bruto (25% do valor é considerado para o terreno) e para uma vida útil estimada de 50 anos.

3.2.5. Outros ativos tangíveis

Os outros ativos tangíveis estão valorizados ao custo de aquisição. As amortizações são efetuadas pelo método das quotas constantes, por duodécimos (com início no mês de aquisição dos bens), a taxas calculadas para que o valor dos ativos seja amortizado durante a sua vida útil estimada.

Os custos de reparação, manutenção e outras despesas associadas ao seu uso são reconhecidos como gasto do exercício.

Periodicamente, são realizadas análises no sentido de identificar evidências de imparidade em outros ativos tangíveis. Sempre que o valor líquido contabilístico dos ativos tangíveis exceda o seu valor recuperável (maior de entre o valor de uso e o justo valor), é reconhecida uma perda por imparidade com reflexo na conta de ganhos e perdas. As perdas por imparidade podem ser revertidas, também com impacto em ganhos e perdas do exercício, caso subsequentemente se verifique um aumento no valor recuperável do ativo.

Os elementos tangíveis são anulados da contabilidade em caso de venda ou quando já não se espera obter benefícios económicos futuros derivados da sua utilização. Nestes casos, as perdas ou ganhos daí derivados são contabilizados na conta de resultados do exercício de ocorrência.

3.2.6. Outros ativos intangíveis

Os custos com *software* encontram-se registados ao custo de aquisição e as amortizações são efetuadas pelo método das quotas constantes, por duodécimos (com início no mês de aquisição dos bens), para que o valor do ativo seja amortizado durante a sua vida útil estimada de três anos.

A MAPFRE continua apostada em reforçar o seu posicionamento no mercado português.



3.2.7. Provisões técnicas de resseguro cedido

As provisões técnicas de resseguro cedido correspondem à quota-parte da responsabilidade dos resseguradores nas responsabilidades da Companhia e são calculadas de acordo com os mesmos critérios do seguro direto, que se detalham na alínea 3.2.10. e de acordo com as condições dos contratos em vigor, conforme se detalha na nota 4.

3.2.8. Benefícios dos empregados

3.2.8.1. Benefícios pós-emprego – responsabilidades com pensões

a) Plano de contribuição definida

Encontram-se abrangidos por este plano todos os trabalhadores que aderiram ao Contrato Coletivo de Trabalho da Atividade Seguradora que entrou em vigor no dia 15/01/2012.

A contribuição anual para este plano é efetuada nos termos da cláusula 48.^a do referido Contrato, sendo contabilizada como custo do exercício, na conta de ganhos e perdas.

b) Plano de benefício definido

Encontram-se abrangidos por este plano os trabalhadores não aderentes ao contrato Coletivo de Trabalho da Atividade Seguradora que entrou em vigor no dia 15/01/2012 e que, naquela data, cumpriam as condições previstas no Capítulo V do Contrato Coletivo de Trabalho que esteve em vigor até aí.

O valor integralmente financiado das responsabilidades por serviços passados, derivadas desse plano, obedece ao estipulado na cláusula 56.^a do Contrato Coletivo de Trabalho da Atividade Seguradora que esteve em vigor até 14/01/2012, sendo o valor atual dessas responsabilidades determinado anualmente nos termos da IAS 19, pelo método de valoração atuarial da Unidade de Crédito Projetada e tendo por base pressupostos atuariais considerados adequados, que se detalham na Nota 23.

Esse valor encontra-se garantido através de apólices contratadas junto da MAPFRE Seguros de Vida, S.A., entidade relacionada, consideradas não elegíveis nos termos da IAS 19. Em consequência, o valor atual das responsabilidades é refletido no passivo e o justo valor dos ativos é refletido no ativo.

Os ganhos e perdas decorrentes das diferenças entre os pressupostos atuariais e financeiros utilizados e os valores reais, no que se refere às responsabilidades e ao rendimento esperado das apólices, bem como os resultantes de alterações de pressupostos atuariais, são anualmente reconhecidos na conta de ganhos e perdas e em Outras Variações de Capital Próprio, respetivamente. De igual forma, o custo dos serviços correntes e o custo dos juros, deduzido do rendimento esperado dos ativos, é refletido na conta de ganhos e perdas do exercício.

3.2.8.2. Prémio de permanência

As responsabilidades decorrentes do n.º 2 da cláusula 41.^a do Contrato Coletivo de Trabalho da Atividade Seguradora em vigor desde 15/01/2012 são calculadas anualmente utilizando o método *pro rata temporis*, em função da data em que o pagamento será devido a cada trabalhador, sendo o custo do exercício reconhecido na conta de ganhos e perdas.

3.2.8.3. Benefícios de curto prazo

Os benefícios de curto prazo (vencíveis num período inferior a doze meses) são, de acordo com o princípio da especialização de exercícios, refletidos em rubricas apropriadas de ganhos e perdas no período a que respeitam.

3.2.9. Outros devedores

A valorização destes ativos realiza-se ao custo histórico líquido dos ajustamentos efetuados nos termos de normas específicas do ISP sobre recibos por cobrar e créditos de cobrança duvidosa – créditos já vencidos em mora sem garantia real sobre os mesmos.

A imparidade, no que respeita aos recibos pendentes de cobrança, destina-se a reduzir o montante dos recibos por cobrar ao seu valor provável de realização e é calculada mediante a aplicação de uma percentagem média, correspondente à taxa da receita líquida da Companhia, aos recibos com cobranças em atraso nos termos definidos na Norma n.º 13/2000-R do ISP.

3.2.10. Provisões técnicas

3.2.10.1. Provisão para prémios não adquiridos do seguro direto e custos de aquisição diferidos

A provisão para prémios não adquiridos inclui a parte dos prémios brutos emitidos, relativamente a cada um dos contratos em vigor, a imputar a um

ou vários dos exercícios seguintes. Esta provisão foi calculada de acordo com as disposições estabelecidas na Norma Regulamentar n.º 4/98 emitida pelo ISP, utilizando o método *pro rata temporis*, e destina-se a garantir a cobertura dos riscos assumidos e dos encargos deles resultantes durante o período compreendido entre o final do exercício e a data de vencimento de cada um dos contratos de seguro.

A provisão registada no Balanço encontra-se deduzida dos custos de aquisição imputados a exercícios seguintes, na mesma proporção da especialização dos prémios e até ao limite de 20% do montante dos prémios diferidos por cada um dos ramos.

3.2.10.2. Provisão para riscos em curso

A provisão para riscos em curso corresponde ao montante necessário para fazer face a prováveis indemnizações e encargos, a suportar após o término do exercício e que excedam o valor dos prémios não adquiridos e dos prémios exigíveis relativos aos contratos em vigor.

Esta provisão é calculada por grupos de ramos (Acidentes, Incêndio, Automóvel, Marítimo e Transportes, Responsabilidade Civil Geral, Crédito e Caução, Proteção Jurídica, Assistência e Diversos), com base nos rácios de sinistralidade, de despesas, de cedência e de rendimentos apurados no exercício, de acordo com o estabelecido na Norma Regulamentar n.º 12/2000 do ISP.

3.2.10.3. Provisão para desvios de sinistralidade

A provisão para desvios de sinistralidade destina-se a fazer face à sinistralidade excepcionalmente elevada nos ramos de seguros, em que, pela sua natureza, aquela tenha maiores oscilações e foi apurada de acordo com as disposições estabelecidas na Norma Regulamentar n.º 4/98 emitida pelo ISP, para a cobertura de fenómenos sísmicos do ramo Incêndio e para os ramos de Caução e Crédito.

3.2.10.4. Provisão para sinistros de seguro direto

3.2.10.4.1. Sinistros conhecidos e pendentes de liquidação

A valorização é realizada caso a caso, em função das características de cada sinistro, segundo o conhecimento dos riscos e a experiência histórica, para que não resulte imprudente nem excessivamente conservadora.

3.2.10.4.2. Desvios de sinistros conhecidos e pendentes de liquidação (IBNER)

A estimativa é realizada por tipologia de danos, com recurso a métodos estatísticos (em geral, *Chain Ladder*), através de matrizes, considerando o número de expedientes pendentes, o histórico da evolução dos custos totais e a cadência de pagamentos.

3.2.10.4.3. Sinistros pendentes de declaração (IBNR)

A estimativa é realizada segundo métodos estatísticos (em geral, *Chain Ladder*), através de matrizes, considerando, normalmente, o número de expedientes e o custo médio histórico.

3.2.10.4.4. Responsabilidades com assistência vitalícia

Calculam-se caso a caso para todos os sinistrados com uma incapacidade permanente superior a 50% ou, sendo inferior, para aqueles que apresentem incapacidade permanente para o trabalho habitual.

3.2.10.4.5. Gastos de tramitação dos sinistros pendentes

Esta provisão destina-se a contabilizar o valor estimado de gastos necessários para tramitar os sinistros conhecidos pendentes de liquidação e os sinistros pendentes de declaração. É calculada com base na avaliação do histórico da Companhia.

3.2.10.4.6. Provisão matemática de Acidentes de Trabalho

Corresponde ao valor atual das pensões a pagar do ramo Acidentes de Trabalho e é calculada segundo métodos de projeção atuarial.

São apresentadas na Nota 4 informações adicionais conducentes à clarificação dos métodos e pressupostos adotados na determinação destas provisões.

3.2.11. Passivos financeiros

A única classe de passivo financeiro registado são os depósitos de resseguro, que constituem retenções efetuadas aos resseguradores para garantia das responsabilidades destes para com a Companhia, sendo calculados de acordo com as condições dos tratados de resseguro e mensurados pelos seus valores fixos.

3.2.12. Outros credores

A valorização efetua-se ao custo histórico.

3.2.13. Acréscimos e diferimentos

O princípio geral de reconhecimento de ganhos e gastos é o critério económico segundo o qual a imputação de ganhos e gastos é efetuada em função do usufruto real de bens e serviços, independentemente do momento em que se efetue o pagamento.

A rubrica de acréscimos e diferimentos destina-se a permitir o registo dos gastos e dos rendimentos nos exercícios a que respeitam.

No ativo registam-se os rendimentos que respeitam ao exercício, mas cuja receita só se obtém em exercícios posteriores, bem como as despesas contabilizadas no exercício cujo gasto respeite a exercícios posteriores.

No passivo incluem-se os rendimentos obtidos no exercício, mas imputáveis a exercícios posteriores, bem como os gastos correspondentes ao exercício, mas cujas despesas serão reconhecidas em exercícios posteriores.

3.2.14. Outras provisões e passivos contingentes

Uma provisão é constituída quando existe uma obrigação presente (legal ou construtiva) resultante de eventos passados, relativamente à qual seja provável o futuro dispêndio de recursos, e este possa ser determinado com fiabilidade. O montante da provisão corresponde à melhor estimativa do valor a desembolsar para liquidar a responsabilidade na data do balanço.

Caso não seja provável o futuro dispêndio de recursos, trata-se de um passivo contingente. Os passivos contingentes são apenas objeto de divulgação, a menos que a possibilidade da sua concretização seja remota.

3.2.15. Imputação de gastos por funções e por segmentos

Os custos e gastos são, em primeiro lugar, registados por natureza, sendo posteriormente imputados por funções e adicionalmente imputados, também, por grupos de ramos.

As funções consideradas no âmbito desta imputação são a função de gestão dos sinistros, a função de aquisição de negócios, a função de administração e a função de gestão de investimentos.

São apresentados na nota 21 os critérios adotados pela Companhia na determinação destas imputações.

3.2.16. Reconhecimento de ganhos e perdas em contratos de seguros

Os prémios e comissões de contratos de seguro são reconhecidos quando emitidos, o que se verifica igualmente nos prémios e comissões de resseguro cedido. Através da Provisão para Prémios não adquiridos, este critério de reconhecimento inicial é ajustado para que o mesmo se verifique ao longo dos correspondentes períodos de risco dos contratos de seguros.

Os custos com os sinistros do seguro direto e do resseguro cedido, em resultado dos critérios de provisionamento de sinistros descritos nas alíneas 3.2.10.4. e 3.2.7., são reconhecidos na data de ocorrência dos sinistros.

3.2.17. Impostos

Os impostos sobre os lucros compreendem os impostos correntes e os impostos diferidos e são refletidos na conta de ganhos e perdas do exercício, exceto nos casos em que as transações que os originaram tenham sido refletidas em outras rubricas de capital próprio (caso da reavaliação de ativos financeiros disponíveis para venda ou terrenos). Nestas situações, o correspondente imposto é igualmente refletido por contrapartida de capital próprio, não afetando o resultado do exercício, sendo posteriormente reconhecidos em resultado no momento em que forem reconhecidos os ganhos e perdas que lhe deram origem.

3.2.17.1. Impostos correntes

Os impostos correntes são apurados com base no lucro tributável, apurado de acordo com as regras fiscais em vigor e utilizando a taxa de imposto aprovada ou substancialmente aprovada em cada jurisdição. A determinação dos impostos sobre os lucros requer um conjunto de atuações e estimativas que podem resultar num nível diferente de imposto, consoante a interpretação.

De acordo com a legislação fiscal em vigor, as autoridades fiscais têm a possibilidade de rever o cálculo da matéria coletável efetuado pela Companhia durante um período de quatro anos.

Desta forma, é possível existirem correções à matéria coletável, resultante principalmente de diferenças na interpretação da legislação fiscal. No entanto, é convicção do Conselho de Administração da Companhia que não haverá correções aos impostos sobre os lucros registados nas Demonstrações Financeiras.

3.2.17.2. Impostos diferidos

Os impostos diferidos correspondem ao impacto no imposto a recuperar ou a pagar em períodos futuros, resultante de diferenças temporárias dedutíveis ou tributáveis entre o valor de balanço dos ativos e passivos e a sua base fiscal, utilizada na determinação do lucro tributável.

São registados passivos por impostos diferidos para todas as diferenças temporárias tributáveis. Apenas são registados impostos diferidos ativos até ao montante em que seja provável a existência de lucros tributáveis futuros que permitam a utilização das correspondentes diferenças tributárias dedutíveis ou reporte de prejuízos fiscais. Não são registados impostos diferidos ativos nos casos em que a sua recuperabilidade possa ser questionável devido a outras situações, incluindo questões de interpretação da legislação fiscal em vigor.

Os impostos diferidos são calculados com base nas taxas de imposto que se antecipa estarem em vigor à data da reversão das diferenças temporárias, as quais correspondem às taxas aprovadas ou substancialmente aprovadas na data de balanço.

3.2.18. Transações em moeda estrangeira

As transações em moeda estrangeira são registadas com base nas taxas de câmbio indicativas na data da transação. Os ativos e passivos monetários expressos em moeda estrangeira são convertidos para euros às taxas de câmbio de referência do Banco Central Europeu na data de referência do Balanço.

Os itens não monetários que sejam valorizados ao justo valor são convertidos com base na taxa de câmbio em vigor na data da última valorização. Os itens não monetários que sejam mantidos ao custo histórico são mantidos ao câmbio original.

As diferenças de câmbio apuradas na conversão são reconhecidas como ganhos ou perdas do período na conta de ganhos e perdas, com exceção das originadas por instrumentos financeiros não monetários classificados como disponíveis para venda, que são registadas por contrapartida de uma rubrica específica de capital próprio até à alienação do ativo.

3.2.19. Concentração de atividades empresariais e Goodwill

A aquisição de subsidiárias é registada pelo método de compra. O custo de aquisição corresponde ao justo valor, na data da transação,

de ativos entregues, passivos assumidos, instrumentos de capital próprio emitido, acrescidos de quaisquer custos diretamente atribuíveis à transação. Os ativos, passivos e passivos contingentes identificáveis da entidade adquirida são medidos pelo justo valor na data da aquisição.

O *Goodwill* corresponde à diferença entre o custo de aquisição e a proporção adquirida do justo valor dos ativos, passivos e passivos contingentes identificados. Sempre que se verifique que o justo valor excede o custo de aquisição (*Goodwill* negativo), o diferencial é reconhecido imediatamente em resultados.

Quando o custo de aquisição excede o justo valor dos ativos, passivos e passivos contingentes, o *Goodwill* positivo é registado no ativo, não sendo amortizado. No entanto, é objeto de testes de imparidade numa base anual, sendo refletidas eventuais perdas por imparidade que sejam apuradas.

Para efeitos da realização de teste de imparidade, o *Goodwill* apurado é imputado a cada uma das Unidades Geradoras de Caixa (UGC) que beneficiaram da operação de concentração. O *Goodwill* imputado a cada Unidade é objeto de teste de imparidade anualmente, ou sempre que exista uma indicação de que possa existir imparidade.

A imparidade do *Goodwill* é determinada calculando o montante recuperável para cada UGC ou grupo UGC a que o *Goodwill* respeita. Quando o montante recuperável das UGC for inferior ao montante registado é reconhecida imparidade.

As perdas por imparidade em *Goodwill* não podem ser revertidas em períodos futuros.

3.3. ALTERAÇÕES DE POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS

Durante o exercício de 2014, não ocorreram alterações voluntárias de políticas contabilísticas, face às consideradas na preparação da informação financeira relativa ao exercício anterior apresentada nos comparativos.

3.4. NOVAS NORMAS E INTERPRETAÇÕES APLICÁVEIS AO EXERCÍCIO DE 2014

Em resultado do endosso por parte da União Europeia (UE), verificaram-se emissões, revisões, alterações e melhorias nas normas e interpreta-

Capitalização

A Companhia reúne todas as condições para enfrentar sem sobressaltos os desafios do novo regime de Solvência II.



ções com efeitos a partir de 1 de janeiro de 2014. Na nota 33 encontram-se sumarizadas as novas normas e interpretações aplicáveis ao exercício de 2014.

3.5. ESTIMATIVAS CONTABILÍSTICAS CRÍTICAS E ASPETOS DE JULGAMENTOS MAIS RELEVANTES NA APLICAÇÃO DAS POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS

Na aplicação das políticas contabilísticas descritas é necessária a realização de estimativas pelo Conselho de Administração da Companhia. As estimativas com maior impacto nas demonstrações financeiras incluem:

3.5.1. Benefícios dos empregados

Conforme descrito na alínea 3.2.8.1. das bases de mensuração e políticas contabilísticas, as responsabilidades da Companhia por benefícios pós-emprego – planos de benefício definido – concedidos a alguns dos seus empregados são determinadas com base em avaliações atuariais. Estas avaliações atuariais incorporam pressupostos financeiros e atuariais de acordo com a melhor estimativa da Companhia e dos seus atuários relativamente à evolução e comportamento futuro destas variáveis.

3.5.2. Determinação dos passivos por contratos de seguros

A determinação das responsabilidades da Companhia por contratos de seguros é efetuada com base nas metodologias e pressupostos descritos na alínea 3.2.10. das bases de mensuração e políticas contabilísticas e na Nota 4.

Face à sua natureza, a determinação das provisões para sinistros e outros passivos por contratos de seguros reveste-se de um elevado nível de subjetividade, podendo os valores, a verificar-se, virem a ser diferentes das estimativas reconhecidas em balanço.

No entanto, a Companhia considera que os passivos determinados com base nas metodologias aplicadas refletem de forma adequada a melhor estimativa, nesta data, das responsabilidades a que a Companhia se encontra obrigada.

3.5.3. Definição da vida útil dos edifícios

A Companhia efetuou a sua melhor estimativa de vida útil dos seus imóveis em 50 anos. No

entanto, os valores que efetivamente se virão a verificar poderão ser diferentes.

3.5.4. Perdas por deterioro de determinados ativos

A Companhia reconhece as perdas por deterioro dos seus ativos, nomeadamente no que respeita aos imóveis e instrumentos financeiros, de acordo com as suas melhores estimativas. Contudo, poderão vir efetivamente a verificar-se valores diferentes dos reconhecidos contabilisticamente.

3.5.5. Determinação de impostos sobre lucros

Os impostos sobre os lucros são determinados com base no enquadramento regulamentar fiscal em vigor. No entanto, diferentes interpretações da legislação em vigor poderão vir a afetar o valor dos impostos sobre lucros. Em consequência, os valores registados em balanço, os quais resultam do melhor entendimento da Companhia sobre o correto enquadramento das suas operações, poderão vir a sofrer alterações com base em diferentes interpretações por parte das autoridades fiscais.

As estimativas e hipóteses utilizadas são revistas de forma periódica e estão baseadas na experiência histórica e em outros fatores considerados relevantes em cada momento.

3.5.6. Impostos diferidos

São reconhecidos impostos diferidos quando:

- » As quantias dos componentes dos resultados líquidos do exercício não coincidam com as correspondentes quantias relevantes para determinação do imposto liquidado com referência ao período e as diferenças entre aquelas quantias sejam temporárias e reversíveis em período posterior, ou decorram da extinção ou reversão daquelas diferenças – determinantes tanto de passivos por impostos diferidos como de ativos por impostos diferidos;
- » Existem “prejuízos fiscais” – a que, em certas condições, possam ficar associados ativos por impostos diferidos; e
- » As reavaliações, geradoras de aumentos de capital próprio em que o valor contabilístico reavaliado dos elementos patrimoniais seja superior ao inerente valor relevante para o cálculo do imposto – geradores de um passivo por impostos diferidos.



4. NATUREZA E EXTENSÃO DAS RUBRICAS E DOS RISCOS RESULTANTES DE CONTRATOS DE SEGUROS E ATIVOS DE RESSEGURO

4.1. IDENTIFICAÇÃO E EXPLICAÇÃO DAS QUANTIAS INDICADAS NAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS RESULTANTES DE CONTRATOS DE SEGURO

a) Políticas contabilísticas adotadas relativamente a contratos de seguro

As políticas contabilísticas adotadas relativamente a contratos de seguro são descritas no ponto 3.2.10.

b) Processos usados na determinação dos pressupostos que tiveram maior efeito na mensuração das quantias indicadas nas demonstrações financeiras

i) Sinistros conhecidos e pendentes de liquidação

Para a valorização casuística dos sinistros, em cada sinistro, é aberto um expediente por cada tipologia de danos e a valorização é efetuada de modo independente para cada um deles.

No caso concreto da Responsabilidade Civil de Danos Materiais do ramo Automóvel, existem expedientes independentes para o IDS Credor e o IDS Devedor.

No ramo de Caução, a valorização é sempre efetuada pelo valor garantido ou reclamado, se menor, e, no ramo de Crédito, pelo valor efetivamente a indemnizar.

Os hipotéticos valores de reembolso, derivados de responsabilidades assumidas pela Companhia mas imputáveis a outrem, apenas são contabilizados no momento do seu recebimento efetivo.

ii) Desvios de sinistros conhecidos e pendentes de liquidação (IBNER)

Não se utiliza qualquer taxa de desconto na estimação da provisão necessária.

Na base do estudo atuarial referente à Responsabilidade Civil de Danos Materiais Automóvel incluem-se os expedientes de IDS Devedor, uma vez que estes são encargo da Companhia.

No ramo Automóvel, as matrizes de desenvolvimento dos custos com sinistros, base do estudo, não se encontram deduzidas dos expedientes de reembolso, sendo a estimação destes processos efetuada em matrizes próprias.

Nos restantes ramos, nos quais a importância dos reembolsos não é material, estes encontram-se deduzidos nas matrizes base.

iii) Sinistros pendentes de declaração (IBNR)

Não se utiliza qualquer taxa de desconto na estimação.

Na base do estudo atuarial referente à Responsabilidade Civil de Danos Materiais Automóvel, incluem-se os expedientes de IDS Devedor, uma vez que estes são encargo da Companhia.

No ramo Automóvel, as matrizes de desenvolvimento dos custos com sinistros, base do estudo, não se encontram deduzidas dos expedientes de reembolso, sendo a estimação destes expedientes efetuada em matrizes próprias.

Nos restantes ramos, nos quais a importância dos reembolsos não é material, estes encontram-se deduzidos nas matrizes base.

iv) Responsabilidades com assistência vitalícia

As provisões para assistência vitalícia são estimadas caso a caso pela Companhia. Este método de valorização é adotado em virtude da inexistência de histórico suficiente da Companhia que permita o cálculo segundo métodos estatísticos.

v) Gastos de tramitação dos sinistros pendentes

Esta provisão calcula-se considerando os gastos reais imputados à função sinistros e uma projeção da vida média dos expedientes terminados, aplicada aos pendentes de liquidação e aos pendentes de declaração.

vi) Provisão matemática de Acidentes de Trabalho

É calculada segundo métodos de projeção atuarial, utilizando os seguintes pressupostos:

Descrição	Valor dos capitais de remissão	Provisões matemáticas
Lei de sobrevivência da tábua	TD 88/90	GRF 80
Taxa de rendimento	5,25%	4,00%
Carga de gestão	0%	1%

As bases técnicas referidas para o valor dos capitais de remissão apenas são aplicáveis às situações de remissões já definidas ou homologadas.

c) Alterações nas metodologias de cálculo das provisões técnicas

A Companhia não considerou quaisquer alterações, nos exercícios de 2014 e 2013, nas metodologias e pressupostos utilizados na mensuração das suas provisões técnicas.

d) Reconciliação dos passivos resultantes de contratos de seguro, nos ativos resultantes de contratos de resseguro, para os exercícios de 2014 e 2013 – Provisões técnicas.

Euros

Exercício de 2014				
Provisões técnicas – seguro direto	Saldo inicial	Aumento	Redução	Saldo final
Provisão para prémios não adquiridos	21.715.849,36	1.200.224,47	405.055,53	22.511.018,30
Prémios não adquiridos	26.776.008,75	1.200.224,47	0,00	27.976.233,22
Custos de aquisição diferidos	-5.060.159,39	0,00	405.055,53	-5.465.214,92
Provisão para sinistros	93.483.858,12	5.422.348,90	1.910.715,92	96.995.491,10
De Acidentes de Trabalho	33.118.155,68	4.574.559,30	844.085,45	36.848.629,53
Matemática	22.332.722,05	1.953.097,33	0,00	24.285.819,38
Assistência vitalícia	3.181.835,53	831.786,93	228.342,20	3.785.280,26
Outras prestações e custos	4.519.964,57	0,00	145.213,89	4.374.750,68
IBNR	1.051.462,58	1.606.889,96	0,00	2.658.352,54
IBNER	1.552.903,77	54.364,79	470.529,36	1.136.739,20
Custos de gestão de sinistros	479.267,18	128.420,29	0,00	607.687,47
De outros seguros	60.365.702,44	847.789,60	1.066.630,47	60.146.861,57
Prestações	49.480.206,63	823.132,60	67.434,29	50.235.904,94
IBNR	4.082.501,94	7.332,07	0,00	4.089.834,01
IBNER	4.984.754,11	0,00	999.196,18	3.985.557,93
Custos de gestão de sinistros	1.818.239,76	17.324,93	0,00	1.835.564,69
Outras provisões técnicas	6.088.662,85	1.721.290,33	321.364,93	7.488.588,25
Provisão para desvios de sinistralidade	2.631.377,32	0,00	321.364,93	2.310.012,39
Provisão para riscos em curso	3.457.285,53	1.721.290,33	0,00	5.178.575,86
Total	121.288.370,33	8.343.863,70	2.637.136,38	126.995.097,65

Euros

Exercício de 2013				
Provisões técnicas – seguro direto	Saldo inicial	Aumento	Redução	Saldo final
Provisão para prémios não adquiridos	23.769.830,16	168.263,38	2.222.244,18	21.715.849,36
Prémios não adquiridos	28.998.252,93	0,00	2.222.244,18	26.776.008,75
Custos de aquisição diferidos	-5.228.422,77	168.263,38	0,00	-5.060.159,39
Provisão para sinistros	95.058.291,34	4.145.666,39	5.720.099,61	93.483.858,12
De Acidentes de Trabalho	31.815.909,27	3.797.716,93	2.495.470,52	33.118.155,68
Matemática	20.675.017,33	1.657.704,72	0,00	22.332.722,05
Assistência vitalícia	2.568.563,81	613.271,72	0,00	3.181.835,53
Outras prestações e custos	5.875.941,18	0,00	1.355.976,61	4.519.964,57
IBNR	490.352,27	561.110,31	0,00	1.051.462,58
IBNER	1.831.277,42	861.120,26	1.139.493,91	1.552.903,77
Custos de gestão de sinistros	374.757,26	104.509,92	0,00	479.267,18
De outros seguros	63.242.382,07	347.949,46	3.224.629,09	60.365.702,44
Prestações	49.297.666,40	182.540,23	0,00	49.480.206,63
IBNR	5.791.811,31	0,00	1.709.309,37	4.082.501,94
IBNER	6.500.073,83	0,00	1.515.319,72	4.984.754,11
Custos de gestão de sinistros	1.652.830,53	165.409,23	0,00	1.818.239,76
Outras provisões técnicas	4.832.348,32	1.256.314,53	0,00	6.088.662,85
Provisão para desvios de sinistralidade	2.413.091,37	218.285,95	0,00	2.631.377,32
Provisão para riscos em curso	2.419.256,95	1.038.028,58	0,00	3.457.285,53
Total	123.660.469,82	5.570.244,30	7.942.343,79	121.288.370,33

Euros

Exercício de 2014				
Provisões técnicas – resseguro cedido	Saldo inicial	Aumento	Redução	Saldo final
Provisão para prémios não adquiridos	3.687.029,88	216.048,97	0,00	3.903.078,85
Prémios não adquiridos	4.405.408,78	211.293,75	0,00	4.616.702,53
Custos de aquisição diferidos	-718.378,90	4.755,22	0,00	-713.623,68
Provisão para sinistros	18.077.020,54	1.910.871,99	994.763,08	18.993.129,45
Prestações	15.696.590,62	1.910.871,99	67.434,29	17.540.028,32
IBNR	1.598.533,65	0,00	436.618,08	1.161.915,57
IBNER	781.896,27	0,00	490.710,71	291.185,56
Total	21.764.050,42	2.126.920,96	994.763,08	22.896.208,30

Euros

Exercício de 2013				
Provisões técnicas – resseguro cedido	Saldo inicial	Aumento	Redução	Saldo final
Provisão para prémios não adquiridos	4.608.437,47	213.120,81	1.134.528,40	3.687.029,88
Prémios não adquiridos	5.539.937,18	0,00	1.134.528,40	4.405.408,78
Custos de aquisição diferidos	-931.499,71	213.120,81	0,00	-718.378,90
Provisão para sinistros	17.525.902,73	1.222.818,65	671.700,84	18.077.020,54
Prestações	14.473.771,97	1.222.818,65	0,00	15.696.590,62
IBNR	2.159.423,14	0,00	560.889,49	1.598.533,65
IBNER	892.707,62	0,00	110.811,35	781.896,27
Total	22.134.340,20	1.435.939,46	1.806.229,24	21.764.050,42

A variação dos prémios não adquiridos no seguro direto e no resseguro cedido e a variação dos custos de aquisição diferidos relativamente ao seguro direto são apresentadas em rubricas específicas da conta de ganhos e perdas. A variação dos custos de aquisição diferidos, relativamente ao resseguro cedido está incluída na conta de ganhos e perdas, na rubrica de “Comissões e participação nos resultados de resseguro”.

As variações da provisão para desvios de sinistralidade e da provisão para riscos em curso são apresentadas na rubrica de “Outras provisões técnicas, líquidas de resseguro da conta de ganhos e perdas”.

Os Anexos 2.1. e 2.2. a estas Notas ao Balanço e Conta de Ganhos e Perdas explicitam os reajustamentos efetuados nos exercícios de 2014 e de 2013, respetivamente, aos custos com sinistros de exercícios anteriores.

Os Anexos 3.1. e 3.2. a estas Notas ao Balanço e Conta de Ganhos e Perdas contêm a discriminação dos custos com sinistros do seguro direto do exercício e do exercício anterior, respetivamente.

4.2. AVALIAÇÃO DA NATUREZA E EXTENSÃO DOS RISCOS ESPECÍFICOS DE SEGUROS

a) Objetivos, políticas e processos de gestão dos riscos resultantes de contratos de seguro e os métodos usados na gestão desses riscos

A MAPFRE dispõe de um sistema de gestão de riscos, baseado na gestão integrada dos processos de negócio e na adequação do nível de risco aos objetivos estratégicos estabelecidos.

No topo deste sistema encontra-se o Código de Bom Governo, que define as regras basilares a observar no que respeita à ética empresarial.

Em relação à estratégia, o respetivo plano anual é elaborado sob coordenação da área de Gestão de Risco e Controlo Interno, com a participação de todas as áreas de negócio, em função dos objetivos

traçados pelo órgão de gestão (crescimento, contenção de custos e rentabilidade), facto que garante, desde logo, a implicação e a articulação entre todas as áreas e níveis da organização.

Cada área apresenta as suas propostas, identificando o seu enquadramento estratégico, os seus benefícios, o calendário de execução previsto, bem como os valores preliminares envolvidos, classificados por natureza.

Estas propostas são discutidas com o órgão de gestão. As que forem aprovadas são classificadas em projetos ou meras iniciativas, segundo a sua complexidade, seguindo-se um período em que são quantificadas detalhadamente.

O processo de orçamentação conta com a nomeação de um responsável por cada rubrica, segundo a sua natureza (prémios, resseguro, comissões e gastos gerais), assegurando, cada um deles, a quantificação dos valores de índole corrente e dos que resultam das iniciativas apresentadas no âmbito do plano estratégico.

Se uma iniciativa implica a quantificação de mais do que uma variável, o seu proponente articula-se com o responsável de cada uma delas.

A área Financeira garante a integração global dos diversos orçamentos inerentes às atividades, garantindo a sua consistência, acordando os ajustamentos que se revelem necessários com cada um dos responsáveis, os quais, por sua vez, se coordenam com os proponentes das iniciativas e dos projetos.

Na fase de execução, aquelas iniciativas que se classificaram como projetos seguem obrigatoriamente a Metodologia de Gestão de Projetos MAPFRE, que foi desenhada para assegurar a devida interligação entre as diversas áreas envolvidas, o controlo orçamental e a gestão dos riscos associados.

Esta metodologia obriga a uma pormenorizada definição do projeto, à sua aprovação pelo órgão de gestão e posterior nomeação de uma equipa de gestão, composta por um patrocinador, um chefe de projeto e colaboradores das áreas funcionais envolvidas, encontrando-se perfeitamente definidas as responsabilidades de cada um.

O acompanhamento da evolução dos projetos é efetuado através de relatórios de gestão quin-

zenais, da responsabilidade do chefe de projeto, e por reuniões do Comité de Steering respetivo, de cuja aprovação dependem eventuais alterações ao âmbito.

O acompanhamento global da execução do plano estratégico é coordenado pela área de Gestão de Risco e Controlo Interno, que obtém as evidências necessárias de cada área e elabora um documento resumo que é apresentado mensalmente ao órgão de gestão.

No que concerne à operativa diária da Companhia, ela assenta em fluxos de trabalho decorrentes de normas definidas, com base em políticas aprovadas e com o apoio de comités setoriais, em função da sua natureza.

A mais importante dessas políticas é a de aceitação de riscos, cujas principais linhas são as seguintes:

- » Observância de um princípio de diversificação, através da exploração dos diversos ramos, evitando concentrações excessivas em um ou alguns deles;
- » Rigorosa seleção de riscos, classificando-os em três categorias: aceitação automática, condicionada e interdita;
- » Grelha de autonomias, baseada nas competências e na experiência dos colaboradores, os quais procedem à sua aceitação formal;
- » Minimização do risco através de contratos de resseguro adequados, revistos anualmente, onde as percentagens de retenção têm por base uma filosofia de prudência (por exemplo, o valor de exposição máxima ao risco catastrófico é de aproximadamente 1,7 milhões de euros, incluindo os custos de reposição);
- » Seleção dos resseguradores em função do grau de qualidade creditícia mínima, sendo a referência o *rating A* da Standard & Poors;
- » Controlo automático dos cúmulos de risco; e
- » Minimizações do risco através da partilha em regime de co-seguro, quando estão em causa capitais demasiado elevados.

Por sua vez, a política de gestão de sinistros, privilegia a elevada velocidade de liquidação de sinistros e o controlo permanente dos custos médios de abertura e encerramento dos processos.

Estas políticas encontram-se vertidas em manuais operativos, dos quais destacamos os manuais de subscrição, resseguro e sinistros:

- » O manual de subscrição contém todas as normas de aceitação de riscos, as tarifas aplicáveis, a cadeia de delegações e o controlo de cúmulos de risco;
- » O manual de resseguro contém todas as políticas a seguir nesta área, nomeadamente o grau creditício dos resseguradores a observar; e
- » O manual de sinistros contém todas as normas de valoração de sinistros e a definição dos planos de tramitação dos mesmos.

A fim de garantir a sua eficácia, a grande maioria das normas previstas nestes manuais encontra-se transposta para o funcionamento do sistema informático, através de um sistema de controlo técnico que impede a sua inobservância.

Os fluxos de trabalho são desenhados de forma a garantir a máxima eficácia e a minimização dos riscos, na estrita observância das políticas e normas aprovadas, contando com a intervenção da área de Gestão de Risco e Controlo Interno.

A monitorização dos riscos é efetuada através das mais diversas formas.

Desde logo, pelos comités operativos, os quais têm uma função de acompanhamento e, em certos casos, de decisão.

Os comités operativos existentes, bem como as suas atribuições mais importantes, são os seguintes:

- » “Comité de Gestão de Riscos e Solvência” assegura o seguimento da estrutura de gestão de riscos implementada e a coordenação das funções de controlo (Gestão de Risco e Controlo Interno);
- » “Comité Técnico”, em sede do qual se definem as normas de subscrição e respetivas delegações, se procede à aceitação dos riscos especiais e dos que se encontram fora das normas e se efetua um acompanhamento da suficiência técnica do negócio, a qual tem por base dois aspetos relevantes:
 - Certificação das provisões técnicas por atuários independentes;

- Acompanhamento permanente da evolução da sinistralidade, através de matrizes por anos de desenvolvimento, com o consequente cálculo e imputação, através de métodos estatísticos, das provisões para sinistros não declarados no exercício (IBNR), para desvios na valoração dos sinistros declarados (IBNER) e para gastos de tramitação de sinistros, em função do número e vida média esperada destes;

- » “Comité de Negócio”, no qual são discutidos os temas relacionados com a distribuição dos produtos e a organização da rede de vendas, nomeadamente a análise do cumprimento dos objetivos de vendas por ramos, a aprovação das condições económicas da rede de distribuição, a análise das campanhas comerciais e a aprovação da abertura de pontos de venda;

- » “Comité de Sinistros”, no qual se efetua o acompanhamento das variáveis mais importantes desta área, como é o caso, por exemplo, da eficiência na liquidação, dos custos médios e das valorações dos sinistros especiais;

- » “Comité de Projetos” analisa e aprova as propostas oriundas da metodologia da gestão de projetos;

- » “Comité de Alterações”, onde se atribui prioridades e se discutem as solicitações das diversas áreas aos Serviços de Tecnologias, articulando todas as áreas envolvidas;

- » “Comité de Anulações”, cujo objetivo é tornar a gestão das anulações da Companhia (ramos Vida e Não Vida) mais eficaz; e

- » “Comité de Segurança”, onde são analisadas e aprovadas as metodologias a observar nos seguintes planos:

- Plano de Contingência – estabelece resposta a emergência;
- Plano de Recuperação de Desastre – estabelece os procedimentos e meios de recuperação em caso de desastre e o processo para o regresso à normalidade;
- Plano de Gestão de Crise – estabelece a organização de resposta a um desastre, incluindo o processo de ativação e contacto das equipas;
- Plano de Manutenção e Testes – estabelece o processo de manutenção do Plano de Continuidade do Negócio.

Por outro lado, mensalmente, a área Financeira procede ao apuramento de resultados, elaborando as respetivas demonstrações (balanço e conta de resultados), bem como um relatório de reporte bastante detalhado, contendo uma análise da evolução das mais diversas variáveis e rácios (por exemplo, rácio de gastos, rácio combinado e taxa de rentabilidade financeira), o qual é analisado pelo órgão de gestão e disponibilizado a todas as áreas.

Finalmente, uma referência para o facto da política de remunerações da Companhia prever a atribuição de remuneração variável, indexadas ao desempenho relacionado com os aspetos anteriormente citados, a todos os colaboradores.

b) Análises de sensibilidade, concentração e sinistros efetivos/estimados sobre o risco específico de seguros

i) Sensibilidade ao risco

Uma das possíveis medidas de sensibilidade ao risco específico de seguros é o impacto no resultado de exploração derivado da variação de 1 ponto percentual do rácio combinado, cálculo que apresentamos no quadro seguinte, em conjunto com o índice de volatilidade do mesmo rácio, calculado através do desvio padrão deste, num horizonte temporal histórico de cinco anos.

Conceito	Antes de resseguro		Após resseguro	
	2014	2013	2014	2013
Impacto nos resultados antes de impostos da variação de 1 p.p. do rácio combinado (milhões de euros)	0,91	0,89	0,73	0,72
Índice de volatilidade do rácio combinado	6,8%	6,8%	6,0%	2,6%

ii) Concentração de risco

Uma das bases da política de subscrição é a diversificação de riscos que se consubstancia na exploração de todos os ramos, bem como na manutenção de uma adequada estrutura de resseguro.

Euros

Exercício de 2014					
Rubrica	Acidentes de Trabalho	Automóvel	Crédito e Caução	Restantes Ramos	Total
Prémios brutos emitidos	18.925.484,63	49.596.368,64	1.697.563,52	21.831.554,35	92.050.971,14
Prémios de resseguro cedido	232.934,82	4.591.784,39	1.253.065,12	12.289.353,51	18.367.137,84
% média de retenção	99%	91%	26%	44%	80%

Euros

Exercício de 2013					
Rubrica	Acidentes de Trabalho	Automóvel	Crédito e Caução	Restantes Ramos	Total
Prémios brutos emitidos	17.617.263,42	47.166.235,88	1.859.420,44	19.774.487,97	86.417.407,71
Prémios de resseguro cedido	216.410,24	3.189.119,92	1.426.871,35	10.953.161,66	15.785.563,17
% média de retenção	99%	93%	23%	45%	82%

Em relação a duas outras medidas de concentração – geográfica e de moeda – todos os prémios emitidos respeitam ao território de Portugal e a euros, respetivamente.

iii) Sinistros efetivos/estimados

A evolução das matrizes de sinistros, por anos de desenvolvimento, permite uma análise comparativa dos custos efetivos em relação às estimativas.

Milhares de euros

Exercício de 2014								
Evolução dos custos com sinistros – anos seguintes ao de ocorrência								
Ano de ocorrência dos sinistros	Conceito	Ano de ocorrência	1 ano depois	2 anos depois	3 anos depois	4 anos depois	Mais de 4 anos depois	
2009 e anteriores	Provisão pendente	18.793	10.352	12.168	10.238	10.447	33.541	
	Pagos acumulados	57.455	65.133	67.654	69.265	69.892	72.222	
	Total custo	76.248	75.485	79.822	79.503	80.339	105.764	
2010	Provisão pendente	17.534	10.691	7.107	6.914	6.446		
	Pagos acumulados	53.385	71.761	73.800	74.822	76.351		
	Total custo	70.919	82.452	80.907	81.736	82.797		
2011	Provisão pendente	27.723	10.818	9.318	7.186			
	Pagos acumulados	41.941	72.319	75.485	77.339			
	Total custo	69.664	83.138	84.803	84.525			
2012	Provisão pendente	25.876	13.806	9.216				
	Pagos acumulados	35.701	54.777	56.491				
	Total custo	61.577	68.583	65.707				
2013	Provisão pendente	26.648	11.523					
	Pagos acumulados	36.614	49.916					
	Total custo	63.262	61.439					
2014	Provisão pendente	29.083						
	Pagos acumulados	39.747						
	Total custo	68.830						
Conceito		Ano de ocorrência						Total
		2014	2013	2012	2011	2010	2009 e anteriores	
Provisão p/ sinistros de seguro direto – Não Vida		29.083	11.523	9.216	7.186	6.446	33.541	96.995

Milhares de euros

Exercício de 2013								
Evolução dos custos com sinistros – anos seguintes ao de ocorrência								
Ano de ocorrência dos sinistros	Conceito	Ano de ocorrência	1 ano depois	2 anos depois	3 anos depois	4 anos depois	Mais de 4 anos depois	
2008 e anteriores	Provisão pendente	3.858	9.890	6.748	7.201	5.341	26.351	
	Pagos acumulados	49.383	54.746	56.896	58.828	59.626	61.774	
	Total custo	64.202	60.469	62.830	62.095	63.352	75.046	
2009	Provisão pendente	18.793	10.352	12.168	10.238	10.447		
	Pagos acumulados	57.455	65.133	67.654	69.265	69.892		
	Total custo	53.241	64.636	63.644	66.028	64.967		
2010	Provisão pendente	17.534	10.691	7.107	6.914			
	Pagos acumulados	53.385	71.761	73.800	74.822			
	Total custo	76.248	75.485	79.822	79.503			
2011	Provisão pendente	27.723	10.818	9.318				
	Pagos acumulados	41.941	72.319	75.485				
	Total custo	70.919	82.452	80.907				
2012	Provisão pendente	25.876	13.806					
	Pagos acumulados	35.701	54.777					
	Total custo	69.664	83.138					
2013	Provisão pendente	26.648						
	Pagos acumulados	36.614						
	Total custo	61.577						
Conceito		Ano de ocorrência						Total
		2013	2012	2011	2010	2009	2008 e anteriores	
Provisão p/ sinistros de seguro direto – Não Vida		26.648	13.806	9.318	6.914	10.447	26.351	93.484

Nota: Os valores apresentados nos quadros acima não incluem os valores referentes a provisões matemáticas e pensões pagas do ramo Acidentes de Trabalho.

A percentagem imputável ao resseguro cedido da sinistralidade apresentada no quadro anterior ascende globalmente a 19,2% no exercício corrente e a 20,9% no exercício anterior.

O valor de 24.285.819,38 euros referente às provisões matemáticas de Acidentes de Trabalho e incluído na rubrica do Passivo "Provisão para sinistros" apresenta a seguinte decomposição por ano de ocorrência dos sinistros e por tipo de pensão:

Euros

Exercício de 2014				
Ano de ocorrência dos sinistros	Provisão matemática			Total por ano de ocorrência do sinistro
	Conciliadas/homologadas	Definidas	Presumíveis	
2009 e anteriores	9.812.015,12	318.213,37	641.854,05	10.772.082,54
2010	1.849.795,02	0,00	426.480,25	2.276.275,27
2011	1.432.688,24	0,00	1.060.530,47	2.493.218,71
2012	1.484.212,16	0,00	1.050.571,15	2.534.783,31
2013	653.868,95	0,00	2.427.376,49	3.081.245,44
2014	291.285,23	0,00	2.836.928,88	3.128.214,11
Total	15.523.864,72	318.213,37	8.443.741,29	24.285.819,38

Euros

Exercício de 2013				
Ano de ocorrência dos sinistros	Provisão matemática			Total por ano de ocorrência do sinistro
	Conciliadas/homologadas	Definidas	Presumíveis	
2008 e anteriores	8.320.158,97	456.931,57	509.766,37	9.286.856,91
2009	1.662.839,78	0,00	425.873,99	2.088.713,77
2010	1.553.403,57	0,00	551.785,39	2.105.188,96
2011	761.268,31	0,00	1.825.173,85	2.586.442,16
2012	1.011.007,55	0,00	2.560.775,11	3.571.782,66
2013	5.841,87	0,00	2.687.895,72	2.693.737,59
Total	13.314.520,05	456.931,57	8.561.270,43	22.332.722,05

O valor registado no exercício, a título de pagamento de pensões, do ramo de Acidentes de Trabalho ascendeu a 3.671.338,66 euros. No quadro seguinte apresentamos o referido valor por exercício de ocorrência dos sinistros e por tipo de pagamento:

Euros

Exercício de 2014			
Ano de ocorrência dos sinistros	Montantes pagos – pensões		Total por ano de ocorrência do sinistro
	Pensões pagas	Pensões remidas	
2009 e anteriores	674.754,35	160.359,27	835.113,62
2010	173.293,51	101.203,71	274.497,22
2011	233.389,37	249.385,91	482.775,28
2012	136.677,56	1.002.499,96	1.139.177,52
2013	47.809,05	854.083,05	901.892,10
2014	11.286,11	26.596,81	37.882,92
Total	1.277.209,95	2.394.128,71	3.671.338,66

Euros

Ano de ocorrência dos sinistros	Exercício de 2013		
	Montantes pagos – pensões		
	Pensões pagas	Pensões remidas	Total por ano de ocorrência do sinistro
2008 e anteriores	598.739,21	97.985,20	696.724,41
2009	159.699,59	159.284,57	318.984,16
2010	179.714,95	262.256,93	441.971,88
2011	111.811,79	1.024.672,05	1.136.483,84
2012	105.469,91	1.207.174,97	1.312.644,88
2013	698,72	26.156,94	26.855,66
Total	1.156.134,17	2.777.530,66	3.933.664,83

4.3. INFORMAÇÃO QUANTITATIVA E QUALITATIVA SOBRE RISCOS DE MERCADO, CRÉDITO, LIQUIDEZ E OPERACIONAIS

4.3.1. Risco de mercado

Efetua-se uma análise detalhada nos pontos 6.5.2.c).

4.3.2. Risco de crédito

A análise de risco de crédito associada a investimentos financeiros encontra-se detalhada nos pontos 6.5.2.a).

a) Derivado dos tomadores de seguro

Cerca de 32,5% da carteira da Companhia tem pagamento domiciliado e 7,3% tem pagamento direto nos escritórios da Companhia, ou seja, 39,8% da carteira é cobrada sem intervenção de mediadores, facto que diminui a exposição ao risco de crédito. Para a carteira não cobrada, quer da mediada quer da não mediada, é efetuada uma gestão diária para evitar as anulações por falta de pagamento.

A Companhia calcula e contabiliza um ajustamento para recibos por cobrar, cujo valor se detalha na nota 13.

b) Resultante de mediadores de seguro

Os mediadores na MAPFRE Seguros Gerais, S.A. detêm 57,6% da carteira da Companhia e dispõem de capacidade de cobrança via internet, ferramenta onde os recibos são virtuais, o que diminui a exposição ao risco.

c) Decorrente de contratos de resseguro

O risco de crédito encontra-se minimizado, tendo em conta que a política de resseguro privilegia as entidades com qualidade creditícia superior a "A", conforme já anteriormente referenciado.

No quadro seguinte, apresentamos a exposição máxima ao risco:

Euros

Resseguro cedido	Valor contabilístico	
	2014	2013
Provisão para sinistros	18.993.129,45	18.077.020,54
Dívidas por operações de resseguro cedido	-670.897,67	-543.438,56
Créditos por operações de resseguro cedido	1.384.260,14	17.412,21
Total posição líquida	19.706.491,92	17.550.994,19

Esta exposição máxima encontra-se distribuída de acordo com a classificação creditícia dos resseguradores do quadro seguinte:

Classificação creditícia de resseguradores	Valor contabilístico	
	2014	2013
AAA	-83,75	0,00
AA	425.400,33	26.810,35
A	17.423.982,88	103.716,51
BBB	1.978.449,52	17.392.518,76
Sem qualificação	-121.257,06	27.948,57
Total posição líquida	19.706.491,92	17.550.994,19

Do valor total em risco, um montante de 2.356.402,50 euros encontra-se garantido através do depósito de títulos de rendimento fixo, em conta caucionada a favor da Companhia, e o valor de 28.485,69 euros encontra-se garantido em numerário através de depósitos recebidos de resseguradores.

Em relação ao co-seguro, a exposição máxima ao risco de crédito encontra-se espelhada no quadro seguinte:

Co-seguro cedido	Valor contabilístico	
	2014	2013
Provisão para sinistros	907.371,00	994.507,62
Créditos por operações de co-seguro cedido	273.054,39	-53.957,52
Dívidas por operações de co-seguro cedido	152.514,49	145.286,51
Total posição líquida	1.332.939,88	1.085.836,61

Não se dispõe, à data, de classificações creditícias das entidades em causa, razão pela qual não são apresentadas.

4.3.3. Risco de liquidez

Para cobrir eventuais obrigações derivadas dos contratos de seguro, mantêm-se saldos de “Caixa e seus equivalentes e depósitos à ordem” suficientes.

Em 31 de dezembro de 2014, o saldo de “Caixa e seus equivalentes e depósitos à ordem” era de 1.704.595,72 euros e representava 1,2% do total de investimentos financeiros e caixa e seus equivalentes e depósitos à ordem.

Por outro lado, os investimentos financeiros encontram-se classificados como “Disponíveis para Venda” e são negociados em mercados regulamentados, o que garante a possibilidade imediata de os transformar em liquidez. No ponto 6.5.2. dá-se uma informação quantitativa do risco de liquidez dos instrumentos financeiros.

O calendário estimado de saídas de tesouraria relacionadas com passivos de seguros encontra-se no quadro seguinte:

Milhares de euros

Exercício de 2014								
Conceito	Seguro direto						Após o 5.º ano	Saldo final
	1.º ano	2.º ano	3.º ano	4.º ano	5.º ano			
Provisão para prémios não adquiridos	22.441	51	0	0	0	19	22.511	
Provisão para sinistros	63.750	21.334	2.749	2.973	2.452	3.738	96.995	
Matemática	24.219	8.105	1.044	1.129	931	1.420	36.849	
Outras	39.531	13.229	1.705	1.843	1.520	2.318	60.147	
Provisão para participação nos resultados							0	
Provisão para desvios de sinistralidade	1.518	508	65	71	58	89	2.310	
Provisão para riscos em curso	3.404	1.139	147	159	131	200	5.179	
Outras provisões técnicas							0	
Dívidas por operações de seguro direto	4.278	190	143	95	48	0	4.753	
Dívidas por operações de resseguro	671						671	
Total posição líquida	96.061	23.223	3.104	3.297	2.688	4.045	132.419	

Milhares de euros

Exercício de 2013								
Conceito	Seguro direto						Após o 5.º ano	Saldo final
	1.º ano	2.º ano	3.º ano	4.º ano	5.º ano			
Provisão para prémios não adquiridos	21.595	24	77	0	0	20	21.716	
Provisão para sinistros	54.631	28.464	4.724	1.526	935	3.205	93.484	
Matemática	19.354	10.084	1.673	541	331	1.135	33.118	
Outras	35.277	18.380	3.050	985	604	2.069	60.366	
Provisão para participação nos resultados							0	
Provisão para desvios de sinistralidade	1.538	801	133	43	26	90	2.631	
Provisão para riscos em curso	2.020	1.053	175	56	35	119	3.457	
Outras provisões técnicas							0	
Dívidas por operações de seguro direto	3.572	159	119	79	40	0	3.969	
Dívidas por operações de resseguro	543						543	
Total posição líquida	83.899	30.501	5.227	1.704	1.036	3.434	125.801	

4.3.4. Risco operacional

Bianualmente, é levado a cabo um processo de levantamento de riscos operacionais, utilizando a ferramenta informática Riskm@p, desenvolvida pelo Grupo MAPFRE.

Este levantamento inclui 23 tipos de riscos, agrupados nas seguintes áreas: Atuarial, Jurídica, Informática, Pessoal, Colaboradores, Procedimentos, Informação, Fraude e Bens Materiais e Mercado.

Na avaliação bianual dos riscos operacionais efetuada em 2014, foram selecionados 64 colaboradores, tendo em conta as suas funções e relevância, que responderam a 309 questionários, tendo em conta os tipos de risco já identificados e que são posteriormente tratados pelo Coordenador de Riscos, obtendo-se um mapa em função da criticidade, resultante da importância e da probabilidade de ocorrência destes.

Para os riscos contidos em cada processo que apresentem um índice de criticidade superior a 75% é obrigatoriamente elaborado um plano de ação, com o objetivo de os minimizar.

Apresentam-se no quadro abaixo os índices de criticidades dos riscos operacionais apurados em 2014, não existindo nenhum superior a 75%:

Processo	Índice de criticidade associado	
	2014	2013
Geral	63,41	61,10
Desenvolvimento de produtos	64,73	54,20
Emissão	66,04	67,20
Sinistros	58,68	59,30
Gestão Administrativa	54,43	57,80
Atividades Comerciais	64,88	61,30
Recursos Humanos	57,95	55,00
Comissões	62,72	63,00
Co-seguro/Resseguro	67,99	65,50
Provisões Técnicas	62,15	64,70
Investimentos	62,17	59,10
Sistemas Tecnológicos	59,27	58,70
Atendimento ao Cliente	64,48	63,60

Euros

4.4. MONITORIZAÇÃO GLOBAL DA EXPOSIÇÃO AO RISCO

Todos os processos descritos garantem uma elevada consistência na gestão de risco da Companhia e são complementados por um sistema global de monitorização e quantificação da exposição.

Tal sistema encontra-se sob a responsabilidade do Coordenador de Riscos, que assegura:

a) A quantificação global da exposição aos riscos

Para o caso do cálculo de Riscos e Capitais, o Grupo MAPFRE dispõe de uma política interna de capitalização e dividendos destinada a dotar as unidades de uma forma racional e objetiva dos capitais necessários para cobrir os riscos assumidos. O cálculo dos riscos realiza-se através de um modelo *standard* de fatores fixos no qual são quantificados os riscos financeiros, riscos de crédito e riscos da atividade seguradora. Desta forma, fica definido que o capital de cada unidade MAPFRE nunca poderá ser inferior ao capital mínimo requerido a cada momento acrescido de uma margem de 10%. O capital é calculado em função das estimativas para o ano seguinte, sendo feita uma revisão do mesmo pelo menos uma vez por ano em função da evolução dos riscos.

Ao fecho do exercício de 2014, a taxa de cobertura da margem de solvência foi de 525,62%.

b) A elaboração e implementação de planos de ação mitigadores dos riscos

Para os riscos com grau de criticidade elevada, o Coordenador de Riscos promove, em conjunto com as áreas envolvidas, a elaboração e implementação de planos de mitigação desses riscos.

c) O desenvolvimento de pontos de controlo de riscos

Em função do tratamento das respostas aos questionários, o Coordenador de Riscos sugere a implementação de pontos de controlo e acompanha a sua implementação em prática.

d) A implementação de um ambiente de gestão e controlo de riscos na organização

Esta vertente é assegurada pela divulgação a toda a Companhia da quantificação efetuada, pelo envolvimento de toda a organização nos planos mitigadores e nos pontos de controlo, bem como através da promoção de diversas ações de formação.

4.5. PRESTAÇÃO DE INFORMAÇÃO QUALITATIVA RELATIVA À ADEQUAÇÃO DOS PRÉMIOS E DAS PROVISÕES

No que respeita à adequação dos prémios, a mesma foi verificada através de estudos atuariais, efetuados pelo Atuário Responsável, constantes do relatório emitido pelo mesmo, que incluem a análise da taxa de sinistralidade por ramos, anos de ocorrência e anos de desenvolvimento, bem como do *bonus-malus* (no caso do ramo Automóvel), os quais concluíram na generalidade pela suficiência das tarifas.

Em relação à suficiência das provisões, a mesma foi igualmente objeto de análise atuarial pelo Atuário Responsável, através de estudos aprofundados da evolução das matrizes de desenvolvimento dos sinistros, bastante detalhadas por ramos, bem como das provisões complementares constituídas para IBNR, IBNER e Gastos de Tramitação de Sinistros, concluindo pela sua adequação.

Apresenta-se no ponto 4.2.b) iii a evolução dessas matrizes do conjunto dos ramos.

No caso particular das provisões para prémios não adquiridos, as mesmas são rigorosamente calculadas, recibo a recibo, pelo método *pro rata temporis*, tendo sido validadas pelo atuário responsável através de amostragem.

4.6. INFORMAÇÃO QUANTITATIVA E QUALITATIVA DE ALGUNS RÁCIOS

Apresentamos no quadro abaixo um conjunto de rácios para os grupos de ramos com maior representatividade na carteira da Companhia:

Rácios*	Exercício de 2014				
	Ramos Não Vida	Acidentes de Trabalho	Automóvel	Crédito e Caução	Restantes Ramos
Rácio de sinistralidade	80,9%	105,2%	82,0%	8,0%	63,1%
Rácio de custos de exploração	28,0%	25,4%	29,3%	29,0%	27,5%
Rácio combinado	110%	132%	113%	35%	92%
Rácio operacional	99%	122%	99%	19%	87%

* Calculados brutos de resseguro cedido.

Rácios*	Exercício de 2013				
	Ramos Não Vida	Acidentes de Trabalho	Automóvel	Crédito e Caução	Restantes Ramos
Rácio de sinistralidade	82,6%	94,9%	75,1%	47,8%	92,7%
Rácio de custos de exploração	26,2%	23,9%	26,9%	29,7%	26,4%
Rácio combinado	106%	118%	100%	76%	113%
Rácio operacional	100%	107%	93%	69%	110%

* Calculados brutos de resseguro cedido.

Todos os rácios dos ramos de Acidentes de Trabalho e Automóvel apresentam um aumento em relação ao ano anterior, em consequência da variação positiva de 14,5%, dos custos de exploração em 2014 relativamente a 2013 e do aumento da taxa de sinistralidade em 2014 de 10,4 pontos percentuais relativamente ao ano anterior.

4.7. MONTANTES RECUPERÁVEIS

Em 31 de dezembro de 2014, não existia registo contabilístico de valores a recuperar, relativamente a montantes pagos pela ocorrência de sinistros, provenientes da aquisição dos direitos dos segurados em relação a terceiros (sub-rogação) ou da obtenção da propriedade legal dos bens seguros (salvados).

6. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

6.1. RUBRICAS DE BALANÇO

Os instrumentos financeiros são constituídos por títulos de dívida, ações e unidades de participação em fundos de investimento mobiliário, classificados nas categorias de “Ativos financeiros disponíveis para venda”.

Face à conjuntura de forte instabilidade vivida nos mercados financeiros, com particular incidência na desvalorização dos títulos da dívida pública portuguesa, que teve como consequência imediata a erosão da generalidade dos capitais próprios das empresas, a Companhia, tendo em conta a circular do ISP n.º 4/2011-R e as categorias de classificação contabilística dos investimentos financeiros previstas na IAS 39, reclassificou os títulos de rendimento fixo da República Portuguesa, que possuía na sua carteira de investimentos, da categoria de “Disponíveis para venda” para “A deter até à maturidade”.

A reclassificação aludida foi efetuada em 1 de janeiro de 2011 e teve, nessa data, um impacto nos capitais próprios de 376.381,89 euros. Em 1 de junho de 2014, a Companhia entendeu proceder à reclassificação contabilística dos referidos títulos, novamente, para a categoria de “Disponíveis para venda”, com um impacto nos capitais próprios de -661.442,12 euros, conforme se demonstra no quadro abaixo:

Euros

Rubrica	Em 01/01/2011	Em 31/12/2011	Em 31/12/2012	Em 31/12/2013	Em 01/06/2014
Títulos da dívida pública portuguesa					
Valor nominal	6.475.000,00	5.975.000,00	5.975.000,00	4.975.000,00	4.975.000,00
Valor de aquisição	5.848.449,90	5.345.488,92	5.345.488,92	4.580.601,81	4.580.601,81
Justo valor	5.952.653,43	4.145.400,60	5.744.667,74	4.856.923,39	5.529.501,16
Valor contabilístico	5.345.488,92	5.508.213,46	5.587.583,97	4.747.447,24	4.762.688,83
Impacto nos capitais próprios	376.381,89	1.687.382,39	106.920,02	-31.717,38	-661.442,12

A reconciliação, por natureza de instrumento financeiro, dos saldos iniciais e finais encontra-se no quadro seguinte:

Euros

Exercício de 2014				
Rubrica	Títulos de dívida	Ações e unidades de participação	Outros depósitos	Valor contabilístico
Saldo inicial	113.638.813,53	14.789.594,89	1.001.275,00	129.429.683,42
Aquisições (a valor aquisição)	57.349.806,32	3.040.292,08	0,00	60.390.098,40
Reembolsos (a valor aquisição)	4.609.814,80		1.000.000,00	5.609.814,80
Alienações (a valor aquisição)	49.095.316,29	3.564.185,21		52.659.501,50
Ajustamentos da reclassificação contabilística (a valor aquisição)	0,00			0,00
Variação do justo valor	14.055.452,05	625.478,77		14.680.930,82
Variação do custo amortizado	128.988,13			128.988,13
Juros	-796.572,39		-1.275,00	-797.847,39
Saldo final	130.671.356,55	14.891.180,53	0,00	145.562.537,08

Euros

Exercício de 2013				
Rubrica	Títulos de dívida	Ações e unidades de participação	Outros depósitos	Valor contabilístico
Saldo inicial	101.670.534,25	11.772.272,12	10.006.229,17	123.449.035,54
Aquisições (a valor aquisição)	91.984.714,04	14.306.963,53	1.000.000,00	107.291.677,57
Reembolsos (a valor aquisição)	0,00		10.000.000,00	10.000.000,00
Alienações (a valor aquisição)	87.082.269,84	13.910.900,96		100.993.170,80
Ajustamentos da reclassificação contabilística (a valor aquisição)	0,00			0,00
Varição do justo valor	6.385.129,19	2.621.260,20		9.006.389,39
Varição do custo amortizado	-42.611,54			-42.611,54
Juros	723.317,43		-4.954,17	718.363,26
Saldo final	113.638.813,53	14.789.594,89	1.001.275,00	129.429.683,42

Apresenta-se, no quadro abaixo, a decomposição por classificação contabilística dos instrumentos financeiros:

Euros

Exercício de 2014					
Tipo de ativo	Valor contabilístico				Total
	Aquisição	Custo amortizado	Ajustamento ao justo valor	Juro	
Ativos financeiros disponíveis para venda	118.861.541,82	361.767,23	24.362.659,80	1.976.568,23	145.562.537,08
Ações	11.130.817,59	0,00	2.041.354,45	0,00	13.172.172,04
Unidades participação	1.311.764,15	0,00	407.244,34	0,00	1.719.008,49
Títulos de dívida pública	64.898.703,70	368.432,11	18.484.419,03	1.215.314,61	84.966.869,45
Títulos de outros emissores públicos	9.240.963,38	12.148,52	1.422.178,38	261.437,25	10.936.727,53
Títulos de outros emissores	32.279.293,00	-18.813,40	2.007.463,60	499.816,37	34.767.759,57
Total	118.861.541,82	361.767,23	24.362.659,80	1.976.568,23	145.562.537,08

Euros

Exercício de 2013					
Tipo de ativo	Valor contabilístico				Total
	Aquisição	Custo amortizado	Ajustamento ao justo valor	Juro	
Ativos financeiros disponíveis para venda	111.160.157,91	147.149,53	9.681.728,98	2.691.924,76	123.680.961,18
Ações	9.628.662,48	0,00	1.598.002,72	0,00	11.226.665,20
Unidades participação	3.337.812,39	0,00	225.117,30	0,00	3.562.929,69
Títulos de dívida pública	61.206.209,60	140.615,24	5.714.235,57	1.879.179,93	68.940.240,34
Títulos de outros emissores	36.987.473,44	6.534,29	2.144.373,39	812.744,83	39.951.125,95
Empréstimos concedidos e contas a receber	1.000.000,00	0,00	0,00	1.275,00	1.001.275,00
Outros depósitos	1.000.000,00			1.275,00	1.001.275,00
Investimentos a deter até à maturidade	4.580.601,81	85.629,57	0,00	81.215,86	4.747.447,24
Títulos de dívida pública	4.580.601,81	85.629,57	0,00	81.215,86	4.747.447,24
Total	116.740.759,72	232.779,10	9.681.728,98	2.774.415,62	129.429.683,42

No Anexo 1 às Notas ao Balanço e Conta de Ganhos e Perdas, apresenta-se o inventário de participações e instrumentos financeiros (Anexo 1), no qual se detalham por código de ISIN os instrumentos financeiros que fazem parte integrante do total apresentado no Balanço em “Ativos financeiros disponíveis para venda”.

6.2. JUSTO VALOR

6.2.1. Métodos de apuramento do justo valor

No ponto 3.2.3. são descritos os critérios e bases de mensuração aplicados aos instrumentos financeiros detidos pela Companhia.

Regra geral, os títulos de rendimento fixo estão valorizados à cotação de fecho dos mercados, obtida através da Bloomberg. Contudo, no exercício de 2014, existiram algumas exceções, que se descrevem nas alíneas seguintes:

a) Modelo interno (considerando a cotação de mercado)

- » Através da Bloomberg obtêm-se as cotações para cada título;
- » Com esta cotação, obtêm-se o *spread* implícito sobre a curva *swap* euro;
- » Automaticamente, é realizado um controlo para detetar se o *spread* se encontra dentro de um intervalo dinâmico, para mais ou para menos, em referência ao *spread* médio das duas últimas sessões;
- » Se fica dentro, aceita o *spread* e, portanto, a cotação;
- » Se fica fora, considera o *spread* médio dos últimos dois dias, sendo a cotação obtida pelo desconto dos fluxos do título à taxa *swap* adicionada do *spread* considerado;
- » Neste caso, no dia seguinte, analisa-se se estamos perante uma situação consequência de transações forçadas e onde não exista um mercado ativo;
- » Se isso se verifica, então aplica-se um *spread* fixo, determinado em função da qualidade creditícia do emissor e do prazo residual do título, variáveis estas observadas em novas emissões ou, caso estas não existam, em função do histórico de emissões do emissor;
- » Estes *spreads* são revistos semanalmente; e
- » Descontando os fluxos do título à taxa *swap* adicionada do *spread* fixo obtém-se a cotação de valorização do título.

Em consonância com as Normas Internacionais de Contabilidade e a Circular n.º 11/2008, de 16 de dezembro, a Companhia adota este processo em virtude do funcionamento atual dos mercados implicar um efeito de volatilidade excessiva de alguns títulos.

Os instrumentos financeiros, valorizados à cotação do referido modelo interno, no montante de 1.233.036,12 euros, são os seguintes:

ISIN	Nome do emissor
XS0370846973	COMMERZBANK A.G.
XS0460658676	ROYAL BANK OF SCOTLAND PLC – L

6.2.2. Níveis de valorização

De acordo com a IFRS 13, os ativos financeiros detidos estão valorizados ao justo valor de acordo com um dos seguintes níveis:

- » Nível 1 – Justo valor determinado diretamente com referência a um mercado oficial ativo;
- » Nível 2 – Justo valor determinado utilizando técnicas de valorização suportadas em preços observáveis em mercados correntes transacionáveis para o mesmo instrumento financeiro;
- » Nível 3 – Justo valor determinado utilizando técnicas de valorização não suportadas em preços observáveis em mercados correntes transacionáveis para o mesmo instrumento financeiro.

A categoria da hierarquia de justo valor e as transferências entre categorias são determinadas em cada data de reporte. Apresenta-se, no quadro abaixo, os instrumentos financeiros por tipo de valorização:

Euros

Conceito	Exercício de 2014			
	Justo valor – Níveis de valorização			Total
	Nível 1	Nível 2	Nível 3	
Ativos financeiros disponíveis para venda				
Ações	13.172.172,04	0,00	0,00	13.172.172,04
Unidades de participação	0,00	1.719.008,49	0,00	1.719.008,49
Títulos de dívida pública	84.966.869,45	0,00	0,00	84.966.869,45
Títulos de outros emissores públicos	10.936.727,53	0,00	0,00	10.936.727,53
Títulos de outros emissores	33.534.723,45	1.233.036,12	0,00	34.767.759,57
Total	142.610.492,47	2.952.044,61	0,00	145.562.537,08

Euros

Conceito	Exercício de 2013			
	Justo valor – Níveis de Valorização			Total
	Nível 1	Nível 2	Nível 3	
Ativos financeiros disponíveis para venda				
Ações	11.226.665,20	0,00	0,00	11.226.665,20
Unidades de participação	0,00	3.562.929,69	0,00	3.562.929,69
Títulos de dívida pública	68.940.240,34	0,00	0,00	68.940.240,34
Títulos de outros emissores	38.881.392,34	1.069.733,61	0,00	39.951.125,95
Investimentos a deter até à maturidade				
Títulos de dívida pública	4.747.447,24	0,00	0,00	4.747.447,24
Total	123.795.745,12	4.632.663,30	0,00	128.428.408,42

6.3. IMPARIDADE

A Companhia efetuou os testes de imparidade de acordo com o divulgado no ponto 3.2.2.4., dos quais não resultou qualquer valor a registar a título de imparidade ao final do exercício de 2014.

6.4. CONTABILIDADE DE COBERTURA

No exercício de 2014, a Companhia não utilizou instrumentos de cobertura.

6.5. NATUREZA E EXTENSÃO DOS RISCOS RESULTANTES DOS INSTRUMENTOS FINANCEIROS

6.5.1. Informação qualitativa para avaliação da natureza e extensão dos riscos resultantes de instrumentos financeiros

Em geral, a Companhia baseia a sua política de investimentos em critérios de prudência, privilegiando os títulos de rendimento fixo.

A política de investimentos aponta para uma distribuição de referência de 90% para títulos de rendimento fixo e 10% para rendimento variável.

Não obstante, assume um certo grau de risco, de acordo com os seguintes critérios:

a) Risco de taxa de juro

A variável utilizada para medir este risco é a duração modificada, estabelecendo-se que a sua magnitude deve-se situar em torno dos 5%, com um máximo de 7%.

b) Risco de câmbio

A exposição a este risco apenas deve ser mantida por motivos de diversificação dos investimentos e não pode superar os 10% do total dos investimentos.

c) Outros riscos de mercado

Relativamente a outros possíveis riscos de mercado que não os anteriores, encontra-se estabelecido que não devem superar os 20% do total dos investimentos.

Existe uma adequada diversificação internacional e setorial dos ativos de rendimento variável, no sentido de reduzir a exposição ao risco de um mercado específico.

O risco de crédito é minimizado através do investimento, em títulos emitidos por entidades de elevada solvência e da diversificação dos investimentos de rendimento fixo.

Como referência, as aplicações de rendimento fixo devem conter aproximadamente 50% de títulos de rendimento fixo de Estados da União Europeia e 50% de títulos emitidos por empresas de alta classificação creditícia.

Quer no caso dos títulos de rendimento fixo como nos de rendimento variável, aplicam-se critérios de diversificação por setores de atividade e limites máximos de risco por emissor.

Ainda que as limitações de risco se encontrem estabelecidas através de variáveis facilmente observáveis, realizam-se regularmente análises de risco em termos probabilísticos em função das volatilidades e correlações históricas.



6.5.2. Informação quantitativa para avaliação da natureza e extensão dos riscos resultantes de instrumentos financeiros por tipo de risco

a) Risco de crédito

No quadro seguinte, apresenta-se o nível máximo de exposição ao risco de crédito e a classificação creditícia dos emissores de valores de títulos de dívida:

Euros

Classificação creditícia dos emissores	Exercício de 2014				
	Justo valor				
	Estado	Bancos e instituições financeiras	Seguradoras	Outros	Total
AA	0,00	4.579.589,62	0,00	1.466.240,40	6.045.830,02
A	1.894.661,33	16.598.040,82	0,00	2.759.545,65	21.252.247,80
BBB	86.427.881,69	8.892.278,77	0,00	119.656,26	95.439.816,72
BB ou menor	6.114.813,56	1.818.648,45	0,00	0,00	7.933.462,01
Total	94.437.356,58	31.888.557,66	0,00	4.345.442,31	130.671.356,55

Euros

Classificação creditícia dos emissores	Exercício de 2013				
	Justo valor				
	Estado	Bancos e instituições financeiras	Seguradoras	Outros	Total
AA	0,00	251.996,07	0,00	1.409.495,64	1.661.491,71
A	0,00	12.462.949,94	0,00	1.689.596,98	14.152.546,92
BBB	78.273.813,49	12.248.148,89	0,00	1.642.261,94	92.164.224,32
BB ou menor	4.747.447,24	913.103,34	0,00	0,00	5.660.550,58
Sem qualificação	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Total	83.021.260,73	25.876.198,24	0,00	4.741.354,56	113.638.813,53

A persistente deterioração da situação europeia e a existência de vários riscos fez com que as agências financeiras tenham, ao longo do ano 2012, baixado o *rating* a vários países e instituições financeiras, baixa esta responsável pela acumulação de valores em *ratings* de menor classificação, situação que não foi revertida em 2013 mas que começou a dar sinais de reversão durante o ano 2014.

b) Risco de câmbio

No quadro seguinte, apresenta-se o detalhe dos instrumentos financeiros atendendo às moedas em que estão denominados à data de encerramento do exercício:

Euros

Exercício de 2014				
Moeda	Valor contabilístico			Total
	Ações	Unidades de participação	Títulos de dívida	
Euro	12.108.176,14	1.719.008,49	130.671.356,55	144.498.541,18
Franco suíço	802.841,26			802.841,26
Libras	261.154,64			261.154,64
Total	13.172.172,04	1.719.008,49	130.671.356,55	145.562.537,08

Euros

Exercício de 2013				
Moeda	Valor contabilístico			Total
	Ações	Unidades de participação	Títulos de dívida	
Euro	10.368.173,91	3.562.929,69	113.638.813,53	127.569.917,13
Franco suíço	605.786,94			605.786,94
Libras	252.704,35			252.704,35
Total	11.226.665,20	3.562.929,69	113.638.813,53	128.428.408,42

c) Risco de mercado

Nas análises de sensibilidade realizadas ao risco financeiro, destacam-se, entre outros, os indicadores da duração modificada, para instrumentos financeiros de rendimento fixo, e o VaR (Valor em Risco) para os de rendimento variável.

A duração modificada reflete a sensibilidade do valor dos ativos aos movimentos das taxas de juro e representa uma aproximação ao valor da variação percentual no valor dos ativos financeiros, por cada ponto percentual de variação das taxas de juro. No quadro abaixo, detalham-se os vencimentos, a taxa de juro média e a duração modificada:

Milhares de euros

Exercício de 2014									
Tipo de ativo	Saldo final	Vencimento a:						Taxa de juro	Duração modificada
		1 ano	2 anos	3 anos	4 anos	5 anos	Após 5 anos		
Carteira disponível p/ venda									
Títulos de dívida	130.671	1.340	9.588	12.964	7.178	13.378	86.223	1,1167	4,8269
Total	130.671	1.340	9.588	12.964	7.178	13.378	86.223	-	-

Milhares de euros

Exercício de 2013									
Tipo de ativo	Saldo final	Vencimento a:						Taxa de juro	Duração modificada
		1 ano	2 anos	3 anos	4 anos	5 anos	Após 5 anos		
Carteira disponível p/ venda									
Títulos de dívida	113.639	5.581	4.247	7.861	8.593	16.765	70.592	2,8856	4,9802
Total	113.639	5.581	4.247	7.861	8.593	16.765	70.592	-	-

No quadro que se segue, podem-se observar os impactos do risco, resultantes das alterações da taxa de juro, na taxa de cobertura da margem de solvência da Companhia:

Milhões de euros

Margem de solvência	2014	2013
Margem de solvência disponível	64,74	56,92
Taxa de cobertura	529%	484%
Aumento de 1 p.p. na taxa de juro		
Impacto na margem disponível	-4,86	-4,16
Impacto na taxa de cobertura	-35%	-28%
Taxa de cobertura após impacto	494%	456%
Diminuição de 1 p.p. na taxa de juro		
Impacto na margem disponível	4,91	4,16
Impacto na taxa de cobertura	30%	28%
Taxa de cobertura após impacto	559%	512%

No quadro que se segue, mostram-se os impactos do risco, resultantes das alterações da taxa de juro, no capital próprio da Companhia:

Milhões de euros

Capital próprio	2014	2013
Capital próprio	76,82	67,66
Aumento de 1 p.p. na taxa de juro		
Impacto no capital próprio	-5,26	-4,16
Capital próprio após o impacto	71,56	63,50
Aumento de 1 p.p. na taxa de juro		
Impacto no capital próprio	4,51	4,16
Capital próprio após o impacto	81,34	71,82

O seguinte quadro reflete o valor contabilístico dos instrumentos financeiros de rendimento variável expostos ao risco de bolsa e o VaR (Valor em Risco), máxima variação esperada num horizonte temporal de um ano e para um nível de confiança de 99%:

Milhões de euros

Exercício de 2014		
Carteira disponível para venda	Valor contabilístico	VaR
Instrumentos de rendimento variável	14,89	4,840
Total	14,89	4,840

Milhões de euros

Exercício de 2013		
Carteira disponível para venda	Valor contabilístico	VaR
Instrumentos de rendimento variável	14,79	5,310
Total	14,79	5,310

d) Risco de liquidez

A Companhia efetua o controlo periódico do risco de liquidez e as projeções não indiciam problemas a esse nível. Também mantém a totalidade da carteira de participações financeiras classificada como “Disponível para venda”, tal como comentado no ponto 4.3.3.

7. INVESTIMENTOS EM FILIAIS E ASSOCIADAS

Apresentamos no quadro abaixo o detalhe dos investimentos em filiais, associadas e empreendimentos conjuntos:

Entidade	Euros	
	2014	2013
Ativo		
Investimentos em filiais, associadas e empreendimentos conjuntos		
MAPFRE Seguros de Vida, S.A.	21.000.000,00	21.000.000,00
Total	21.000.000,00	21.000.000,00

No quadro abaixo, apresentamos a informação financeira resumida das associadas, individualmente:

Entidade	Euros	
	2014	2013
MAPFRE Seguros de Vida, S.A.		
Total dos ativos	300.233.229,56	237.406.457,39
Total dos passivos	266.310.604,36	217.396.385,76
Rendimentos	84.356.335,00	59.385.050,33
Resultados	1.488.435,65	486.560,38

7.1. PARTICIPAÇÃO NA MAPFRE SEGUROS DE VIDA, S.A.

No exercício de 2009, a MAPFRE Seguros Gerais, S.A. participou majoritariamente no capital da Sociedade MAPFRE Seguros de Vida, S.A., que foi constituída formalmente como seguradora, de acordo com a Norma de Autorização n.º 1/2009-A, de 12 de junho de 2009, emitida pelo Conselho Diretivo do Instituto de Seguros de Portugal, e que iniciou a sua atividade no exercício de 2010.

A Companhia procedeu, no exercício de 2010, a um aumento de capital na sociedade MAPFRE Seguros de Vida, S.A., em que é acionista única, pelo montante de 10.000.000,00 de euros, Sociedade que passou a ter um capital social de 17.500.000,00 de euros.

No exercício de 2013, a MAPFRE Seguros Gerais, S.A. procedeu a um novo aumento de capital na Sociedade MAPFRE Seguros de Vida, S.A., em que é acionista única, pelo montante de 3.500.000,00 de euros, Sociedade que passou a ter um capital social de 21.000.000,00 de euros.

7.2. PARTES DE CAPITAL

As partes de capital em empresas associadas e subsidiárias foram inicialmente registadas nas demonstrações financeiras da Companhia pelo método do custo. Com base na evolução financeira da participada não foram identificados indícios de imparidade.



8. CAIXA E EQUIVALENTES E DEPÓSITOS À ORDEM

8.1. Os componentes de caixa, no fim do período, são representados pelo saldo de caixa e pelo total dos saldos das contas bancárias, de acordo com o quadro abaixo:

	Euros	
Componentes de caixa e seus equivalentes no fim do exercício	2014	2013
Caixa	36.679,16	6.383,87
Depósitos à ordem	1.667.916,56	1.053.200,01
Total dos componentes de caixa e seus equivalentes no fim do exercício	1.704.595,72	1.059.583,88



9. TERRENOS E EDIFÍCIOS

9.1. O modelo de valorização aplicado aos terrenos e edifícios é o modelo do custo.

9.2. Todos os edifícios que fazem parte do valor apresentado nas demonstrações financeiras, em terrenos e edifícios, estão registados na conservatória do registo predial em nome da Companhia e foram adquiridos para uso próprio, com o objetivo de ampliar a rede de balcões.

Os edifícios são transferidos para rendimento, no caso de balcão direto, pela falta de rentabilidade, se balcão delegado, pela saída do delegado.

9.3. Os critérios de mensuração, os métodos de depreciação e vidas úteis utilizados relativamente a esta rubrica estão descritos na Nota 3.

9.4. Apresentamos, no quadro abaixo, os valores brutos e as respetivas depreciações e imparidades no início e no final do exercício:

Euros

Exercício de 2014			
Rubrica	Valor bruto	Depreciações/ Imparidades	Valor líquido
Terrenos e edifícios			
Saldo inicial	20.061.562,04	5.572.041,09	14.489.520,95
Saldo final	20.068.961,72	5.985.117,17	14.083.844,55

Euros

Exercício de 2013			
Rubrica	Valor bruto	Depreciações/ Imparidades	Valor líquido
Terrenos e edifícios			
Saldo inicial	19.890.925,93	5.115.674,61	14.775.251,32
Saldo final	20.061.562,04	5.572.041,09	14.489.520,95

9.5. Demonstra-se, nos quadros abaixo, a reconciliação entre os valores no início e no fim dos exercícios de 2014 e 2013:

Euros

Rubrica	Exercício de 2014		Total
	De uso próprio	De rendimento	
Valor de aquisição			
Saldo inicial	19.641.986,54	419.575,50	20.061.562,04
Aquisições	7.399,68	0,00	7.399,68
Alienações	0,00	0,00	0,00
Transferências	-329.887,23	329.887,23	0,00
Edifícios em curso	0,00	0,00	0,00
Saldo final	19.319.498,99	749.462,73	20.068.961,72
Depreciações acumuladas			
Saldo inicial	4.343.690,79	104.326,52	4.448.017,31
Depreciações	275.059,27	12.497,07	287.556,34
Alienações	0,00	0,00	0,00
Transferências	-95.223,66	95.223,66	0,00
Saldo final	4.523.526,40	212.047,25	4.735.573,65
Imparidades			
Saldo inicial	1.124.023,78	0,00	1.124.023,78
Movimento do ano	105.804,48	19.715,26	125.519,74
Alienações	0,00	0,00	0,00
Transferências	0,00	0,00	0,00
Saldo final	1.229.828,26	19.715,26	1.249.543,52
Valor líquido			
Saldo inicial	14.174.271,97	315.248,98	14.489.520,95
Saldo final	13.566.144,33	517.700,22	14.083.844,55

Euros

Rubrica	Exercício de 2013		Total
	De uso próprio	De rendimento	
Valor de aquisição			
Saldo inicial	18.658.133,98	1.232.791,95	19.890.925,93
Aquisições	228.305,21	0,00	228.305,21
Alienações	-33.793,34	0,00	-33.793,34
Transferências	789.340,69	-813.216,45	-23.875,76
Edifícios em curso	0,00	-	0,00
Saldo final	19.641.986,54	419.575,50	20.061.562,04
Depreciações acumuladas			
Saldo inicial	3.850.103,40	317.692,27	4.167.795,67
Depreciações	281.468,26	10.300,37	291.768,63
Alienações	-11.546,99	0,00	-11.546,99
Transferências	223.666,12	-223.666,12	0,00
Saldo final	4.343.690,79	104.326,52	4.448.017,31
Imparidades			
Saldo inicial	940.026,40	7.852,54	947.878,94
Movimento do ano	200.020,60	-	200.020,60
Alienações	-7.852,54	-	-7.852,54
Transferências	-8.170,68	-7.852,54	-16.023,22
Saldo final	1.124.023,78	0,00	1.124.023,78
Valor líquido			
Saldo inicial	13.868.004,18	907.247,14	14.775.251,32
Saldo final	14.174.271,97	315.248,98	14.489.520,95

9.6. O justo valor dos terrenos e edifícios tem por base avaliações e pareceres efetuados por peritos avaliadores em referência a 31 de dezembro de 2014 e de 2013.

Euros

Exercício de 2014				
Rubrica	Valor bruto	Depreciações/ Imparidades	Valor líquido	Valor mercado
De uso próprio	19.319.498,99	5.753.354,66	13.566.144,33	17.353.400,00
De rendimento	749.462,73	231.762,51	517.700,22	646.200,00
Total	20.068.961,72	5.985.117,17	14.083.844,55	17.999.600,00

Euros

Exercício de 2013				
Rubrica	Valor bruto	Depreciações/ Imparidades	Valor líquido	Valor mercado
De uso próprio	19.641.986,54	5.467.714,57	14.174.271,97	18.193.809,00
De rendimento	419.575,50	104.326,52	315.248,98	459.159,00
Total	20.061.562,04	5.572.041,09	14.489.520,95	18.652.968,00

9.7. A Companhia não possui, à data de 31 de dezembro de 2014, terrenos e edifícios no regime de locação operacional.

9.8. Identificação das quantias reconhecidas em ganhos e perdas relativas a rendimentos e gastos:

Euros

Exercício de 2014		
Edifício de rendimento	Rendimentos de rendas	Gastos operacionais diretos (inclui reparações e manutenções)
Edifício – Quinta do Mendes, Lt.111 – R/C Dto. – Odivelas	9.350,00	455,06
Edifício – Av. Melo e Sousa, Bloco-23, 3.º, Apt.º 231 – Estoril	16.817,59	3.106,28
Total	26.167,59	3.561,34

Euros

Exercício de 2013		
Edifício de rendimento	Rendimentos de rendas	Gastos operacionais diretos (inclui reparações e manutenções)
Edifício – Quinta do Mendes, Lt.111 – R/C Dto. – Odivelas	2.400,00	1.630,83
Edifício – Av. Paulo VI – Rio Maior	1.783,33	3.746,07
Edifício – Av. Melo e Sousa, Bloco-23, 3.º, Apt.º 231 – Estoril	16.426,85	3.683,44
Total	20.610,18	9.060,34

9.9. À data de 31 de dezembro de 2014, não existe qualquer restrição sobre a capacidade de realização de terrenos e edifícios de rendimento, bem como obrigações contratuais para comprar, construir, reparar, realizar manutenções ou aumentos nos mesmos.

9.10. A Companhia não dispõe de casos em que exista uma clara evidência, aquando da aquisição, de que o justo valor do terreno e edifício de rendimento não é determinável com fiabilidade numa base continuada.

9.11. Em referência a 31 de dezembro de 2014, não existem ativos dados como garantia de passivos.

9.12. Não existe, à data de encerramento das contas do exercício de 2014, quaisquer compromissos contratuais para aquisição de terrenos e edifícios.

9.13. A Companhia não tem qualquer quantia incluída, em ganhos e perdas relativa a compensação de terceiros, relativa a edifícios que estejam em imparidade ou cedidos.

10. OUTROS ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS

Conforme descrito na Nota 3, os outros ativos tangíveis estão valorizados ao custo de aquisição. As amortizações são efetuadas pelo método das quotas constantes, por duodécimos (com início no mês de aquisição dos bens), a taxas calculadas para que o valor dos ativos seja amortizado durante a sua vida útil estimada, nos seguintes anos:

Outros ativos tangíveis	N.º anos
Equipamento administrativo	8
Máquinas e ferramentas	4 a 8
Equipamento informático	3
Instalações interiores	4 a 10
Outros equipamentos	4 a 8

Os bens de valor inferior ou igual a 1.000,00 euros são totalmente amortizados no exercício em que se verifica a aquisição.

Estes critérios não sofreram alteração no exercício de 2014.

O movimento de aquisições, transferências, abates, alienações e amortizações efetuado no exercício está demonstrado no seguinte quadro:

Euros

Outros ativos tangíveis	Exercício de 2014					
	Saldo inicial (valor líquido)	Aquisições	Alienações	Transf. e abates	Amort. do exercício	Saldo final (valor líquido)
Equipamento						
Equipamento administrativo	97.592,00	58.015,11	0,00	0,00	36.499,65	119.107,46
Máquinas e ferramentas	36.732,12	18.967,17	0,00	0,00	10.325,73	45.373,56
Equipamento informático	48.884,47	10.620,99	0,00	0,00	33.120,77	26.384,69
Instalações interiores	175.626,25	11.975,63	0,00	0,00	39.416,40	148.185,48
Outro equipamento	49.879,49	21.465,15	0,00	0,00	12.751,04	58.593,60
Outros ativos tangíveis	202.839,56	0,00	0,00	0,00	41.255,50	161.584,06
Património artístico	6.070,02	0,00	0,00	0,00	0,00	6.070,02
Ativos tangíveis em curso	847.793,39	310.871,42	0,00	238.358,71	0,00	920.306,10
Total	1.465.417,30	431.915,47	0,00	238.358,71	173.369,09	1.485.604,97

Euros

Outros ativos tangíveis	Exercício de 2013					
	Saldo inicial (valor líquido)	Aquisições	Alienações	Transf. e abates	Amort. do exercício	Saldo final (valor líquido)
Equipamento						
Equipamento administrativo	115.359,28	24.377,14		0,00	42.144,42	97.592,00
Máquinas e ferramentas	30.988,94	15.354,24	8,60	0,00	9.602,46	36.732,12
Equipamento informático	82.893,28	27.659,68	43,43	0,00	61.625,06	48.884,47
Instalações interiores	177.874,93	38.301,87		0,00	40.550,55	175.626,25
Outro equipamento	42.219,47	25.063,17	520,95	0,00	16.882,20	49.879,49
Outros ativos tangíveis	244.122,04	0,00		0,00	41.282,48	202.839,56
Património artístico	6.070,02	0,00		0,00	0,00	6.070,02
Ativos tangíveis em curso	514.080,03	333.713,36		0,00	0,00	847.793,39
Total	1.213.607,99	464.469,46	572,98	0,00	212.087,17	1.465.417,30

A Companhia não tem qualquer restrição de titularidade destes ativos, nem qualquer deles se encontra dado como garantia de passivos.

As quantias despendidas no decurso da construção dos ativos encontram-se escrituradas na rubrica "Ativos tangíveis em curso", evidenciada nos quadros anteriores, sendo transferida para a rubrica correspondente apenas aquando da sua finalização.

Não existe qualquer item de "Outros ativos tangíveis (exceto terrenos e edifícios)" em imparidade ou cedido.

11. AFETAÇÃO DOS INVESTIMENTOS E OUTROS ATIVOS

Os investimentos e os outros ativos encontram-se distribuídos pelas provisões técnicas, como demonstrado no quadro abaixo:

Exercício de 2014		Euros
Rubrica		Seguros Não Vida
Caixa e equivalentes		1.704.595,72
Terrenos e edifícios		17.999.600,00
Ativos financeiros disponíveis para venda		145.562.537,08
Investimentos a deter até à maturidade		0,00
Parte dos resseguradores nas prov. técnicas		22.857.866,04
Créditos sobre tomadores de seguros		2.252.518,27
Outros ativos tangíveis		111.845,77
Outros ativos		5.465.214,92
Total		195.954.177,80

Exercício de 2013		Euros
Rubrica		Seguros Não Vida
Caixa e equivalentes		1.059.583,88
Terrenos e edifícios		18.652.968,00
Ativos financeiros disponíveis para venda		123.680.961,18
Investimentos a deter até à maturidade		4.747.447,24
Parte dos resseguradores nas prov. técnicas		21.728.885,94
Créditos sobre tomadores de seguros		1.563.069,38
Outros ativos tangíveis		122.310,78
Outros ativos		6.061.434,39
Total		177.616.660,79

12. ATIVOS INTANGÍVEIS

12.1. O modelo de valorização aplicado aos ativos intangíveis é o modelo do custo.

12.3. As despesas com aplicações informáticas são o único tipo de ativo intangível, registado nas demonstrações financeiras, à data de encerramento do exercício.

As amortizações de aplicações informáticas são efetuadas pelo método das quotas constantes, por duodécimos (com início no mês de aquisição dos bens), para que o valor do ativo seja amortizado durante a sua vida útil estimada de três anos.

O movimento de aquisições, transferências, abates, alienações e amortizações efetuado no exercício está demonstrado no seguinte quadro:

Euros

Outros ativos intangíveis	Exercício de 2014				
	Saldo inicial (valor líquido)	Aquisições	Transf. e abates	Amort. do exercício	Saldo final (valor líquido)
Despesas com aplicações informáticas	81.852,62	259.841,84	238.358,71	162.611,32	417.441,85
Total	81.852,62	259.841,84	238.358,71	162.611,32	417.441,85

Euros

Outros ativos intangíveis	Exercício de 2013				
	Saldo inicial (valor líquido)	Aquisições	Transf. e abates	Amort. do exercício	Saldo final (valor líquido)
Despesas com aplicações informáticas	154.547,71	24.395,95	0,00	97.091,04	81.852,62
Total	154.547,71	24.395,95	0,00	97.091,04	81.852,62

Registou-se um crescimento significativo dos prémios emitidos.



13. OUTRAS PROVISÕES E AJUSTAMENTOS DE CONTAS DO ATIVO

13.1. Desdobramento das contas de ajustamentos e outras provisões:

Exercício de 2014				
Rubrica	Saldo inicial	Aumento	Redução	Saldo final
Ajustamentos de recibos por cobrar				
De outros tomadores de seguros	1.086.825,68	26.376,10	0,00	1.113.201,78
Ajustamentos de créditos de cobrança duvidosa				
De outros devedores	336.371,42	0,00	18.278,05	318.093,37
Outras provisões				
Taxas e impostos	23.787,09	56.872,21	0,00	80.659,30

Exercício de 2013				
Rubrica	Saldo inicial	Aumento	Redução	Saldo final
Ajustamentos de recibos por cobrar				
De outros tomadores de seguros	971.585,15	115.240,53	0,00	1.086.825,68
Ajustamentos de créditos de cobrança duvidosa				
De outros devedores	332.586,74	3.784,68	0,00	336.371,42
Outras provisões				
Impostos	23.787,09	0,00	0,00	23.787,09

13.2. A provisão para recibos por cobrar destina-se a reduzir o montante dos recibos por cobrar ao seu valor provável de realização e é calculada mediante a aplicação de uma percentagem média, correspondente à taxa da receita líquida da Companhia, aos recibos com cobranças em atraso, nos termos definidos na Norma n.º 13/2000-R do ISP.

A Companhia realizou, nos exercícios anteriores e no próprio exercício de 2014, estimativas do impacto que resultaria nesta provisão, caso a mesma fosse determinada com base na Norma n.º 16/2006-R do ISP, os quais indiciam que ocorreria uma diminuição da provisão registada.

Para os mesmos exercícios estimou, igualmente, o impacto que teria nas suas contas a anulação dos contratos que possuem recibos pendentes de cobranças com antiguidade superior a 27 dias, os quais indiciam um impacto negativo nos resultados, que compensaria parcialmente o impacto da aplicação da Norma n.º 16/2006-R do ISP. Nestas circunstâncias, a Companhia optou por manter a provisão nas contas de acordo com o estabelecido na Norma n.º 13/2000-R do ISP.

O ajustamento registado, relativamente a outros saldos a receber, resulta de uma análise casuística dos saldos de terceiros (incluindo mediadores, co-seguradoras, resseguradores e devedores por outras operações), tendo sido ajustados todos os saldos de que existem evidências de dificuldade de recuperação.

O aumento em provisão para taxas e impostos, no exercício de 2014, resulta da constituição de uma provisão para o saldo da conta corrente com a Segurança Social, relativamente aos membros dos órgãos estatutários.

O valor respeitante ao saldo inicial desta provisão respeita ao montante de impostos adicionais liquidados no ano 2006, em resultado da fiscalização efetuada pela DGI em referência ao exercício de 2003 e impugnada pela Companhia.

13.3. A Companhia não possui quaisquer contratos de seguro, com garantias suspensas e não possui quaisquer reembolsos pendentes de cobranças, dado que, conforme descrito na Nota 3, os reembolsos só são registados pela sua cobrança efetiva.

14. PRÉMIOS DE CONTRATOS DE SEGURO

14.1. A Companhia encerrou o exercício de 2014 reconhecendo, na rubrica de ganhos e perdas – prémios brutos emitidos de seguro direto, o valor de 92.050.971,14 euros.

14.2. Os prémios referidos no ponto anterior são totalmente provenientes de contratos de seguro Não Vida e distribuídos por grupos de ramos de acordo com o Anexo 4 a estas Notas.

15. COMISSÕES DE CONTRATOS DE SEGURO

15.1. No ponto 3.2.16., são descritos os critérios contabilísticos adotados relativamente à rubrica de comissões.

15.2. O montante das comissões de mediação e corretagem relativa ao seguro direto, contabilizadas no exercício de 2014, foi de 9.365.402,91 euros, distribuído pelos segmentos mencionados no ponto 2.:

Euros

Exercício de 2014					
Rubrica	Acidentes de Trabalho	Automóvel	Crédito e Caução	Restantes Ramos	Total
Comissões de mediação e corretagem	1.908.543,14	4.691.351,71	136.151,95	2.629.356,11	9.365.402,91

Euros

Exercício de 2013					
Rubrica	Acidentes de Trabalho	Automóvel	Crédito e Caução	Restantes Ramos	Total
Comissões de mediação e corretagem	1.782.994,40	4.441.773,82	108.754,41	2.162.043,21	8.495.565,84

Nestas contas, além das comissões de mediação e cobrança indicadas nos quadros, estão registados incentivos processados aos mediadores (*Profit Commissions*), que ascenderam no exercício de 2014 a 1.684.125,47 euros e no exercício de 2013 a 897.962,34 euros.

16. RENDIMENTOS E GASTOS FINANCEIROS

16.1. AS POLÍTICAS DE RECONHECIMENTO DOS CRÉDITOS ESTÃO DESCRITAS NA NOTA 3

16.2. INFORMAÇÃO POR CATEGORIA DE INVESTIMENTO DOS RENDIMENTOS E GASTOS FINANCEIROS

16.2.1. Rendimentos financeiros

Os rendimentos financeiros registados em ganhos e perdas compreendem os juros dos títulos de dívida e de depósitos em bancos contabilizados, tendo em conta o regime contabilístico do acréscimo.

Estão lançados nesta rubrica os ganhos resultantes do processo de amortização, com a utilização do método do juro efetivo.

Euros

Exercício de 2014			
Rendimentos/Réditos	Instrumentos financeiros	Terrenos e edifícios	Total
De ativos financeiros disponíveis para venda	5.275.050,70		5.275.050,70
De juros de títulos de dívida	4.702.876,62		4.702.876,62
De dividendos de ações	356.473,26		356.473,26
De rendimento custo amortizado	215.700,82		215.700,82
De investimentos a deter até à maturidade	99.426,52		99.426,52
De juros de títulos de dívida	87.305,92		87.305,92
De rendimento custo amortizado	12.120,60		12.120,60
De outros	9.430,94	26.167,59	35.598,53
De juros de depósitos em bancos	9.430,94		9.430,94
De rendas de edifícios de rendimento		26.167,59	26.167,59
Total	5.383.908,16	26.167,59	5.410.075,75

Euros

Exercício de 2013			
Rendimentos/Réditos	Instrumentos financeiros	Terrenos e edifícios	Total
De ativos financeiros disponíveis para venda	5.019.753,94		5.019.753,94
De juros de títulos de dívida	4.431.981,74		4.431.981,74
De dividendos de ações	363.893,01		363.893,01
De rendimento custo amortizado	223.879,19		223.879,19
De investimentos a deter até à maturidade	243.985,27		243.985,27
De juros de títulos de dívida	222.742,98		222.742,98
De rendimento custo amortizado	21.242,29		21.242,29
De outros	83.132,39	20.610,18	103.742,57
De juros de depósitos em bancos	83.132,39		83.132,39
De rendas de edifícios de rendimento		20.610,18	20.610,18
Total	5.346.871,60	20.610,18	5.367.481,78

16.2.2. Gastos financeiros

Os gastos financeiros registados em ganhos e perdas compreendem os gastos de gestão dos investimentos inicialmente registados por natureza e imputados à função investimentos e os gastos resultantes do processo de amortização com a utilização do método do juro efetivo.

Euros

Exercício de 2014			
Gastos financeiros	Gastos imputados	Gastos diretos	Total
Gastos de gestão dos investimentos registados inicialmente por natureza	546.550,65		546.550,65
Gasto custo amortizado		429.087,39	429.087,39
Total	546.550,65	429.087,39	975.638,04

Euros

Exercício de 2013			
Gastos financeiros	Gastos imputados	Gastos diretos	Total
Gastos de gestão dos investimentos registados inicialmente por natureza	516.039,51		516.039,51
Gasto custo amortizado		210.575,68	210.575,68
Total	516.039,51	210.575,68	726.615,19

17. GANHOS E PERDAS REALIZADOS EM INVESTIMENTOS

Os ganhos líquidos de ativos e passivos financeiros, não valorizados ao justo valor através de ganhos e perdas e de terrenos e edifícios, apresentam na conta de ganhos e perdas um valor positivo, conforme se demonstra no quadro abaixo:

Euros

Exercício de 2014			
Ganhos e perdas realizadas	Ganhos realizados	Perdas realizadas	Ganho/perda líquido
De ativos financeiros disponíveis para venda	5.500.001,05	12.866,69	5.487.134,36
De títulos de dívida	5.020.129,84	0,00	5.020.129,84
De ações	475.211,83	12.866,69	462.345,14
De fundos de investimento	4.659,38	0,00	4.659,38
Total	5.500.001,05	12.866,69	5.487.134,36

Euros

Exercício de 2013			
Ganhos e perdas realizadas	Ganhos realizados	Perdas realizadas	Ganho/perda líquido
De ativos financeiros disponíveis para venda	2.086.943,42	1.298.553,65	788.389,77
De títulos de dívida	1.954.991,31	507.173,95	1.447.817,36
De ações	114.230,17	791.379,70	-677.149,53
De fundos de investimento	17.721,94	0,00	17.721,94
De outros	503,65	0,00	503,65
De ações	503,65	0,00	503,65
Total	2.087.447,07	1.298.553,65	788.893,42

21. GASTOS DIVERSOS POR FUNÇÃO E NATUREZA

21.1. CRITÉRIO DE IMPUTAÇÃO DOS CUSTOS E GASTOS POR NATUREZA ÀS FUNÇÕES

Os gastos são registados inicialmente por natureza e imputados às funções, sinistros, aquisição, administrativa e investimentos de acordo com o plano de contas.

Os critérios utilizados para a repartição dos custos e gastos entre as várias áreas funcionais foram os seguintes:

a) Imputação de custos pelas várias áreas funcionais

O valor imputado a cada área funcional resulta da aplicação de uma percentagem, apurada com base nos tempos gastos pelo pessoal, para cada uma das áreas, ponderada com base nos respetivos vencimentos, aos custos por natureza a imputar.

A referida percentagem é obtida da seguinte forma:

» Por empregado, são encontrados, em percentagem, os tempos gastos para cada uma das diversas áreas de imputação;

- » Estas percentagens são aplicadas ao vencimento de cada um dos funcionários, obtendo-se assim o valor dos vencimentos, por funcionário e área; e
- » A percentagem a aplicar aos custos por natureza, para cada uma das áreas, é encontrada dividindo o valor do somatório dos vencimentos, por área e pelo valor total dos vencimentos.

b) Imputação de custos por funções aos diversos ramos

A imputação dos custos às diversas áreas funcionais, pelos diversos ramos, é efetuada da seguinte forma:

- » Custos com sinistros, custos de aquisição, custos administrativos e custos com investimentos: 25% do valor a imputar, com base nos custos com sinistros, outros 25% com base no número de sinistros, outros 25% com base nos prémios emitidos e os restantes 25% com base no número de apólices.

21.2. CUSTOS E GASTOS POR NATUREZA E IMPUTADOS ÀS FUNÇÕES

No quadro abaixo demonstra-se o total dos custos e gastos por natureza, assim como a sua imputação às diversas funções:

Euros

Exercício de 2014				
Custos e gastos por natureza a imputar	Gestão de sinistros	Custos de exploração	Gestão de investimentos	Total
Custos com pessoal	4.103.068,56	7.897.633,66	171.911,50	12.172.613,72
Fornecimentos e serviços externos	2.310.085,51	5.860.084,36	95.655,22	8.265.825,09
Impostos e taxas	211.623,29	405.323,26	8.669,29	625.615,84
Amortizações do exercício	210.371,00	404.423,68	8.742,07	623.536,75
Outras provisões	18.591,00	37.538,76	742,45	56.872,21
Juros suportados	0,00	0,00	1.532,59	1.532,59
Comissões	0,00	0,00	259.297,53	259.297,53
Total	6.853.739,36	14.605.003,72	546.550,65	22.005.293,73

Euros

Exercício de 2013				
Custos e gastos por natureza a imputar	Gestão de sinistros	Custos de exploração	Gestão de investimentos	Total
Custos com pessoal	3.989.136,66	7.556.583,87	169.951,07	11.715.671,60
Fornecimentos e serviços externos	1.949.793,60	4.253.184,38	81.334,67	6.284.312,65
Impostos e taxas	206.123,30	388.605,29	8.696,73	603.425,32
Amortizações do exercício	204.796,06	387.540,26	8.610,52	600.946,84
Outras provisões	0,00	0,00	2.720,07	2.720,07
Juros suportados	0,00	0,00	244.726,45	244.726,45
Comissões	0,00	0,00	0,00	0,00
Total	6.349.849,62	12.585.913,80	516.039,51	19.451.802,93

21.3. HONORÁRIOS POR SERVIÇOS DE REVISÃO OFICIAL DE CONTAS E AFINS INCLUÍDOS NA RUBRICA DE FORNECIMENTOS E SERVIÇOS EXTERNOS

A Sociedade de Revisores Oficiais de Contas auferir as remunerações que se encontram contratualmente estabelecidas e que a seguir se divulgam nos termos legalmente exigíveis.

Os honorários faturados nos exercícios de 2014 e de 2013 têm a seguinte distribuição (valores sem IVA):

Euros

Âmbito	2014	2013
Serviços de revisão legal das contas anuais	46.150,00	46.150,00
Serviços de garantia de fiabilidade	6.500,00	6.500,00
Total	52.650,00	52.650,00

22. GASTOS COM PESSOAL

22.1. O número total de trabalhadores, no fim do exercício de 2014, era de 252, menos um do que no exercício anterior. O total dos trabalhadores encontra-se distribuído por grupos profissionais e categorias, conforme apresentado no seguinte quadro:

Grupo profissional/Categoria	N.º de trabalhadores
Dirigente	12
Diretor	11
Diretor de Serviços	1
Gestor	17
Gestor Comercial	4
Gestor Operacional	13
Gestor Técnico	0
Operacional	206
Coordenador Operacional	60
Especialista Operacional	143
Estagiário (especialista operacional)	3
Técnico	17
Técnico	17
Total	252

22.2. Os gastos com pessoal, registados no exercício de 2014 e 2013, por natureza apresentam o seguinte detalhe:

Rubrica	Euros	
	2014	2013
Remunerações	9.067.997,47	8.412.161,08
Dos órgãos sociais	120.746,83	121.525,44
Do pessoal	8.947.250,64	8.290.635,64
Encargos sobre remunerações	2.104.573,33	2.002.541,21
Benefícios pós-emprego	180.149,12	106.236,19
Planos de contribuição definida	180.668,44	108.302,12
Planos de benefícios definidos	-519,32	-2.065,93
Benefícios de cessação de emprego	389.185,74	693.168,84
Seguros obrigatórios	226.152,66	249.708,78
Gastos de ação social	33.791,51	36.214,99
Outros gastos com o pessoal	170.763,89	215.640,51
Total	12.172.613,72	11.715.671,60

22.3. A Companhia não é responsável por qualquer valor em matéria de pensões de reforma para antigos membros dos órgãos sociais.

Por outro lado, relativamente aos membros dos órgãos sociais, não existe qualquer adiantamento ou crédito concedido, nem qualquer compromisso tomado por sua conta a título de qualquer garantia.

23. OBRIGAÇÕES COM BENEFÍCIOS DOS EMPREGADOS

23.1. PLANO DE CONTRIBUIÇÃO DEFINIDA

a) Política contabilística

No ponto 3.2.8., são descritas as políticas contabilísticas adotadas pela Companhia relativamente às obrigações com benefícios dos empregados.

b) Descrição geral do plano

1. Conforme o Contrato Coletivo da Atividade Seguradora, publicado no Boletim do Trabalho e Emprego n.º 2 de 2012, com as alterações publicadas no Boletim do Trabalho e Emprego n.º 45 de 2014 e sem prejuízo do descrito a seguir no n.º 2, a Companhia efetuará, anualmente, contribuições para o Plano Individual de Reforma de valor correspondente às percentagens indicadas na tabela seguinte, aplicadas sobre o ordenado base anual do trabalhador:

Ano civil	% contribuição para o PIR
2012 – Contribuição anual	1,00%
2013 – Contribuição anual	2,25%
2014 – Contribuição anual	2,50%
2014 – Contribuição extraordinária*	1,25%
2015 e seguintes – Contribuição anual	3,25%

* Alteração do CCT publicado em 2012, publicada no Boletim do Trabalho e Emprego n.º 45 de 08.12.2014.

2. A primeira contribuição da Companhia para o Plano Individual de Reforma verificou-se:

i. Para os trabalhadores no ativo que foram admitidos na atividade seguradora antes de 22 de junho de 1995:

1. No ano 2012, a conversão do valor da responsabilidade por serviços passados calculados nos termos da cláusula 56.^a do Contrato Coletivo da Atividade Seguradora que esteve em vigor até 14/01/2012; e

2. No ano 2015, conforme tabela do n.º 1 desta Nota.

ii. Para os restantes trabalhadores no ano 2012.

As contribuições para o Plano Individual de Reforma relativas ao exercício de 2014 e anterior foram as apresentadas no quadro abaixo:

Conceito	Euros	
	2014	2013
Contribuição para os trabalhadores no ativo, admitidos na atividade seguradora no período compreendido entre 22 de junho de 1995 e 31 de dezembro de 2009	72.218,41	62.510,12
Total	72.218,41	62.510,12

3. A Companhia tem contratadas apólices de seguro individuais, num produto "Universal Life", com garantia de capital, junto da MAPFRE Seguros de Vida, S.A., entidade relacionada. O valor capitalizado das entregas é resgatável, nos termos previstos no anexo V do Contrato Coletivo da Atividade Seguradora.

c) Universo do plano

Fazem parte do plano os trabalhadores que preenchem os requisitos e aderiram ao Contrato Coletivo da Atividade Seguradora que entrou em vigor em 15/01/2012.

23.2. PLANO DE BENEFÍCIOS DEFINIDOS

a) Política contabilística

No ponto 3.2.8. são descritas as políticas contabilísticas adotadas pela Companhia relativamente às obrigações com benefícios dos empregados.

b) Descrição geral do plano

O plano destina-se a garantir os compromissos com pensões dos trabalhadores da MAPFRE Seguros Gerais, S.A. que não aderiram ao Contrato Coletivo da Atividade Seguradora que entrou em vigor em 15/01/2012 e que preenchem as condições da cláusula 56.^a do anterior Contrato Coletivo de Trabalho da Atividade Seguradora, vigente de 22 de junho de 1995 a 14 de janeiro de 2012, segundo o qual têm acesso a este benefício todos os trabalhadores que tenham entrado na atividade seguradora antes de 22 de junho de 1995 e que se reformem na atividade seguradora, desde que tenham completado, pelo menos, dez anos de serviço na mesma.

As características do plano detalham-se mais adiante na alínea l) desta nota.

Encontram-se abrangidos pelo plano todos os trabalhadores que preencham as condições anteriores, incluindo os pertencentes a órgãos de gestão, desde que exercendo funções executivas.

No final do exercício de 2014, o número de trabalhadores abrangidos pelo plano era de dois ativos e cinco reformados.

Ainda nos termos do anterior Contrato Coletivo da Atividade Seguradora, a Companhia tem a responsabilidade de assegurar prestações de reforma por invalidez.

A prestação de invalidez é calculada segundo a fórmula:

$$P = (0,022 * t * 14 / 12 * R) - (0,022 * n * S / 60) \text{ em que:}$$

- » R = último salário efetivo mensal na data da reforma;
- » n = n.º de anos civis com entrada de contribuições para a Segurança Social;
- » S = soma dos salários anuais dos cinco melhores anos dos últimos dez sobre os quais incidem contribuições para a Segurança Social;
- » t = anos de serviço na atividade seguradora;
- » $0,5 > 0,022 * t <= 0,8$; e
- » $0,3 > 0,022 * n <= 0,8$.

Para terem direito a esta prestação, os trabalhadores têm de contar no mínimo com cinco anos de serviço na atividade seguradora e qualquer fração de ano conta como um ano completo e as prestações são pagas 14 vezes no ano.

Atendendo que estas responsabilidades são de difícil estimação e que as aplicações das metodologias disponíveis para estimação deste tipo de responsabilidades conduzem a resultados que não se consideram razoáveis, a Companhia, baseada nos princípios prescritos na IAS 37, optou por não estimar estas responsabilidades. No entanto, estas responsabilidades encontram-se devidamente financiadas através de uma apólice de seguro do tipo Temporário Anual Renovável realizada na MAPFRE Seguros de Vida, S.A., entidade relacionada.

c) Veículo de financiamento utilizado

As responsabilidades da MAPFRE Seguros Gerais, S.A., no âmbito deste plano, sejam as relativas ao pessoal no ativo, sejam as relativas ao pessoal reformado, encontram-se exteriorizadas e garantidas por apólices de seguro não elegíveis nos termos da IAS 19, subscritas na MAPFRE Seguros de Vida, S.A., entidade relacionada.

Estas apólices são de rendas vitalícias, no que respeita à cobertura das responsabilidades com prestações em pagamento ao pessoal já reformado e apólices de capital diferido a prémio único, adquiridas anualmente para cobertura das responsabilidades que se vencem anualmente relativamente a trabalhadores no ativo.

As taxas de juro implícitas nestas apólices encontram-se descritas no ponto seguinte.

d) Valor e taxa de rentabilidade efetiva dos ativos do plano

O valor dos ativos e as bases técnicas dessas apólices são os seguintes:

Exercício de 2014				
N.º apólice	Modalidade	Taxa técnica	Tabela de mortalidade	Valor dos ativos (euros)
102748	Invida-Capital diferido a prémio único	3,96%	GKM95 para homens e mulheres	11.462,19
102749	Invida-Capital diferido a prémio único	2,50%	GKM95 para homens e mulheres	2.046,88
103955	Invida-Capital diferido a prémio único	2,25%	GKM95 para homens e mulheres	4.535,71
109096	Invida-Capital diferido a prémio único	2,25%	GKM95 para homens e mulheres	2.586,78
114861	Invida-Capital diferido a prémio único	2,25%	GKM95 para homens e mulheres	2.260,08
119963	Invida-Capital diferido a prémio único	2,25%	GKM95 para homens e mulheres	3.210,88
126079	Invida-Capital diferido a prémio único	2,25%	GKM95 para homens e mulheres	996,51
200800139	Invida-Capital diferido a prémio único	2,25%	GKM95 para homens e mulheres	7.183,38
Total apólices capital diferido				34.282,41
114302	Rendas vitalícias	4,00%	GRM95-1	16.298,79
115019	Rendas vitalícias	4,00%	GRM80	13.415,14
124422	Rendas vitalícias	4,00%	GRM95-1	55.146,62
1001091600001	Rendas vitalícias	4,00%	GRM95-1	47.610,72
1001191600008	Rendas vitalícias	4,00%	GRM95-1	1.922,32
Total apólices renda vitalícia				134.393,59
Total apólices				168.676,00

Exercício de 2013				
N.º apólice	Modalidade	Taxa técnica	Tabela de mortalidade	Valor dos ativos (euros)
102748	Invida-Capital diferido a prémio único	3,96%	GKM95 para homens e mulheres	11.040,66
102749	Invida-Capital diferido a prémio único	2,50%	GKM95 para homens e mulheres	1.988,60
103955	Invida-Capital diferido a prémio único	2,25%	GKM95 para homens e mulheres	4.407,33
109096	Invida-Capital diferido a prémio único	2,25%	GKM95 para homens e mulheres	2.513,75
114861	Invida-Capital diferido a prémio único	2,25%	GKM95 para homens e mulheres	2.196,56
119963	Invida-Capital diferido a prémio único	2,25%	GKM95 para homens e mulheres	3.121,13
126079	Invida-Capital diferido a prémio único	2,25%	GKM95 para homens e mulheres	968,49
200800139	Invida-Capital diferido a prémio único	2,25%	GKM95 para homens e mulheres	7.007,46
Total apólices capital diferido				33.243,98
114302	Rendas vitalícias	4,00%	GRM95-1	16.665,14
115019	Rendas vitalícias	4,00%	GRM80	13.756,87
124422	Rendas vitalícias	4,00%	GRM95-1	56.679,52
1001091600001	Rendas vitalícias	4,00%	GRM95-1	48.914,82
1001191600008	Rendas vitalícias	4,00%	GRM95-1	1.985,50
Total apólices renda vitalícia				138.001,85
Total apólices				171.245,83

e) Responsabilidade passada

Euros

Responsabilidade passada		
Conceito	2014	2013
Valor atual serviços passados – pessoal no ativo	29.757,53	36.251,40
Valor atual serviços passados – reformados	134.393,59	138.001,85
Total	164.151,12	174.253,25

f) Reconciliação dos saldos de abertura e fecho do valor atual das obrigações

Euros

Responsabilidades com pessoal no ativo		
Conceito	2014	2013
Valor responsabilidades janeiro	36.251,40	28.125,98
Custo serviço corrente	1.739,01	2.247,59
Custo dos juros	967,91	644,08
Resgates	0,00	0,00
Ganhos atuariais	0,00	0,00
Perdas atuariais	-9.200,79	5.233,75
Valor responsabilidades dezembro	29.757,53	36.251,40

Euros

Responsabilidade com pensões em pagamento		
Conceito	2014	2013
Valor responsabilidades janeiro	138.001,85	141.589,81
Custo dos juros	5.230,89	3.410,04
Ganhos atuariais	0,00	0,00
Perdas atuariais	2.187,81	4.028,96
Prestações pagas	-11.026,96	-11.026,96
Valor responsabilidades dezembro	134.393,59	138.001,85

Euros

Responsabilidade total com pensões		
Conceito	2014	2013
Valor responsabilidades janeiro	174.253,25	169.715,79
Custo serviço corrente	1.739,01	2.247,59
Custo dos juros	6.198,80	4.054,12
Resgates	0,00	0,00
Ganhos atuariais	0,00	0,00
Perdas atuariais	-7.012,98	9.262,71
Prestações pagas	-11.026,96	-11.026,96
Valor responsabilidades dezembro	164.151,12	174.253,25

g) Análise da obrigação em planos que não tem financiamento

No caso da MAPFRE Seguros Gerais, S.A., a totalidade dos planos de benefícios definidos encontra-se financiada a 100%.

h) Reconciliação dos saldos de abertura e fecho do justo valor dos ativos

Nos quadros seguintes apresentamos a reconciliação dos saldos dos ativos:

Euros

Apólices capital diferido prémio único		
Conceito	2014	2013
Valor ativos janeiro	33.243,98	30.372,32
Contribuições empresa	0,00	1.943,02
Resgates	0,00	0,00
Retorno ativos	941,76	870,08
Ganhos atuariais	0,00	0,00
Perdas atuariais	96,67	58,56
Valor ativos dezembro	34.282,41	33.243,98

Euros

Apólices rendas vitalícias		
Conceito	2014	2013
Valor ativos janeiro	138.001,85	141.589,81
Retorno ativos	5.230,89	3.410,04
Perda atuarial	2.187,81	4.028,96
Prestações pagas	-11.026,96	-11.026,96
Valor ativos dezembro	134.393,59	138.001,85

Euros

Total de ativos		
Conceito	2014	2013
Valor ativos janeiro	171.245,83	171.962,13
Contribuições da empresa	0,00	1.943,02
Resgates	0,00	0,00
Retorno ativos	6.172,65	4.280,12
Ganhos atuariais	0,00	0,00
Perdas atuariais	2.284,48	4.087,52
Prestações pagas	-11.026,96	-11.026,96
Valor ativos dezembro	168.676,00	171.245,83

i) Reconciliação do valor da obrigação e do justo valor dos ativos do plano

A totalidade dos ativos e obrigações relativos ao Plano de Benefícios Definido da Companhia, descritos nas alíneas anteriores f) e h), são relevados no balanço nas linhas de “Ativos por benefícios pós-emprego e outros benefícios de longo prazo” e “Passivos por benefícios pós-emprego e outros benefícios de longo prazo”.

j) Gasto total reconhecido na conta de ganhos e perdas

Euros		
Custo reconhecido em resultados		
Conceito	2014	2013
Custo serviço corrente	1.739,01	2.247,59
Custo dos juros	6.198,80	4.054,12
Retorno ativos	-8.457,13	-8.367,64
Pagamentos	0,00	0,00
Ganhos atuariais	-7.012,98	0,00
Perdas atuariais	0,00	9.262,71
Total	-7.532,30	7.196,78

k) Quantias reconhecidas em ganhos e perdas

A Companhia reconheceu, no exercício de 2014, em ganhos e perdas, um ganho de 7.532,30 euros.

l) Descrição dos principais pressupostos atuariais usados

O cálculo da responsabilidade foi efetuado de acordo com os preceitos da IAS 19, com as seguintes bases:

- » Método de valorização atuarial *Unit Credit* ou Método da Unidade de Crédito Projetada;
- » Hipóteses atuariais, nem imprudentes nem excessivamente conservadoras;
- » Tabelas de mortalidade geracionais espanholas de sobrevivência PERM 2000 P para homens e PERF 2000 P para mulheres;
- » Não se considerou taxa de rotação;
- » Taxa de juro para estimação do valor atual das responsabilidades à data de 31 de dezembro de 2014 de 1,55%;
- » Crescimento no valor das pensões da Segurança Social de 2% ao ano;
- » Incremento do valor das pensões a cargo da Companhia de 2% ao ano;
- » Taxa de inflação anual de 2%;
- » Incremento salarial à taxa de crescimento anual de 2%;
- » Idade normal de reforma os 65 anos.

O plano enquadra-se nas disposições do anterior Contrato Coletivo de Trabalho da Atividade Seguradora e apresenta as seguintes características:

- » Terão direito à prestação de reforma os trabalhadores com data de ingresso no setor segurador anterior a 22 de junho de 1995, de acordo com o estipulado no anterior Contrato Coletivo de Trabalho;
- » Os trabalhadores que atinjam os 65 anos de idade como ativos ou como pré-reformados têm direito a uma prestação vitalícia, a cargo da Companhia, pagável 14 vezes no ano, de acordo com a seguinte fórmula:

$$P = (0,8 * 14 / 12 * R) - (0,022 * N * S / 60) \text{ em que,}$$

- P = prestação a pagar pela Companhia;
- R = último salário efetivo no momento da reforma;
- N = número de anos de contribuição para a Segurança Social;
- S = soma dos salários anuais dos cinco melhores anos dos últimos dez; e
- $0,3 \geq 0,022 * N \leq 0,8$;

- » Para ter direito a esta prestação, os trabalhadores têm de contar dez anos de serviço na atividade seguradora;
- » Qualquer fração de ano conta como um ano completo;
- » Atualização anual da prestação à taxa de inflação de 2%. Porém, a soma da prestação anual resultante dessa atualização com a pensão anual a cargo da Segurança Social não poderá ultrapassar o ordenado mínimo líquido anual (ordenado base adicionado do prémio de antiguidade do momento em que se reformou).

Os conceitos utilizados foram os seguintes:

- » Valor atual das responsabilidades

Corresponde ao valor atual dos pagamentos futuros esperados que são necessários para cumprir com as responsabilidades derivadas dos serviços prestados pelos trabalhadores no exercício corrente e nos anos anteriores.

Calculou-se o valor da prestação, segundo as bases antes referenciadas, e, a partir dela, calculou-se o capital total equivalente aos 65 anos.

Com este capital, e aplicando o método *Unit Credit*, obteve-se a parte do capital total que, atendendo ao período de trabalho na Companhia até aos 65 anos e ao período decorrido na mesma até 31 de dezembro de 2013, deve considerar-se como ganho.

Este capital ganho está referido aos 65 anos, momento em que o trabalhador começa a receber a prestação estimada, portanto efetuou-se a atualização atuarial e financeira desse capital à data de 31 de dezembro de 2014.

- » Custo do serviço corrente

Corresponde ao incremento do valor atual das responsabilidades em consequência dos serviços prestados pelos trabalhadores no presente exercício.

- » Custo dos juros

Obtém-se multiplicando a taxa de rendimento financeiro do início do exercício (2,67% anual) pelo valor atual das responsabilidades existente a 31 de dezembro de 2013 e corresponde ao incremento do valor atual das responsabilidades devido ao facto de tais prestações estarem um exercício mais próximo do seu vencimento.

m) Quantias do período corrente e dos dois períodos anuais anteriores

Conceito	Euros		
	2014	2013	2012
Valor das responsabilidades	164.151,12	174.253,25	169.715,79
Valor dos ativos	168.676,00	171.245,83	171.962,13
Excesso/(Insuficiência)	4.524,88	-3.007,42	2.246,34
Ganhos/(Perdas) atuariais das responsabilidades	7.012,98	-9.262,71	-8.595,11
% sobre responsabilidades	4,27%	-5,32%	-5,06%
Ganhos/(Perdas) atuariais dos ativos	2.284,48	4.087,52	5.972,82
% sobre ativos	1,35%	2,39%	3,47%

Os ganhos e perdas atuariais apurados resultam exclusivamente da alteração da taxa de desconto.

24. IMPOSTO SOBRE O RENDIMENTO

24.1. IMPOSTO CORRENTE

Detalham-se no quadro abaixo as principais componentes do gasto por imposto corrente sobre lucros e a conciliação entre o gasto por imposto sobre lucros e o produto de multiplicar o resultado contabilístico pela taxa de imposto aplicada:

	Euros	
Demonstração do gasto por imposto	2014	2013
Gasto por imposto		
Resultado antes de imposto	-3.197.920,59	299.881,09
23% do resultado antes de impostos	0,00	74.970,27
Perdas por imparidade de ativos depreciables ou amortizáveis (Imóveis)	28.869,54	50.005,15
Créditos incobráveis não aceites como gastos	222,64	0,00
Realizações de utilidade social não dedutíveis	0,00	0,00
Multas, coimas, juros compensatórios e demais encargos pela prática de infrações	379,32	128,53
Ajudas de custo e encargos com compensação pela deslocação em viatura própria do trabalhador	0,00	0,00
Encargos com o aluguer de viaturas sem condutor	1.673,27	1.429,01
Menos-valias contabilísticas	2.959,34	324.781,66
Diferença positiva entre as mais-valias e as menos-valias fiscais sem intenção de reinvestimento	1.262.040,90	327.062,08
Donativos não previstos ou além dos limites legais	1.150,00	500,00
Custos extraordinários	73.387,63	32.487,07
Restituição de impostos não dedutíveis e excesso da estimativa para impostos	-18,00	-48.983,90
Mais-valias contabilísticas	-1.265.000,24	-521.861,77
Eliminação da dupla tributação económica dos lucros distribuídos	-43.763,68	-38.887,68
Benefícios fiscais	0,00	-12.152,17
CFEI – Lei n.º 49/2013	0,00	-45.661,04
Derrama	0,00	11.292,90
Tributação autónoma	297.036,18	125.320,53
Diferimento do gasto por imposto, por prejuízo fiscal	-61.900,72	0,00
Total de gasto por imposto	297.036,18	280.430,63
Imposto sobre lucros a pagar		
Entregas por conta	-187.642,50	-1.114.795,40
Imposto sobre lucros a pagar/(recuperar)	109.393,68	-834.364,77

24.2. IMPOSTOS DIFERIDOS

a) Decomposição do saldo de ativos por impostos diferidos

Euros

Ativos por impostos diferidos	Exercício de 2014					Saldo final
	Saldo inicial	Aumentos		Reversões		
		Resultados	Capital próprio	Resultados	Capital próprio	
De ativos financeiros disponíveis para venda – mensuração	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Do reconhecimento de imparidade sobre edifícios	275.228,79	0,00	0,00	12.824,64	0,00	262.404,15
Do reconhecimento de imparidade s/ títulos rend. variável	11.555,15	0,00	0,00	2.071,30	0,00	9.483,85
Do reconhecimento do prejuízo fiscal	0,00	671.563,32	0,00	0,00	0,00	671.563,32
Do reconhecimento da reserva revalorização resultante da alteração da classificação contabilística dos títulos da dívida pública portuguesa	18.659,49	0,00	0,00	0,00	18.659,49	0,00
Total	305.443,43	671.563,32	0,00	14.895,94	18.659,49	943.451,32

Euros

Ativos por impostos diferidos	Exercício de 2013					Saldo final
	Saldo inicial	Aumentos		Reversões		
		Resultados	Capital próprio	Resultados	Capital próprio	
De ativos financeiros disponíveis para venda – mensuração	197.054,81	0,00	0,00	0,00	197.054,81	0,00
Do reconhecimento de imparidade sobre edifícios	246.941,78	28.287,01	0,00	0,00	0,00	275.228,79
Do reconhecimento de imparidade s/ títulos rend. variável	14.452,34	0,00	0,00	2.897,19	0,00	11.555,15
Do reconhecimento dos ativos/passivos por benefícios pós-emprego	38.248,73	0,00	0,00	38.248,73	0,00	0,00
Do reconhecimento da reserva revalorização resultante da alteração da classificação contabilística dos títulos da dívida pública portuguesa	69.784,37	0,00	0,00	0,00	51.124,88	18.659,49
Total	566.482,03	28.287,01	0,00	41.145,92	248.179,69	305.443,43

b) Decomposição do saldo de passivos por impostos diferidos

Euros

Passivos por impostos diferidos	Exercício de 2014					Saldo final
	Saldo inicial	Aumentos		Reversões		
		Resultados	Capital próprio	Resultados	Capital próprio	
De ativos financeiros disponíveis para venda – mensuração	2.383.578,76	0,00	3.108.180,97	0,00	0,00	5.491.759,73
Total	2.383.578,76	0,00	3.108.180,97	0,00	0,00	5.491.759,73

Euros

Passivos por impostos diferidos	Exercício de 2013					Saldo final
	Saldo inicial	Aumentos		Reversões		
		Resultados	Capital próprio	Resultados	Capital próprio	
De ativos financeiros disponíveis para venda – mensuração	390.472,14	0,00	1.993.106,62	0,00	0,00	2.383.578,76
Total	390.472,14	0,00	1.993.106,62	0,00	0,00	2.383.578,76

25. CAPITAL

25.1. INDICAÇÕES SOBRE O CAPITAL SOCIAL

a) O Capital social integralmente subscrito e realizado em dinheiro, no final do exercício de 2014, é de 33.108.650,00 euros, dividido em 6.635.000 ações nominativas, no valor nominal de 4,99 € cada, repartido da seguinte forma:

Entidade acionista	2014		2013	
	N.º de ações	Valor	N.º de ações	Valor
MAPFRE Familiar	6.635.000	33.108.650,00	6.635.000	33.108.650,00
Total	6.635.000	33.108.650,00	6.635.000	33.108.650,00

Euros

b) Não existem quaisquer direitos, preferências e restrições associadas às ações representativas do capital.

c) De acordo com o quadro anterior, as ações são detidas por entidades associadas, não existindo qualquer ação propriedade da própria Companhia.

d) Em referência a 31 de dezembro de 2014, não existem ações reservadas para emissão segundo opções nem contratos para a venda de ações.

25.2. No exercício 2014 e 2013, não se verificaram transações com os acionistas.

25.3. No exercício de 2014, não existiram acordos de pagamento com base em ações, pelo que não se verificou qualquer efeito daí decorrente na conta de ganhos e perdas.

26. RESERVAS

26.1. As reservas de reavaliação compreendem os ajustamentos para o justo valor dos diferentes ativos, que segundo as IFRS devem ter reflexo direto nas contas de capital próprio da Companhia.

A reserva por impostos diferidos corresponde ao valor que se prevê pagar ou recuperar a título de imposto efetivo, derivado dos ajustamentos para o justo valor dos ativos financeiros disponíveis para venda.

26.2. No quadro abaixo apresentam-se os movimentos que ocorreram no exercício de 2014 e de 2013 em cada uma das reservas:

Demonstração das variações das reservas	Exercício de 2014			
	Saldo inicial	Aumentos/ Diminuições	Imparidades/ Reversão	Saldo final
Reservas de reavaliação	9.652.731,69	14.755.089,31	0,00	24.407.821,00
Ações/Unid. part. fundos invest.	1.870.283,90	623.476,09	0,00	2.493.759,99
Títulos de rendimento fixo	7.782.447,79	14.131.613,22	0,00	21.914.061,01
Reserva por impostos diferidos	-2.364.919,27	-3.126.840,46	0,00	-5.491.759,73
Ações/Unid. part. fundos invest.	-458.219,56	-102.876,44	0,00	-561.096,00
Títulos de rendimento fixo	-1.906.699,71	-3.023.964,02	0,00	-4.930.663,73
Outras reservas	27.159.637,78	107.221,65	0,00	27.266.859,43
Reserva legal	4.148.461,94	659,16	0,00	4.149.121,10
Prémios de emissão	2.979.548,04	0,00	0,00	2.979.548,04
Outras reservas	20.031.627,80	106.562,49	0,00	20.138.190,29
Total	34.447.450,20	11.735.470,50	0,00	46.182.920,70

Euros

Euros

Exercício de 2013				
Demonstração das variações das reservas	Saldo inicial	Aumentos/ Diminuições	Imparidades/ Reversão	Saldo final
Reservas de reavaliação	466.539,48	9.186.192,21	0,00	9.652.731,69
Ações/Unid. part. fundos invest.	-743.603,05	2.613.886,95	0,00	1.870.283,90
Títulos de rendimento fixo	1.210.142,53	6.572.305,26	0,00	7.782.447,79
Reserva por impostos diferidos	-123.632,96	-2.241.286,31	0,00	-2.364.919,27
Ações/Unid. part. fundos invest.	197.054,81	-655.274,37	0,00	-458.219,56
Títulos de rendimento fixo	-320.687,77	-1.586.011,94	0,00	-1.906.699,71
Outras reservas	22.923.777,71	4.235.860,07	0,00	27.159.637,78
Reserva legal	3.719.844,43	428.617,51	0,00	4.148.461,94
Prémios de emissão	2.979.548,04	0,00	0,00	2.979.548,04
Outras reservas	16.224.385,24	3.807.242,56	0,00	20.031.627,80
Total	23.266.684,23	11.180.765,97	0,00	34.447.450,20

27. RESULTADOS POR AÇÃO

Apresenta-se o cálculo do resultado por ação:

Conceito	2014	2013
Resultado líquido atribuído aos acionistas	-2.838.289,39	6.591,55
Numero médio de ações	6.635.000	6.635.000
Resultado por ação (em euros)	-0,43	0,00

28. DIVIDENDOS POR AÇÃO

No exercício atual e no anterior não foram distribuídos dividendos aos acionistas.

O Conselho de Administração propôs que o resultado negativo, do exercício de 2014, no montante de 2.838.289,39 euros (dois milhões oitocentos e trinta e oito mil duzentos e oitenta e nove euros e trinta e nove cêntimos) seja aplicado da seguinte forma:

» Reserva livre: -2.838.289,39 euros.

29. TRANSAÇÕES ENTRE PARTES RELACIONADAS

29.1. INFORMAÇÃO SOBRE A EMPRESA-MÃE E SOBRE A EMPRESA-MÃE DO TOPO DO GRUPO

A MAPFRE nasceu em 1933 como Mutualidad de Seguros de la Agrupación de Fincas Rústicas de España, com a finalidade de segurar os trabalhadores das explorações agrícolas. A partir de 1955, assentaram-se as bases da entidade como a conhecemos na atualidade, estendendo-se a sua atividade, de forma inicial, a outros ramos de seguros como Vida, Acidentes ou Transportes.

Durante a década dos anos 70, iniciou na América Latina a estratégia internacional com as Atividades de Assistência e Resseguro, como pontas de lança do negócio de Seguros. Em 1975, inicia as suas atividades a Fundação MAPFRE e, nos anos 80, a MAPFRE – que já era a primeira entidade seguradora de Espanha – consolidou a sua aposta latino-americana com um importante esforço de investimento, que culminou nos anos 90 com a criação de uma rede de seguro que atendia às particularidades locais e era similar ao modelo de êxito espanhol.

A partir do ano 2000, começou-se a sentir a aceleração do crescimento das companhias da MAPFRE na América Latina, um efeito que se combinou com a diversificação dos canais de comercialização em Espanha. Em 2007, foi levada a cabo uma reorganização que proporcionou uma estrutura corporativa e uma capacidade financeira que permitiu continuar a ampliar as atividades e a expansão internacional. A Fundação MAPFRE, fundação privada que desenvolve atividades não lucrativas de interesse geral, converteu-se no acionista maioritário e no garante da independência da nova sociedade MAPFRE, S.A., sociedade *holding*, que cotiza em Bolsa e integra todas as atividades do Grupo.

Desde 2007, impulsionou-se a expansão do Grupo com uma aposta na diversificação geográfica e por mercados de elevado potencial de crescimento, como os Estados Unidos e a Turquia. Em 2012, Antonio Huertas assumiu a Presidência do Grupo, uma seguradora global com presença em 49 países nos cinco continentes.

A MAPFRE é líder do mercado segurador espanhol, o primeiro grupo multinacional segurador na América Latina, onde também é líder no seguro Não Vida. É um dos 10 primeiros grupos europeus em volume de negócio e situa-se entre as 20 primeiras companhias de seguros de automóveis nos Estados Unidos.

Na atividade de Assistência, é a terceira seguradora mundial.

A resseguradora da MAPFRE, a MAPFRE RE, encontra-se entre as 15 primeiras entidades no *ranking* mundial e desenvolve a sua atividade em todo o mundo.

No seu conjunto, a MAPFRE conta com mais de 27 milhões de clientes, 37.053 empregados, 5.524 escritórios próprios em todo o mundo e cerca de 80.000 mediadores.

As ações da MAPFRE fazem parte dos índices IBEX 35, Dow Jones Stoxx Insurance, World Index, MSCI Spain, FTSE All-World Developed Europe Index, FTSE4Good e FTSE4Good IBEX.

A MAPFRE Seguros Gerais, S.A. é uma das Sociedades do Grupo que desenvolve a sua atividade em Portugal e é detida a 100% pela MAPFRE Familiar, que, por sua vez, é detida a 100% pela MAPFRE, S.A., empresa matriz do Grupo.

29.2. DESCRIÇÃO DOS RELACIONAMENTOS ENTRE EMPRESAS-MÃE E FILIAIS

As transações com partes relacionadas referem-se a contratos de seguros, de resseguros, imobiliárias e de serviços. Não ocorreram, contudo, quaisquer operações com a casa-mãe, nem com entidades com controlo conjunto ou influência significativa sobre a Companhia, filiais, associadas, empreendimentos conjuntos nos quais a Companhia seja um empreendedor, administradores da entidade ou da casa-mãe, além das remunerações relativas aos Administradores.

29.3. INFORMAÇÃO RELACIONADA COM O ÓRGÃO DE ADMINISTRAÇÃO

A responsabilidade pelo planeamento, direção e controlo da Companhia compete ao Conselho de Administração e ao Conselho Fiscal, que constituem o Órgão Social da Companhia.

A política de remuneração dos membros dos Órgãos de Administração e Fiscalização, em cumprimento do disposto no art. 3.º da Lei n.º 28/2009, de 19 de junho, na Norma Regulamentar n.º 5/2010-R e na Circular n.º 6/2010, do Instituto de Seguros de Portugal, ambas de 1 de abril, está discriminada no ponto 6 do Relatório de Gestão.

No quadro abaixo apresentam-se as entidades do Grupo MAPFRE das quais os membros do Conselho de Administração fazem parte:

Grupo MAPFRE	
Administrador	Sociedades nas quais integram o Órgão de Administração
Pedro de Macedo Coutinho de Almeida	MAPFRE RE; MAPFRE Global Risks (antes MAPFRE Empresas); Reinsurance Management Inc; MAPFRE Asistencia; Compagnie Internationale d'Assurances et de Reassurances, Société Anonyme (C.I.A.R); Aseguradores de Riesgos Nucleares A.I.E. (ARN)
Filipe Dumont dos Santos	Madeira Impex – Electromecânica, Lda.; Autotudo da Madeira, Lda.; Leuimport da Madeira, Lda.; Choupana Hills; Paixão do Vinho, Lda.
António Manuel Cardoso Belo	MAPFRE Seguros de Vida, S.A.
Jesús García Arranz	
Francisco José Marco Orenes	MAPFRE Familiar; MAPFRE Empresas; Catalunya Caixa Seguros Generales; Bankinter Seguros Generales; Ibericar; Funespaña
Ignacio Baeza Gómez	MAPFRE Vida; MAPFRE Familiar; MAPFRE, S.A.; MAPFRE Vida Pensiones; MAPFRE Inversión II; Ascat Vida; Ascat Seguros Generales; MAPFRE Internacional
Juan Fernández Palacios	MAPFRE Vida
Jesús Martínez Castellanos	MAPFRE Vida Pensiones EGFP, S.A.; Activida, S.A.; Bakinter Seguros de Vida, S.A.; MAPFRE Caja Madrid, S.A.; Unión de Duero, S.A.; Duero Pensiones EGFP, S.A.; Catalunya Caja Vida, S.A.
José Luis Catalinas Calleja	
José Luis Joló Marín	Eco – Ecoenergias del Guadiana, S.A.
Matías Salvá Bennasar	MAPFRE, S.A.; MAPFRE Global Risks; MAPFRE Familiar; MAPFRE RE
Miguel Pedro Caetano Ramos	Grupo Salvador Caetano, SGPS, S.A.; Toyota Caetano Portugal, S.A.; Ibericar (Retail Espanha); Caetano Retail (Retail Portugal); SC Auto Africa; SC Industria; Global Watt

29.4. Apresentam-se de seguida, as operações ocorridas, saldos dos exercícios de 2014 e de 2013, com todas as outras entidades relacionadas:

Milhares de euros

Conceito	Gastos		Rendimentos	
	2014	2013	2014	2013
Serviços recebidos/prestados e outros gastos/rendimentos	584	469	491	459
Gastos/rendimentos de investimentos imobiliários	37	132	0	0
Gastos/rendimentos de investimentos e contas financeiras	156	130	0	0
Total	776	731	491	459

Milhares de euros

Conceito	Operações gerais	
	2014	2013
Créditos e dívidas	561	929
Total	561	929

As operações de resseguro, efetuadas entre empresas do Grupo, apresentam-se no quadro seguinte:

Milhares de euros

Conceito	Resseguro cedido	
	2014	2013
Prémios adquiridos	17.234	16.390
Sinistros recebidos	11.140	14.462
Variação de provisões técnicas	791	463
Comissões	2.536	2.504
Juros sobre depósitos	2	3

Os valores referentes aos saldos das contas correntes de resseguro, de depósitos constituídos e de provisões técnicas, por operações de resseguro, com entidades do Grupo, apresentam-se no quadro seguinte:

Milhares de euros

Conceito	Resseguro cedido	
	2014	2013
Créditos e dívidas	1.006	-467
Depósitos	-28	-45
Provisões técnicas	22.023	21.348
Total	23.000	20.837

30. DEMONSTRAÇÃO DE FLUXOS DE CAIXA

Euros

Demonstração do fluxo de caixa	2014	2013
Atividades operacionais		
Recebimentos de prémios	104.137.368,59	99.022.446,42
Pagamentos de sinistros	-59.667.362,36	-64.122.780,53
Pagamentos de comissões	-9.315.991,58	-8.049.733,87
Entradas por operações de resseguro	1.443.703,52	7.620.908,90
Saídas por operações de resseguro	-9.896.313,71	-8.728.524,43
Entradas por operações de co-seguro	1.605.950,42	2.476.743,47
Saídas por operações de co-seguro	-2.869.970,15	-2.718.819,05
Outros recebimentos	1.054.457,52	1.885.645,61
Pagamentos a fornecedores e pessoal	-34.708.710,82	-33.272.834,17
Imposto sobre o rendimento	639.728,94	-1.515.618,82
Total fluxo das atividades operacionais	-7.577.139,63	-7.402.566,47
Atividades de investimento		
Outros ativos tangíveis	-814.722,06	-618.880,83
Terrenos e edifícios	27.562,96	0,00
Títulos de dívida	1.827.253,18	5.533.512,69
Instrumentos de capital e unidades de participação	967.423,97	1.150.938,03
Participação no capital de outras sociedades	0,00	-3.500.000,00
Juros recebidos	4.915.795,98	3.137.352,43
Dividendos recebidos	308.996,99	325.904,26
Outros investimentos	989.840,45	-1.000.000,00
Total fluxo das atividades de investimento	8.222.151,47	5.028.826,58
Atividades de financiamento		
Pagamentos de dividendos aos acionistas	0,00	0,00
Total fluxo das atividades de financiamento	0,00	0,00
Efeito das variações das diferenças de câmbios	0,00	0,00
Aumento líquido de caixa e seus equivalentes	645.011,84	-2.373.739,89
Caixa e seus equivalentes no início do exercício	1.059.583,88	3.433.323,77
Caixa e seus equivalentes no fim do exercício	1.704.595,72	1.059.583,88

31. OUTRAS INFORMAÇÕES

A MAPFRE celebrou com a COSEC – Companhia de Seguros de Crédito, S.A., em 25 de junho de 2014, um contrato de cessão da carteira, no qual MAPFRE cedia e transferia à sociedade COSEC e esta adquiria, com efeitos operativos a partir do dia 1 do mês seguinte ao da aprovação pelas autoridades competentes da operação, a carteira de seguros do ramo de Crédito, que corresponde ao Ramo 14) do art.123.º do Decreto-Lei n.º 94-B/98, de 17 de junho.

Este contrato ficou sujeito à condição resolutiva da eventual não aprovação da operação pelas autoridades competentes, designadamente pelo Instituto de Seguros de Portugal e pela Autoridade da Concorrência, se a referida aprovação não ocorresse até ao dia 31.12.2014.

A cessão da carteira foi aprovada, com efeitos condicionados à sua prévia autorização administrativa cumulativa por parte das entidades competentes, pelo Conselho de Administração da MAPFRE e pela Comissão Executiva do Conselho de Administração da COSEC, nas suas reuniões de 3 de março de 2014 e de 13 de março de 2014, respetivamente.

O preço da cessão foi fixado em 90.964,00 € (noventa mil, novecentos e sessenta e quatro euros), cujo pagamento seria devido no dia 1 do mês seguinte ao da aprovação pelas autoridades competentes da operação. Este montante foi estabelecido sobre a base da avaliação da carteira efetuada por uma entidade independente.

O Conselho Diretivo do Instituto de Seguros de Portugal deliberou, na sua reunião de 11 de setembro de 2014, nos termos do disposto no n.º 1 do artigo 153.º do Decreto-Lei n.º 94-B/98, de 17 de abril, autorizar a transferência da carteira de seguros do ramo Crédito, previsto no n.º 14 do artigo 123.º do Decreto-Lei n.º 94-B/98, de 17 de abril, da MAPFRE Seguros Gerais, S.A., para a COSEC – Companhia de Seguros de Crédito, S.A.

O Conselho da Autoridade da Concorrência, no uso da competência que lhe é conferida pela alínea d) do n.º 1 do artigo 19.º dos Estatutos, aprovados pelo Decreto-Lei n.º 125/2014, de 18 de agosto, deliberou, em 16 de outubro de 2014, adotar uma decisão de não oposição à presente operação de concentração, nos termos da alínea b) do n.º 1 do artigo 50.º da Lei da Concorrência, uma vez que a mesma não é suscetível de criar entraves significativos à concorrência efetiva no mercado nacional dos seguros de crédito doméstico e à exportação.

32. ACONTECIMENTOS APÓS A DATA DE BALANÇO NÃO DESCRITOS EM PONTOS ANTERIORES

Não se registaram eventos subsequentes relevantes, em data posterior às demonstrações financeiras apresentadas.

33. ALTERAÇÕES DE POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS

33.1. ALTERAÇÕES VOLUNTÁRIAS DE POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS

Durante o exercício, não ocorreram alterações voluntárias de políticas contabilísticas, face às consideradas na preparação da informação financeira relativa ao exercício anterior apresentada nos comparativos.

33.2. NOVAS NORMAS E INTERPRETAÇÕES APLICÁVEIS AO EXERCÍCIO

Em resultado do endosso por parte da União Europeia (UE), ocorreram as seguintes emissões, revisões, alterações e melhorias nas normas e interpretações com efeitos a partir de 1 de janeiro de 2014.

As revisões, alterações e melhorias nas normas e interpretações endossadas pela UE não apresentam efeitos significativos nas políticas contabilísticas e divulgações adotadas pela Companhia.

IFRS 10 Demonstrações financeiras consolidadas

O IASB emitiu a IFRS 10 Demonstrações financeiras consolidadas que substitui os requisitos de consolidação previstos na SIC 12 Consolidação – entidades com finalidade especial e na IAS 27 Demonstrações financeiras consolidadas e separadas.

A IFRS 10 não altera os procedimentos de consolidação, mas estabelece um novo conceito de controlo que deverá ser aplicado para todas as entidades e veículos com finalidade especial. Assim, um investidor controla uma investida se e apenas se tiver, cumulativamente:

- (a) Poder sobre a investida;
- (b) Exposição ou direitos a resultados variáveis por via do seu relacionamento com a investida; e
- (c) A capacidade de usar o seu poder sobre a investida para afetar o valor dos resultados para os investidores.

As mudanças introduzidas pela IFRS 10 requerem que a Gestão faça um julgamento significativo de forma a determinar que entidades são controladas e, conseqüentemente, serão incluídas nas demonstrações financeiras consolidadas da empresa-mãe.

IFRS 11 Acordos conjuntos

A IFRS 11:

- » Substitui a IAS 31 Interesses em empreendimentos conjuntos e a SIC 13 Entidades conjuntamente controladas – contribuições não monetárias por empreendedores;
- » Altera o conceito de controlo conjunto e remove a opção de contabilizar uma entidade conjuntamente controlada através do método da consolidação proporcional, passando uma entidade a contabilizar o seu interesse nestas entidades através do método da equivalência patrimonial. O controlo conjunto consiste na partilha contratualmente acordada do controlo sobre um acordo, que só existe quando as decisões sobre as atividades relevantes requerem o consentimento unânime das partes que partilham o controlo.

Define ainda o conceito de operações conjuntas (combinando os conceitos existentes de ativos controlados e operações controlados conjuntamente) e redefine o conceito de consolidação proporcional para estas operações, devendo cada entidade registar nas suas demonstrações financeiras os interesses absolutos ou relativos que possuem nos ativos, passivos, rendimentos e custos.

IFRS 12 Divulgação de participações em outras entidades

A IFRS 12 Divulgação de participações em outras entidades estabelece o nível mínimo de divulgações relativamente a empresas subsidiárias, empreendimentos conjuntos, empresas associadas e outras entidades não consolidadas.

Esta norma inclui, por isso, todas as divulgações que eram obrigatórias na IAS 27 Demonstrações financeiras consolidadas e separadas referentes às contas consolidadas, bem como as divulgações obrigatórias incluídas na IAS 31 Interesses em empreendimentos conjuntos e na IAS 28 Investimentos em associadas, além de novas informações adicionais.

O objetivo desta norma é exigir que uma entidade divulgue informação nas suas demonstrações financeiras que permita que os utentes avaliem:

- (a) A natureza e os riscos associados aos seus interesses noutras entidades; e
- (b) Os efeitos desses interesses na sua posição financeira, desempenho financeiro e fluxos de caixa.

Para isso, uma entidade deve divulgar:

- (a) Os julgamentos e pressupostos significativos nos quais se baseou para determinar a natureza do seu interesse noutra entidade ou acordo e para determinar o tipo de acordo conjunto no qual tem um interesse; e
- (b) Informação sobre os seus interesses em subsidiárias, acordos conjuntos e associadas; e entidades estruturadas que não sejam controladas pela entidade.

Para efeitos desta norma, um interesse noutra entidade refere-se ao envolvimento contratual e não-contratual que expõe uma entidade a uma variabilidade do retorno em função do desempenho da outra entidade. Um interesse noutra entidade pode ser evidenciado, entre outros, pela propriedade de ações ou de instrumentos de dívida, bem como por outras formas de envolvimento como o fornecimento de financiamento, de assistência à liquidez, de aumentos de crédito e de garantias. Isso inclui os meios pelos quais uma entidade tem controlo, controlo conjunto ou influência significativa sobre outra entidade. Uma entidade não tem necessariamente um interesse noutra entidade apenas por via de uma normal relação de cliente-fornecedor.

IFRS 10, IFRS 11 e IFRS 12 (Emendas) – Orientações de transição

Estas emendas permitem a adopção de procedimentos menos exigentes na transição para as IFRS 10, IFRS 11 e IFRS 12 como, por exemplo, a re-expressão de comparativos que fica limitada ao período imediatamente anterior à transição.

IFRS 10, IFRS 12 e IAS 27 (Emendas) – Entidades de investimento

As entidades de investimento que incluem os fundos de capital de risco devem satisfazer três elementos da definição e quatro características típicas para que possam ser consideradas como entidades de investimento a quem se aplicam as novas disposições. Para o efeito, devem ser considerados todos os factos e circunstâncias, incluindo o fim a que se destinam e a sua conceção. Estas entidades estão isentas de consolidar as suas subsidiárias, associadas e empreendimentos conjuntos, as quais devem ser valorizadas ao justo valor através de resultados nos termos da IFRS 9 (ou IAS 39 conforme aplicável), com exceção daquelas que prestem serviço exclusivo à entidade de investimento relacionados com as atividades de investimento, as quais devem ser consolidadas (investimentos em subsidiárias) ou contabilizadas usando o método da equivalência patrimonial (investimentos em

associadas e empreendimentos conjuntos). Também devem ser valorizadas ao justo valor os investimentos em outras entidades de investimento sobre as quais exista controlo. Uma entidade-mãe de uma entidade de investimento que não seja, ela própria, uma entidade de investimento não pode usar nas suas contas o modelo de justo valor aplicado pela sua subsidiária às respetivas participadas. Organizações de capital de risco, fundos de investimento e outras entidades que não satisfaçam as condições para serem consideradas entidades de investimento nos termos agora definidos mantêm a possibilidade de poder mensurar os investimentos em associadas e empreendimentos conjuntos ao justo valor através de resultados nos termos da opção prevista na IAS 28.

IAS 27 Demonstrações financeiras consolidadas e separadas (Revista em 2011)

Com a introdução da IFRS 10 e da IFRS 12, a IAS 27 limita-se a estabelecer o tratamento contabilístico relativamente a subsidiárias, empreendimentos conjuntos e associadas nas contas separadas.

IAS 28 Investimentos em associadas e joint ventures

Com as alterações à IFRS 11 e à IFRS 12, a IAS 28 foi renomeada e passa a descrever a aplicação do método de equivalência patrimonial também às *joint ventures*, à semelhança do que já acontecia com as associadas.

IAS 32 Instrumentos financeiros (Compensação de ativos financeiros e passivos financeiros)

A emenda clarifica o significado de “direito legal correntemente executável de compensar” e a aplicação da IAS 32 aos critérios de compensação de sistemas de compensação (tais como sistemas centralizados de liquidação e compensação), os quais aplicam mecanismos de liquidação brutos que não são simultâneos.

O parágrafo 42 a) da IAS 32 requer que “um ativo financeiro e um passivo financeiro devem ser compensados e a quantia líquida apresentada no balanço quando, e apenas quando, uma entidade tiver atualmente um direito de cumprimento obrigatório para compensar as quantias reconhecidas”. Esta emenda clarifica que os direitos de compensar não só têm de ser correntemente executáveis em termos legais no decurso da atividade normal, mas também têm de ser executáveis no caso de um evento de incumprimento e no caso de falência ou insolvência de todas as contrapartes do contrato, incluindo da entidade que reporta. A emenda também clarifica que os direitos de compensação não devem estar contingentes de eventos futuros.

O critério definido na IAS 32 para a compensação de instrumentos financeiros requer que a entidade de reporte pretenda ou liquidar numa base líquida, ou realizar o ativo e liquidar simultaneamente o passivo. A emenda clarifica que só os mecanismos de liquidação pelo valor bruto que eliminam ou resultam em riscos de crédito e liquidez insignificantes em que o processo de contas a receber e a pagar é um único processo de liquidação ou ciclo podem ser, de facto, equivalentes a uma liquidação pelo valor líquido, cumprindo com efeito o critério de liquidação líquido previsto na norma.

IAS 36 Imparidade de ativos (Emenda) – Divulgações da quantia recuperável para ativos não financeiros

A emenda elimina a obrigatoriedade de divulgação do valor recuperável de unidades geradoras de caixa que incluam ativos intangíveis com vida útil indefinida e/ou *goodwill*, desde que não tenham sido reconhecidas perdas de imparidade, com o objetivo de eliminar a consequência não intencional existente na norma que obrigava à divulgação de informação comercial sensível. Passa a ser obrigatório divulgar: (i) informação adicional sobre o justo valor dos ativos em imparidade quando a quantia recuperável é baseada no justo valor menos custo de vender e (ii) informação sobre as taxas de desconto usadas quando a quantia recuperável é baseada no justo valor menos custos de vender que use uma técnica de valorização ao valor atual.



141

milhões de euros

A estrutura da carteira de ativos não sofreu alterações relevantes.

IAS 39 Instrumentos financeiros (Emenda) – Novação de derivados e continuação de contabilidade de cobertura

As emendas visam permitir uma exceção à necessidade de descontinuar a contabilidade de cobertura em certas circunstâncias nas quais existe uma alteração da contraparte num instrumento de cobertura, de forma a garantir a participação numa câmara de compensação para esse instrumento.

A emenda cobre as novações:

- » Que resultem da aplicação ou da alteração de leis ou regulamentos;
- » Nas quais as partes do instrumento de cobertura concordam que uma ou mais contrapartes da compensação substituam as contrapartes originais de forma a tornarem-se as novas contrapartes de cada uma das partes;
- » Que não resultem em outras alterações aos termos do contrato original do derivado além das alterações diretamente atribuíveis à alteração da contraparte para assegurar a compensação.

Todas as condições acima referidas devem ser cumpridas para se continuar a contabilidade de cobertura de acordo com esta exceção.

A emenda cobre novações efetuadas para contrapartes centrais, bem como para intermediários, como sejam membros de câmaras de compensação, ou clientes dos últimos que sejam eles próprios intermediários.

Para as novações que não cumpram os critérios da exceção, as entidades devem avaliar as alterações ao instrumento de cobertura à luz das regras de desconhecimento de instrumentos financeiros e das condições gerais para continuar a aplicação da contabilidade de cobertura.

34. NOVAS NORMAS E INTERPRETAÇÕES JÁ EMITIDAS MAS QUE AINDA NÃO SÃO OBRIGATÓRIAS

As normas e interpretações recentemente emitidas pelo IASB cuja aplicação é obrigatória apenas em períodos com início após 1 de janeiro de 2015 e que a Companhia não adotou antecipadamente são as seguintes:

a) Já endossadas pela União Europeia:

IAS 19 R Benefícios de empregados (Emenda) – Contribuições de empregados

Esta emenda aplica-se a contribuições de empregados ou terceiros para planos de benefícios definidos. Simplifica a contabilização das contribuições que sejam independentes do número de anos de prestação de serviço do empregado, como, por exemplo, contribuições efetuadas pelo empregado que sejam calculadas com base numa percentagem fixa do salário, que sejam uma quantia fixa ao longo de todo o período de serviço ou uma quantia que dependa da idade do empregado. Tais contribuições passam a poder ser reconhecidas como uma redução dos custos do serviço no período em que o serviço é prestado.

IFRIC 21 Taxas

Esta interpretação aplica-se a pagamentos impostos por entidades governamentais, que não estejam cobertos por outras normas (ex.: IAS 12), incluindo multas e outras penalidades por incumprimento de legislação. A interpretação clarifica que: (i) deve ser reconhecido um passivo quando ocorre a atividade que despoleta o pagamento tal como identificado na legislação relevante; (ii) deve ser efetuado um acréscimo progressivo da responsabilidade ao longo do tempo, se a atividade que despoleta o pagamento também ocorre ao longo do tempo, de acordo com a legislação relevante; e (iii) se o pagamento só é despoletado quando é atingido um limite mínimo, não deve ser reconhecido qualquer passivo até que tal mínimo seja atingido. Esta interpretação não estabelece qual deve ser a contrapartida do passivo, devendo ser tidas em conta as disposições das restantes normas para determinar se deve ser reconhecido um ativo ou um gasto.

MELHORIAS ANUAIS RELATIVAS AO CICLO 2010-2012

Nas melhorias anuais relativas ao ciclo 2010-2012, o IASB introduziu sete melhorias em sete normas, cujos resumos se apresentam de seguida:

IFRS 2 Pagamentos com base em ações

Atualiza definições, clarifica o que se entende por condições de aquisição e clarifica ainda situações relacionadas com preocupações que haviam sido levantadas sobre condições de serviço, condições de mercado e condições de *performance*.

IFRS 3 Combinações de negócios

Introduz alterações no reconhecimento das alterações de justo valor dos pagamentos contingentes que não sejam instrumentos de capital. Tais alterações passam a ser reconhecidas exclusivamente em resultados do exercício.

IFRS 8 Segmentos operacionais

Requer divulgações adicionais (descrição e indicadores económicos) que determinaram a agregação dos segmentos.

A divulgação da reconciliação do total dos ativos dos segmentos reportáveis com o total de ativos da entidade só é exigida se for também reportada ao gestor responsável, nos mesmos termos da divulgação exigida para os passivos do segmento.

IFRS 13 Mensuração ao justo valor

Clarifica que as contas a receber e as contas a pagar sem juro declarado podem ser mensuradas ao valor nominal quando o efeito do desconto é imaterial. Assim, a razão pela qual foram eliminados parágrafos da IAS 9 e da IAS 39 nada teve que ver com alterações de mensuração, mas sim com o facto de a situação em concreto ser imaterial e, por esse facto, não ser obrigatório o seu tratamento conforme já previsto na IAS 8.

IAS 16 Ativos fixos tangíveis e IAS 38 Ativos intangíveis

No caso de revalorização, a norma passa a prever a possibilidade de a entidade poder optar entre proceder ao ajustamento do valor bruto com base em dados observáveis no mercado ou que possa alocar a variação, de forma proporcional, à alteração ocorrida no valor contabilístico, sendo, em qualquer dos casos, obrigatória a eliminação das amortizações acumuladas por contrapartida do valor bruto do ativo. Estas alterações só se aplicam a revalorizações efetuadas no ano em que a alteração for aplicada pela primeira vez e ao período imediatamente anterior. Pode fazer a re-expressão para todos os períodos anteriores, mas não é obrigada a fazê-lo. Contudo, se não fizer, deverá divulgar o critério usado nesses períodos.

IAS 24 Divulgações de partes relacionadas

Clarifica que uma entidade gestora – uma entidade que presta serviços de gestão – é uma parte relacionada sujeita aos requisitos de divulgação associados. Adicionalmente, uma entidade que utilize os serviços de uma entidade de gestão é obrigada a divulgar os gastos incorridos com tais serviços.

MELHORIAS ANUAIS RELATIVAS AO CICLO 2011-2013

Nas melhorias anuais relativas ao ciclo 2011-2013, o IASB introduziu quatro melhorias em outras tantas normas cujos resumos se apresentam de seguida:

IFRS 1 Adoção pela primeira vez das Normas Internacionais de Relato Financeiro

Clarifica o que se entende por normas em vigor.

IFRS 3 Combinações de negócios

Atualiza a exceção de aplicação da norma a “Acordos Conjuntos”, clarificando que a única exclusão se refere à contabilização da criação de um acordo conjunto nas demonstrações financeiras do próprio acordo conjunto.

IFRS 13 Mensuração ao justo valor

Atualiza o parágrafo 52 no sentido de a exceção ao portefólio passar a incluir também outros contratos que estejam no âmbito ou sejam contabilizados de acordo com a IAS 39 ou a IFRS 9, independentemente de satisfazerem as definições de ativos financeiros ou passivos financeiros nos termos na IAS 32.

IAS 40 Propriedades de investimento

Clarifica que é à luz da IFRS 3 que se deve determinar se uma dada transação é uma combinação de negócios ou compra de ativos e não a descrição existente na IAS 40 que permite distinguir a classificação de uma propriedade como sendo de investimento ou como sendo propriedade ocupada pelo dono.

b) Ainda não endossadas pela União Europeia:**IFRS 9 Instrumentos financeiros (emitida em 24 de julho de 2014)**

Esta norma foi finalmente completada em 24 de julho de 2014 e o resumo, por temas, é o seguinte:

Classificação e mensuração de ativos financeiros

» Todos os ativos financeiros são mensurados ao justo valor na data do reconhecimento inicial, ajustado pelos custos de transação no caso de os instrumentos não serem contabilizados pelo valor justo através de resultado (FVTPL). No entanto, as contas de clientes sem uma componente de financiamento significativa são inicialmente mensuradas pelo seu valor de transação, conforme definido na IFRS 15 Rendimentos de contratos com os clientes.

» Os instrumentos de dívida são posteriormente mensurados com base nos seus fluxos de caixa contratuais e no modelo de negócio no qual tais instrumentos são detidos. Se um instrumento de dívida tem fluxos de caixa contratuais que são apenas os pagamentos do principal e dos juros sobre o capital em dívida e é detido dentro de um modelo de negócio com o objetivo de deter os ativos para recolher fluxos de caixa contratuais, então o instrumento é contabilizado pelo custo amortizado. Se um instrumento de dívida tem fluxos de caixa contratuais que são exclusivamente os pagamentos do capital e dos juros sobre o capital em dívida e é detido num modelo de negócios

cujo objetivo é recolher fluxos de caixa contratuais e de venda de ativos financeiros, então o instrumento é medido pelo valor justo através do resultado integral (FVOCI) com subsequente reclassificação para resultados.

- » Todos os outros instrumentos de dívida são subsequentemente contabilizados pelo FVTPL. Além disso, existe uma opção que permite que os ativos financeiros no reconhecimento inicial possam ser designados como FVTPL se isso eliminar ou reduzir significativamente descompensação contabilística significativa nos resultados do exercício.
- » Os instrumentos de capital são geralmente mensurados ao FVTPL. No entanto, as entidades têm uma opção irrevogável, de instrumento a instrumento, de apresentar as variações de justo valor dos instrumentos não comerciais na demonstração do rendimento integral (sem subsequente reclassificação para resultados do exercício).

Classificação e mensuração dos passivos financeiros

- » Para os passivos financeiros designados como FVTPL usando a opção do justo valor, a quantia da alteração no valor justo desses passivos financeiros que seja atribuível a alterações no risco de crédito deve ser apresentada na demonstração do resultado integral. O resto da alteração no justo valor deve ser apresentada no resultado, a não ser que a apresentação da alteração de justo valor relativamente ao risco de crédito do passivo na demonstração do resultado integral vá criar ou ampliar uma descompensação contabilística nos resultados do exercício.
- » Todos os restantes requisitos de classificação e mensuração de passivos financeiros da IAS 39 foram transportados para a IFRS 9, incluindo as regras de separação de derivados embutidos e os critérios para usar a opção do justo valor.

Imparidade

- » Os requisitos de imparidade são baseados num modelo de perda esperada de crédito (PEC), que substitui o modelo de perda incorrida da IAS 39.
- » O modelo de PEC aplica-se: (i) a instrumentos de dívida contabilizados ao custo amortizado

ou ao justo valor através de rendimento integral, (ii) à maioria dos compromissos de empréstimos, (iii) aos contratos de garantia financeira, (iv) aos ativos contratuais no âmbito da IFRS 15 e (v) às contas a receber de locações no âmbito da IAS 17 Locações.

- » Geralmente, as entidades são obrigadas a reconhecer as PEC relativas a 12 meses ou a toda a vida, dependendo se houve um aumento significativo no risco de crédito desde o reconhecimento inicial (ou de quando o compromisso ou garantia foi celebrado). Para contas a receber de clientes sem uma componente de financiamento significativa, e dependendo da escolha da política contabilística de uma entidade para outros créditos de clientes e contas a receber de locações, pode aplicar-se uma abordagem simplificada na qual as PEC de toda a vida são sempre reconhecidas.
- » A mensuração das PEC deve refletir a probabilidade ponderada do resultado, o efeito do valor temporal do dinheiro, e ser baseada em informação razoável e suportável que esteja disponível sem custo ou esforço excessivo.

Contabilidade de cobertura

- » Os testes de eficácia de cobertura devem ser prospetivos e podem ser qualitativos, dependendo da complexidade da cobertura.
- » Uma componente de risco de um instrumento financeiro ou não financeiro pode ser designada como o item coberto se a componente de risco for identificável separadamente e mensurável de forma confiável.
- » O valor temporal de uma opção, o elemento *forward* de um contrato *forward* e qualquer *spread* base de moeda estrangeira podem ser excluídos da designação como instrumentos de cobertura e serem contabilizado como custos da cobertura.
- » Conjuntos mais alargados de itens podem ser designados como itens cobertos, incluindo designações por camadas e algumas posições líquidas.

A norma é aplicável para exercícios iniciados em ou após 1 de janeiro de 2018. A aplicação antecipada é permitida desde que devidamente divulgada. A aplicação varia consoante os requisitos da norma, sendo parcialmente retrospectiva e parcialmente prospetiva.

IFRS 10 e IAS 28 Venda ou entrega de ativos por um investidor à sua associada ou empreendimento conjunto (Emendas emitidas em 11 de setembro de 2014)

As alterações à IFRS 10 definem os critérios para o reconhecimento dos ganhos e perdas quando uma empresa-mãe perde o controle de uma subsidiária, a qual não contenha um negócio tal como definido na IFRS 3 Combinações de negócios, em resultado de uma transação que envolva uma associada ou *joint venture* que seja contabilizada pela equivalência patrimonial. O lucro ou perda da transação é incluído na demonstração de resultados do investidor apenas na extensão que não esteja relacionada com o investimento na associada ou *joint venture*. A parte restante é deduzida ao valor contábilístico do investimento na associada ou *joint venture*. No caso de a empresa-mãe continuar a manter um investimento na antiga subsidiária e esta se tiver tornado uma associada ou *joint venture* contabilizada pela equivalência patrimonial, a empresa-mãe reconhece o ganho ou perda da remensuração para o justo valor na demonstração de resultados apenas na extensão que não esteja relacionada com o novo investimento na associada ou *joint venture*. A parte restante é deduzida ao valor contábilístico do investimento retido na anterior subsidiária. Se o investimento na anterior subsidiária passar a ser mensurado pelo justo valor, então o ganho ou perda da remensuração é reconhecido na totalidade na demonstração de resultados do investidor.

As alterações à IAS 28 introduzem critérios diferentes de reconhecimento relativamente aos efeitos das transações de venda ou entregas de ativos por um investidor (incluindo as suas subsidiárias consolidadas) à sua associada ou empreendimento conjunto consoante as transações envolvam, ou não, ativos que constituam um negócio tal como definido na IFRS 3 Combinações de negócios. Quando as transações constituírem uma combinação de negócio nos termos requeridos, o ganho ou perda deve ser reconhecido, na totalidade, na demonstração de resultados do exercício do investidor.

As alterações são aplicáveis para exercícios iniciados em ou após 1 de janeiro de 2016. A aplicação

antecipada é permitida desde que devidamente divulgada. A aplicação é prospetiva.

IFRS 10, IFRS 12 e IAS 28 Entidades de investimento – Aplicação da exceção de consolidação (Emendas emitidas em 18 de dezembro de 2014)

As alterações à IFRS 10 clarificam que uma entidade de investimento não necessita preparar demonstrações financeiras consolidadas, se: (i) a sua empresa-mãe imediata ou última preparar demonstrações financeiras em IFRS para uso público nas quais as subsidiárias sejam consolidadas ou mensuradas ao justo valor através de resultados; ou se (ii) as suas subsidiárias estiverem mensuradas ao justo valor através de resultados (todas as subsidiárias, exceto aquelas que não sejam entidades de investimentos e cujo propósito e atividades sejam prestar serviços relacionados com as atividades de investimento das entidades de investimento que as detêm).

As alterações à IAS 28 clarificam que uma entidade não necessita de aplicar o método da equivalência patrimonial numa associada ou *joint venture* se: (i) a empresa-mãe puder usufruir da isenção de consolidação definida na IFRS 10 ou se (ii) entre todas as condições das IAS 28 necessárias para tal, a sua empresa-mãe imediata ou última preparar demonstrações financeiras em IFRS para uso público nas quais as subsidiárias sejam consolidadas ou mensuradas ao justo valor através de resultados. Uma entidade que não seja uma entidade de investimento e que aplique o método de equivalência patrimonial na valorização de associadas ou *joint ventures* que sejam entidades de investimento pode manter a valorização das subsidiárias destas entidades de investimento ao justo valor através de resultados.

As consequentes alterações à IFRS 12 exigem que uma entidade de investimento que prepare demonstrações financeiras em que todas as suas subsidiárias são mensuradas ao justo valor através de resultados apresente as divulgações exigidas pela IFRS 12 no que respeita a entidades de investimento.

As alterações são aplicáveis para exercícios iniciados em ou após 1 de janeiro de 2016. A aplicação antecipada é permitida desde que devidamente divulgada. A aplicação é retrospectiva.

IFRS 11 Contabilização da aquisição de participações em operações conjuntas (Emendas emitidas em 6 de maio de 2014)

As emendas exigem que uma entidade que adquira uma participação numa operação conjunta em que a atividade dessa operação constitua um negócio aplique, na proporção da sua quota parte, todos os princípios sobre combinações de negócios constantes da IFRS 3 Combinações de negócios e outras IFRS que não conflituem com a IFRS 11 e faça as correspondentes divulgações exigidas por tais normas relativamente a combinações de negócios.

As emendas também se aplicam se na formação da operação conjunta a entidade tiver contribuído com um negócio.

No caso de uma aquisição de uma participação adicional numa operação conjunta em que a atividade da operação conjunta constitua um negócio, a participação anteriormente detida não deve ser remensurada se o operador mantiver o controlo conjunto.

As alterações são aplicáveis para exercícios iniciados em ou após 1 de janeiro de 2016. A aplicação antecipada é permitida desde que devidamente divulgada. A aplicação é prospectiva.

IAS 27 Método da equivalência patrimonial nas demonstrações financeiras separadas (Emenda emitida em 12 de agosto 2014)

O objetivo destas alterações é restaurar a opção de usar o método da equivalência patrimonial na valorização de subsidiárias e associadas em contas separadas cujas opções de valorização passam a ser: (i) custo, (ii) em conformidade com a IFRS 9 (ou IAS 39) ou (iii) método da equivalência patrimonial, devendo ser aplicada a mesma contabilização para cada categoria de investimentos. A consequente alteração também foi feita na IFRS 1 Adoção pela primeira vez das Normas Internacionais de Relato Financeiro com vista a permitir a quem adote as IFRS pela primeira vez e use a equivalência patrimonial nas demonstrações financeiras separadas possa usufruir da isenção de combinações de negócios passadas em relação à aquisição do investimento.

As alterações são aplicáveis para exercícios iniciados em ou após 1 de janeiro de 2016. A aplicação

antecipada é permitida desde que devidamente divulgada. A aplicação é retrospectiva.

IFRS 14 Contas de diferimento relacionadas com atividades reguladas (emitida em 30 de janeiro de 2014)

Esta norma permite que uma entidade, cujas atividades estejam sujeitas a tarifas reguladas, continue a aplicar a maior parte das suas políticas contabilísticas para contas de diferimento relacionadas com atividades reguladas ao abrigo do anterior normativo contabilístico ao adotar as IFRS pela primeira vez. Não podem aplicar a norma: (i) as entidades que já preparam as demonstrações financeiras em IFRS, (ii) as entidades cujo atual GAAP não permitem o reconhecimento de ativos e passivos com tarifas reguladas e (iii) as entidades cujo atual GAAP permite o reconhecimento de ativos e passivos com tarifas reguladas, mas que não tenham adotado tal política nas suas contas antes da adoção das IFRS. As contas de diferimento relacionadas com atividades reguladas devem ser apresentadas numa linha separada da demonstração da posição financeira e os movimentos nestas contas devem ser apresentados em linhas separadas na demonstração do lucro ou prejuízo e na demonstração do resultado integral. Devem ser divulgados a natureza e os riscos associados à tarifa regulada da entidade e os efeitos de tal regulamentação nas suas demonstrações financeiras.

A interpretação é aplicável para exercícios iniciados em ou após 1 de janeiro de 2016. A aplicação antecipada é permitida desde que devidamente divulgada. A aplicação é retrospectiva.

IFRS 15 Rédito de contratos com clientes (emitida em 28 de maio de 2014)

Esta norma aplica-se a todos os rendimentos provenientes de contratos com clientes substituindo as seguintes normas e interpretações existentes: IAS 11 Contratos de construção, IAS 18 Rendimentos, IFRIC 13 Programas de fidelização de clientes, IFRIC 15 Acordos para a construção de imóveis, IFRIC 18 Transferências de ativos de clientes e SIC 31 Receitas – Operações de permuta envolvendo serviços de publicidade.

Também fornece um modelo para o reconhecimento e mensuração de vendas de alguns ativos não financeiros, incluindo alienações de bens, equipamentos e ativos intangíveis.

Os princípios desta norma devem ser aplicados em cinco etapas: (i) identificar o contrato com o cliente, (ii) identificar as obrigações de desempenho no contrato, (iii) determinar o preço de transação, (iv) alocar o preço da transação para as obrigações de desempenho no contrato e (v) reconhecer os rendimentos quando a entidade satisfizer uma obrigação de desempenho.

Esta norma também especifica como contabilizar os gastos incrementais de obtenção de um contrato e os gastos diretamente relacionados com o cumprimento de um contrato.

A interpretação é aplicável para exercícios que se iniciem em ou após 1 de janeiro de 2017. A aplicação antecipada é permitida desde que devidamente divulgada. A aplicação é retrospectiva.

IAS 1 Clarificação sobre divulgações no relato financeiro (Emendas emitidas em 18 de dezembro de 2014)

As alterações à IFRS resumem-se, por temas, da seguinte forma:

Materialidade

A decisão sobre a agregação de informação nas demonstrações financeiras e nas notas é matéria que requer julgamento tendo em conta todos os factos e circunstâncias. Na compreensão das demonstrações financeiras: (i) esta não pode ser reduzida por obscurecimento de informações materiais com informações irrelevantes ou através da agregação de itens materiais que têm diferentes naturezas ou funções, (ii) a divulgação de informações imaterial não é proibida, a menos que a informação material seja obscurecida e (iii) é mais provável que a desagregação de informação adicione transparência do que o contrário. As orientações sobre a materialidade são aplicáveis mesmo quando uma IFRS exige uma divulgação específica ou descreve requisitos mínimos de divulgação. Deve também ser avaliado se, além das divulgações específicas, devem ser incluídas divulgações adicionais para tornar as demonstrações financeiras compreensíveis.

Informação a ser apresentada nas demonstrações financeiras

As exigências de apresentação para os itens em cada linha da demonstração da posição financeira e da demonstração de resultados podem ser cumpridas desagregando, nestas peças fi-

nanceiras, as rubricas incluídas em cada item de cada linha. Quando forem usados subtotaís, estes: (i) devem conter apenas reconhecidos e mensurados de acordo com as IFRS, (ii) devem ser apresentados e rotulados de tal forma que o subtotal seja compreensível, (iii) devem ser consistentes de um período para o outro, (iv) não devem ser exibidos com mais destaque do que os totais e subtotaís exigidos pelas IFRS. Na demonstração dos resultados e na demonstração do resultado integral, os subtotaís adicionais devem ser reconciliados com os subtotaís exigidos identificando cada linha excluída. Na demonstração do rendimento integral, a quota parte dos itens relacionados com associadas e *joint ventures* deve ser apresentada de forma a poderem ser identificados os itens que serão, ou não, subsequentemente reclassificados para resultados do exercício.

Estrutura das notas

As entidades têm flexibilidade para ordenarem as notas da forma que entenderem, mas ao decidirem sobre a sistematização devem ter em conta a compreensibilidade e comparabilidade das demonstrações financeiras. Exemplos de ordenação das notas: (i) dar destaque às atividades mais relevantes para a compreensão do desempenho financeiro da entidade e da posição financeira (ex.: grupos de atividades operacionais específicas), (ii) agregar informação sobre itens que sejam mensurados da mesma forma, (iii) ordem da demonstração do resultado integral ou (iv) ordem da demonstração da posição financeira.

Divulgações

A IAS 1 já não se refere a um “resumo” das políticas contabilísticas e foram removidas as orientações e os exemplos potencialmente inúteis para a identificação de uma política contabilística significativa (embora se mantenha a descrição: políticas que os utilizadores das demonstrações financeiras esperariam que fossem divulgadas tendo em conta a entidade e a natureza das suas operações). Os julgamentos significativos feitos na aplicação das políticas contabilísticas (exceto os que envolvem estimativas) devem ser divulgados juntamente com as respetivas políticas significativas ou outras notas.

Deixam de ser aplicáveis os requisitos de divulgação da IAS 8 § 28-30 (ou seja, sobre as normas ainda não adotadas e aplicação inicial de uma norma).

As alterações são aplicáveis para exercícios iniciados em ou após 1 de janeiro de 2016. A aplicação antecipada é permitida desde que devidamente divulgada. A aplicação é retrospectiva.

IAS 16 e à IAS 41 Plantas que geram produto agrícola (Emendas emitidas em 30 de junho de 2014)

As alterações à IAS 16 Ativos fixos tangíveis e IAS 41 Agricultura alteram o âmbito da IAS 16 para nela incluir ativos biológicos que satisfaçam a definição de plantas que geram produto agrícola (por exemplo, árvores de fruto). A produção agrícola que cresce em plantas que geram produto agrícola (por exemplo, a fruta que cresce numa árvore) permanecerá no âmbito da IAS 41. Em resultado das alterações, as plantas que geram produto agrícola passam a estar sujeitas a todos os requisitos de reconhecimento e mensuração da IAS 16, incluindo a escolha entre o modelo de custo e o modelo de revalorização e os subsídios do Governo relativos a estas plantas passam a ser contabilizados de acordo com a IAS 20 e não de acordo com a IAS 41.

As alterações são aplicáveis para exercícios iniciados em ou após 1 de janeiro de 2016. A aplicação antecipada é permitida desde que devidamente divulgada. A aplicação é retrospectiva (dois métodos possíveis).

IAS 16 e IAS 38 Clarificação sobre os métodos de cálculo de depreciação e amortização permitidos (Emendas emitidas em 12 de maio de 2014)

As alterações esclarecem que o princípio incluído nas normas é o de que o rendimento reflete um padrão de benefícios económicos que são gerados a partir da exploração de um negócio (do qual o ativo faz parte) e não o de que os benefícios económicos são consumidos através do uso do ativo. Como resultado, a proporção da receita gerada em relação à receita total prevista para ser gerada não pode ser usada para depreciar os bens do ativo imobilizado, só podendo ser utilizada, em circunstâncias muito limitadas, para amortizar ativos intangíveis.

As alterações são aplicáveis para exercícios iniciados em ou após 1 de janeiro de 2016. A aplicação antecipada é permitida desde que devidamente divulgada. A aplicação é prospectiva.

MELHORIAS ANUAIS RELATIVAS AO CICLO 2012-2014 (EMITIDAS EM 25 DE SETEMBRO DE 2014)

Nas melhorias anuais relativas ao ciclo 2012-2014, o IASB introduziu cinco melhorias em quatro normas cujos resumos se apresentam de seguida:

IFRS 5 Ativos não correntes detidos para venda e operações descontinuadas

Esta melhoria clarifica que as reclassificações diretas de ativos não correntes detidos para distribuição a detentores de capital para ativos não correntes de detidos para venda e vice-versa não determinam a alteração do plano, devendo ser consideradas como uma continuação do plano original do ativo.

Aplicação prospectiva.

IFRS 7 Instrumentos financeiros – Divulgações

Elimina alguns requisitos de divulgações em demonstrações financeiras de ínterim.

Adicionalmente, clarifica que quando uma entidade transfere um ativo financeiro pode reter o direito a um serviço em relação ao ativo financeiro mediante uma determinada quantia pré-determinada, por exemplo, um contrato de manutenção, e que, nestas circunstâncias, para efeitos de determinar quais as divulgações a efetuar, deve ser analisado o envolvimento continuado que resulta de tal contrato.

Não é necessário aplicar as alterações para qualquer período apresentado que comece antes do período anual no qual as alterações são aplicadas pela primeira vez. Esta isenção é aplicável também a entidades que apliquem as IFRS pela primeira vez.

IAS 19 Benefícios de empregados

Esta melhoria clarifica que a taxa de desconto deve ser determinada tendo em conta títulos de alta qualidade existentes num mercado regional que partilhe a mesma moeda (ex.: área do euro) e não os existentes em cada país.

Esta melhoria aplica-se a partir dos saldos de abertura mais antigos apresentados nos comparativos das demonstrações nas quais a alteração seja aplicada pela primeira vez.

IAS 34 Relato financeiro intercalar

As divulgações relativas a eventos e transações significativas passam a poder ser efetuadas, indistintamente, diretamente nas demonstrações financeiras de íterim ou por referência cruzada para outros documentos de prestação de contas (ex.: Relatório de Gestão ou Relatório de Risco). No entanto, considera-se que as demonstrações financeiras de íterim estão incompletas se os respetivos utilizadores não tiverem acesso, nos mesmos termos e ao mesmo tempo, à informação incluída por referência cruzada.

Aplicação retrospectiva.

As alterações são aplicáveis para exercícios iniciados em ou após 1 de janeiro de 2016. A aplicação antecipada é permitida desde que devidamente divulgada.

Da aplicação destas normas e interpretações não são esperados impactos relevantes para a Companhia.

Lisboa, 9 de março de 2015

António Belo
Administrador-Delegado

Manuela Mendes
Técnico de Contas

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Pedro de Macedo Coutinho de Almeida
(Presidente)

Filipe Dumont dos Santos
(Vice-Presidente)

António Manuel Cardoso Belo
(Vogal/Administrador-Delegado)

Francisco Marco Orenes
(Vogal)

Ignacio Baeza Gómez
(Vogal)

Jesús García Arranz
(Vogal)

Jesús Martínez Castellanos
(Vogal)

José Luis Catalinas Calleja
(Vogal)

José Luis Joló Marín
(Vogal)

Juan Fernández Palacios
(Vogal)

Matías Salvá Bennasar
(Vogal)

Miguel Pedro Caetano Ramos
(Vogal)

O SECRETÁRIO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Pedro Ribeiro e Silva

INVENTÁRIO DE PARTICIPAÇÕES E INSTRUMENTOS FINANCEIROS 2014

ANEXO 1.1.

Euros

Código	Designação	Quantidade	Montante do valor nominal	% do valor nominal	Preço médio de aquisição	Valor total de aquisição	Valor de balanço	
							Unitário*	Total
1. Filiais, associadas, empreendimentos conjuntos e outras empresas participadas e participantes								
1.1. Títulos nacionais								
1.1.1. Partes de capital em filiais								
1.1.2. Partes de capital em associadas								
1.1.3. Partes de capital em empreendimentos conjuntos								
1.1.4. Partes de capital em outras empresas participadas e participantes								
Subtotal								
1.1.5. Títulos de dívida de filiais								
1.1.6. Títulos de dívida de associadas								
1.1.7. Títulos de dívida de empreendimentos conjuntos								
1.1.8. Títulos de dívida de outras empresas participadas e participantes								
Subtotal								
1.1.9. Outros títulos em filiais								
1.1.10. Outros títulos em associadas								
1.1.11. Outros títulos em empreendimentos conjuntos								
1.1.12. Outros títulos de outras empresas participadas e participantes								
Subtotal								
Subtotal 1.1.								
1.2. Títulos estrangeiros								
1.2.1. Partes de capital em filiais								
1.2.2. Partes de capital em associadas								
1.2.3. Partes de capital em empreendimentos conjuntos								
1.2.4. Partes de capital em outras empresas participadas e participantes								
Subtotal								
1.2.5. Títulos de dívida de filiais								
1.2.6. Títulos de dívida de associadas								
1.2.7. Títulos de dívida de empreendimentos conjuntos								
1.2.8. Títulos de dívida de outras empresas participadas e participantes								
Subtotal								
1.2.9. Outros títulos em filiais								
1.2.10. Outros títulos em associadas								
1.2.11. Outros títulos em empreendimentos conjuntos								
1.2.12. Outros títulos de outras empresas participadas e participantes								
Subtotal								
Subtotal 1.2.								
Total 1.								

* Inclui o valor dos juros decorridos.

(Continua)

(Continuação)

Euros

Código	Designação	Quantidade	Montante do valor nominal	% do valor nominal	Preço médio de aquisição	Valor total de aquisição	Valor de balanço	
							Unitário*	Total
2. Outros								
2.1. Títulos nacionais								
2.1.1. Instrumentos de capital e unidades de participação								
2.1.1.1. Ações								
Subtotal								
2.1.1.2. Títulos de participação								
Subtotal								
2.1.1.3. Unidades de participação em fundos de investimento								
Subtotal								
2.1.1.4. Outros								
Subtotal								
Subtotal 2.1.1.								
2.1.2. Títulos de dívida								
2.1.2.1. De dívida pública								
PTOTEL0E0010	REPÚBLICA DE PORTUGAL 4,35 10/2017	3.000.000	3.000.000,00			2.966.610,00		3.309.034,16
PTOTEMOE0027	REPÚBLICA DE PORTUGAL 4,75 6/2019	500.000	500.000,00			500.080,00		584.175,96
PTOTEYOE0007	REPÚBLICA DE PORTUGAL 3,85 4/2021	1.475.000	1.475.000,00			1.213.175,75		1.679.976,28
PTOTEQOE0015	REPÚBLICA DE PORTUGAL 5,65 2/2024	420.000	420.000,00			514.747,80		541.627,16
Subtotal		5.395.000	5.395.000,00			5.194.613,55		6.114.813,56
2.1.2.2. De outros emissores públicos								
Subtotal								
2.1.2.3. De outros emissores								
PTCGF11E0000	CAIXA GERAL DE DEPÓSITOS LISBO 3,875 12/2016	3.000.000	3.000.000,00			2.864.144,39		3.210.612,16
Subtotal		3.000.000	3.000.000,00			2.864.144		3.210.612
Subtotal 2.1.2.		8.395.000	8.395.000,00			8.058.757,94		9.325.425,72
Subtotal 2.1.		8.395.000	8.395.000,00			8.058.757,94		9.325.425,72
2.2. Títulos estrangeiros								
2.2.1. Instrumentos de capital e unidades de participação								
2.2.1.1. Ações								
DE0005557508	DEUTSCHE TELEKOM AG	17.566			10,09	177.169,74	13,25	232.749,50
DE0007164600	SAP SE	4.263			56,79	242.074,87	58,26	248.362,38
DE0007236101	SIEMENS AG	3.218			71,45	229.920,21	93,75	301.687,50
DE0008404005	ALLIANZ SE	428			113,23	48.460,73	137,35	58.785,80
DE0008430026	MUENCHENER RUECKVER	1.878			128,87	242.022,76	165,75	311.278,50
DE000BAY0017	BAYER A.G.	1.528			55,84	85.327,79	113,00	172.664,00
DE000ENAG999	E.ON SE	11.470			13,64	156.418,54	14,20	162.816,65
ES0111845014	ABERTIS INFRAESTRUCTURAS S.A.	18.924			11,66	220.672,36	16,43	310.921,32
ES0113211835	BANCO BILBAO VIZCAYA ARGENTARI	89.094			7,32	652.239,43	7,85	699.744,27
ES0113679137	BANKINTER	13.834			2,76	38.222,79	6,70	92.701,63
ES0113900J37	BANCO SANTANDER S.A.	166.536			5,23	871.413,35	7,00	1.165.085,85
ES0116870314	GAS NATURAL SDG S.A.	6.739			12,33	83.119,00	20,81	140.238,59
ES0130960018	ENAGAS	8.597			14,40	123.835,39	26,18	225.112,44
ES0144580Y14	IBERDROLA S.A.	153.447			4,15	636.253,06	5,60	858.842,85
ES0167050915	ACS ACTIVIDADES DE CONST. Y SE	13.315			19,40	258.354,74	28,97	385.735,55
ES0173093115	RED ELECTRICA DE ESPAÑA S.A.	1.265			52,76	66.743,76	73,21	92.610,65
ES0173516115	REPSOL YPF, S.A.	49.712			15,72	781.528,73	15,55	772.773,04
ES0178430E18	TELEFONICA, S.A.	139.161			12,05	1.676.890,63	11,92	1.658.799,12
ES0613211996	BANCO BILBAO VIZCAYA ARGENTARI	89.094			0,08	7.127,52	0,08	7.038,42
ES0673516953	REPSOL YPF, S.A.	49.712			0,47	23.464,06	0,46	22.718,38

* Inclui o valor dos juros decorridos.

(Continua)

(Continuação)

Euros

Código	Designação	Quantidade	Montante do valor nominal	% do valor nominal	Preço médio de aquisição	Valor total de aquisição	Valor de balanço	
							Unitário*	Total
FR000120172	CARREFOUR S.A.	11.793			24,26	286.120,76	25,30	298.362,90
FR000120271	TOTAL S.A.	18.006			39,54	711.911,22	42,52	765.615,12
FR000120578	SANOFI-AVENTIS	2.505			50,63	126.840,66	75,66	189.528,30
FR000120644	GROUPE DANONE	4.378			50,94	223.023,06	54,45	238.382,10
FR000125486	VINCI S.A.	4.207			44,18	185.881,69	45,51	191.460,57
FR000127771	VIVENDI S.A.	17.775			16,06	285.513,15	20,69	367.764,75
FR000131104	BNP PARIBAS S.A. – PARIS	9.762			40,88	399.111,02	49,26	480.876,12
FR000133308	ORANGE S.A.	18.178			8,80	159.941,22	14,15	257.218,70
FR0010208488	GAZ DE FRANCE	25.864			17,96	464.451,98	19,43	502.537,52
IT0003128367	ENEL-SOCIETA PER AZIONI	40.346			3,49	140.850,40	3,70	149.118,81
IT0003132476	ENI SPA	22.115			16,97	375.359,48	14,51	320.888,65
NL0000009355	UNILEVER PLC	13.044			30,35	395.860,98	32,64	425.756,16
CH0012005267	NOVARTIS AG-REG	4.253			46,03	195.760,41	76,79	326.588,04
CH0012032048	ROCHE HOLDINGS AG	1.188			141,20	167.749,05	224,42	266.616,67
CH0038863350	NESTLE S.A. REGISTERED	3.456			47,23	163.224,92	60,66	209.636,55
GB0005405286	HSBC HOLDINGS PLC	5.666			8,62	48.825,12	7,81	44.276,87
GB0009252882	GLAXOSMITHKLINE PLC	7.240			17,78	128.727,76	17,67	127.916,15
GB00BH4HKS39	VODAFONE GROUP	31.118			1,62	50.405,25	2,86	88.961,62
	Subtotal	1.080.675			1.214,80	11.130.817,59	1.604,34	13.172.172,04
	2.2.1.2. Títulos de participação							
	Subtotal							
	2.2.1.3. Unidades de participação em fundos de investimento							
ES0138298031	FONDMAPFRE BOLSA ASIA FI.	12.173			6,16	75.000,00	7,13	86.820,05
ES0138658036	FONDMAPFRE BOLSA AMERICA FI	15.179			6,00	91.000,00	9,44	143.336,60
ES0138901030	FONDMAPFRE BOLSA FI.	20.601			24,06	495.764,15	28,42	585.501,15
LU0043136406	CAPITAL INVESTMENT FUND	3.078			211,15	650.000,00	293,45	903.350,69
	Subtotal	51.031			247	1.311.764	338	1.719.008
	2.2.1.4. Outros							
	Subtotal							
	Subtotal 2.2.1	1.131.706			1.462,17	12.442.581,74	1.942,79	14.891.180,53
	2.2.2. Títulos de dívida							
	2.2.2.1. De dívida pública							
ES00000120N0	TESORO PUBLICO 4,9 7/2040	3.100.000	3.100.000,00			2.401.310,84		4.353.895,08
ES00000121S7	TESORO PUBLICO 4,7 7/2041	21.600.000	21.600.000,00			18.846.766,50		29.434.519,45
ES00000123B9	TESORO PUBLICO 5,5 4/2021	1.830.000	1.830.000,00			2.185.405,61		2.396.614,52
ES00000123J2	TESORO PUBLICO 4,25 10/2016	1.500.000	1.500.000,00			1.523.130,00		1.616.673,62
ES00000123X3	TESORO PUBLICO 4,4 10/2023	800.000	800.000,00			815.593,98		1.002.005,96
ES00000124H4	TESORO PUBLICO 5,15 10/2044	1.500.000	1.500.000,00			2.080.065,00		2.164.642,82
ES00000123U9	TESORO PUBLICO 5,4 1/2023	7.501.000	7.501.000,00			7.587.786,42		10.200.274,03
ES0000012965	TESORO PUBLICO 100 1/2032	5.418.000	5.418.000,00			1.387.008,00		3.431.053,81
IE00B60Z6194	GOBIERNO DE IRLANDA 5 10/2020	1.500.000	1.500.000,00			1.490.010,00		1.894.661,33
ES00000121G2	TESORO PUBLICO 4,8 1/2024	900.000	900.000,00			1.132.947,00		1.192.567,82
ES00000124C5	TESORO PUBLICO 5,15 10/2028	5.000.000	5.000.000,00			6.285.235,00		6.759.253,99
ES00000126B2	TESORO PUBLICO 2,75 10/2024	9.950.000	9.950.000,00			10.601.980,00		11.027.386,66
ES00000126V0	TESORO PUBLICO 0,5 10/2017	3.380.000	3.380.000,00			3.366.851,80		3.378.506,80
	Subtotal	63.979.000	63.979.000,00			59.704.090		78.852.056
	2.2.2.2. De outros emissores públicos							
XS0599993622	INSTITUTO DE CREDITO OFICIAL 6 3/2021	270.000	270.000,00			269.103,60		361.857,17
XS0613543957	INSTITUTO DE CREDITO OFICIAL 5 7/2016	1.600.000	1.600.000,00			1.599.381,18		1.747.373,75
ES0378641023	FONDO TIT DEL DEFICIT DEL SEC. 5,9 3/2021	1.500.000	1.500.000,00			1.467.000,00		1.996.786,90

* Inclui o valor dos juros decorridos.

(Continua)

(Continuação)

Euros

Código	Designação	Quantidade	Montante do valor nominal	% do valor nominal	Preço médio de aquisição	Valor total de aquisição	Valor de balanço	
							Unitário*	Total
EU000A1U98Z1	EURO STABILITY MECHANISM 1,25 10/2018	1.400.000	1.400.000,00			1.398.138,00		1.466.240,40
XS0883537143	INSTITUTO DE CREDITO OFICIAL 4,75 4/2020	2.480.000	2.480.000,00			2.465.417,60		3.040.969,48
XS0900792473	INSTITUTO DE CREDITO OFICIAL 4 4/2018	2.050.000	2.050.000,00			2.041.923,00		2.323.499,83
	Subtotal	9.300.000	9.300.000,00			9.240.963,38		10.936.727,53
	2.2.2.3. De outros emissores							
ES0458759034	UNICAJA BANCO, S.A. 5,5 3/2016	550.000	550.000,00			549.789,06		607.434,34
XS0733696495	REPSOL INTL. FINANCE 4,875 2/2019	100.000	100.000,00			107.090,00		119.656,26
XS1002977103	BANK OF AMERICA CORP. 1,875 1/2019	1.520.000	1.520.000,00			1.521.912,40		1.622.910,49
DE000A1R1BC6	DEUTSCHE BORSE AG (BOLSA FRANK 1,125 3/2018	250.000	250.000,00			248.452,50		258.790,29
ES0340609199	CAIXABANK S.A. 3,125 5/2018	900.000	900.000,00			861.660,00		990.633,39
ES0413211782	BANCO BILBAO VIZCAYA ARGENTARI 3,5 12/2017	500.000	500.000,00			500.250,00		548.127,40
ES0413440308	BANCO SANTANDER S.A. 4,75 1/2017	1.600.000	1.600.000,00			1.593.372,71		1.819.854,17
ES0413679178	BANKINTER 4,125 3/2017	1.200.000	1.200.000,00			1.198.800,00		1.338.909,15
ES0413790314	BANCO POPULAR ESPAÑOL S.A. 3,5 9/2017	1.500.000	1.500.000,00			1.497.240,00		1.636.546,02
ES0414954182	IBERCAJA BANCO S.A.U. 5,31 3/2016	700.000	700.000,00			700.350,00		775.960,59
ES0414970212	CAIXABANK S.A. 3,25 10/2015	1.300.000	1.300.000,00			1.288.820,00		1.340.114,25
XS0356705219	ROYAL BANK OF SCOTLAND PLC – L 6,934 4/2018	700.000	700.000,00			718.710,00		844.114,98
XS0365796092	SOCIETE GENERALE LUXEMBURGO 6,3 6/2023	600.000	600.000,00			654.300,00		816.988,62
XS0370846973	COMMERZBANK A.G. 6,5 6/2018	550.000	550.000,00			550.275,00		628.352,14
XS0371067801	DRESDNER BANK A.G. FRANKFURT 6,8 6/2018	300.000	300.000,00			298.950,00		346.181,33
XS0409749206	ELECTRICITE DE FRANCE 6,25 1/2021	100.000	100.000,00			126.900,00		138.355,88
XS0460658676	ROYAL BANK OF SCOTLAND PLC – L 1 12/2023	650.000	650.000,00			414.700,00		604.683,98
XS0531922465	MORGAN STANLEY 5,375 8/2020	1.550.000	1.550.000,00			1.701.528,00		1.947.568,09
XS0741137029	ENI SPA 4,25 2/2020	500.000	500.000,00			507.250,00		604.433,18
XS0751166835	DANSKE BANK A/S 3,875 2/2017	840.000	840.000,00			886.354,70		932.666,07
XS0826634874	RABOBANK NEDERLAND 4,125 9/2022	250.000	250.000,00			248.880,00		292.671,98
XS0954928783	BANQUE FEDERATIVE DU CREDIT MU 2,625 2/2021	300.000	300.000,00			299.685,00		340.710,07
DE000DB7XHM0	DEUTSCHE BANK AG FRANKFURT 0,632 4/2019	3.000.000	3.000.000,00			3.009.000,00		3.010.220,96
XS0828735893	SANTANDER INTERNATIONAL DEBT S 4,625 3/2016	1.500.000	1.500.000,00			1.600.115,24		1.630.064,24
XS1069282827	BNP PARIBAS S.A. – PARIS 0,631 5/2019	2.500.000	2.500.000,00			2.521.250,00		2.523.199,48
XS1109333986	LLOYDS BANK PLC 0,532 9/2019	1.000.000	1.000.000,00			999.000,00		1.000.550,50
XS1130526780	AUSTRALIA & N.ZEALAND BANKING 0,485 10/2019	2.500.000	2.500.000,00			2.499.750,00		2.500.945,16
XS1139303736	DANSKE BANK A/S 0,43 11/2018	320.000	320.000,00			319.744,00		319.747,81
XS1147600305	GLAXOSMITHKLINE CAP PLC 0,625 12/2019	2.000.000	2.000.000,00			1.991.020,00		2.016.756,59
	Subtotal	29.280.000	29.280.000,00			29.415.148,61		31.557.147,41
	Subtotal 2.2.2.	102.559.000	102.559.000,00			98.360.202,14		121.345.930,83
	Subtotal 2.2.	103.690.706	102.559.000,00			1.462,17	110.802.783,88	136.237.111,36
	2.3. Derivados de negociação							
	Subtotal 2.3.							
	2.4 Derivados de cobertura							
	Subtotal 2.4.							
	Total 2.	112.085.706	110.954.000,00			1.462,17	118.861.541,82	145.562.537,08
	Total geral	112.085.706	110.954.000,00			1.462,17	118.861.541,82	145.562.537,08

* Inclui o valor dos juros decorridos.

INVENTÁRIO DE PARTICIPAÇÕES E INSTRUMENTOS FINANCEIROS 2013

ANEXO 1.2.

Euros

Código	Designação	Quantidade	Montante do valor nominal	% do valor nominal	Preço médio de aquisição	Valor total de aquisição	Valor de balanço	
							Unitário*	Total
	1. Filiais, associadas, empreendimentos conjuntos e outras empresas participadas e participantes							
	1.1. Títulos nacionais							
	1.1.1. Partes de capital em filiais							
	1.1.2. Partes de capital em associadas							
	1.1.3. Partes de capital em empreendimentos conjuntos							
	1.1.4. Partes de capital em outras empresas participadas e participantes							
	Subtotal							
	1.1.5. Títulos de dívida de filiais							
	1.1.6. Títulos de dívida de associadas							
	1.1.7. Títulos de dívida de empreendimentos conjuntos							
	1.1.8. Títulos de dívida de outras empresas participadas e participantes							
	Subtotal							
	1.1.9. Outros títulos em filiais							
	1.1.10. Outros títulos em associadas							
	1.1.11. Outros títulos em empreendimentos conjuntos							
	1.1.12. Outros títulos de outras empresas participadas e participantes							
	Subtotal							
	Subtotal 1.1.							
	1.2. Títulos estrangeiros							
	1.2.1. Partes de capital em filiais							
	1.2.2. Partes de capital em associadas							
	1.2.3. Partes de capital em empreendimentos conjuntos							
	1.2.4. Partes de capital em outras empresas participadas e participantes							
	Subtotal							
	1.2.5. Títulos de dívida de filiais							
	1.2.6. Títulos de dívida de associadas							
	1.2.7. Títulos de dívida de empreendimentos conjuntos							
	1.2.8. Títulos de dívida de outras empresas participadas e participantes							
	Subtotal							
	1.2.9. Outros títulos em filiais							
	1.2.10. Outros títulos em associadas							
	1.2.11. Outros títulos em empreendimentos conjuntos							
	1.2.12. Outros títulos de outras empresas participadas e participantes							
	Subtotal							
	Subtotal 1.2.							
	Total 1.							
	2. Outros							
	2.1. Títulos nacionais							

* Inclui o valor dos juros decorridos.

(Continua)

(Continuação)

Euros

Código	Designação	Quantidade	Montante do valor nominal	% do valor nominal	Preço médio de aquisição	Valor total de aquisição	Valor de balanço	
							Unitário*	Total
	2.1.1. Instrumentos de capital e unidades de participação							
	2.1.1.1. Ações							
	Subtotal							
	2.1.1.2. Títulos de participação							
	Subtotal							
	2.1.1.3. Unidades de participação em fundos de investimento							
	Subtotal							
	2.1.1.4. Outros							
	Subtotal							
	Subtotal 2.1.1.							
	2.1.2. Títulos de dívida							
	2.1.2.1. De dívida pública							
PTOTEL0E0010	REPÚBLICA DE PORTUGAL 4,35 10/2017	3.000.000	3.000.000,00			2.966.610,00		2.994.180,25
PTOTEM0E0027	REPÚBLICA DE PORTUGAL 4,75 6/2019	500.000	500.000,00			440.126,02		470.742,66
PTOTEY0E0007	REPÚBLICA DE PORTUGAL 3,85 4/2021	1.475.000	1.475.000,00			1.173.865,79		1.282.524,33
	Subtotal	4.975.000	4.975.000,00			4.580.601,81		4.747.447,24
	2.1.2.2. De outros emissores públicos							
	Subtotal							
	2.1.2.3. De outros emissores							
PTCGF11E0000	CAIXA GERAL DE DEPÓSITOS LISBO 3,875 12/2016	2.800.000	2.800.000,00			2.864.144,39		3.127.505,11
	Subtotal	2.800.000	2.800.000,00			2.864.144		3.127.505
	Subtotal 2.1.2.	7.775.000	7.775.000,00			7.444.746,20		7.874.952,35
	Subtotal 2.1.	7.775.000	7.775.000,00			7.444.746,20		7.874.952,35
	2.2. Títulos estrangeiros							
	2.2.1. Instrumentos de capital e unidades de participação							
	2.2.1.1. Ações							
CH0012005267	NOVARTIS AG-REG	3.408			38,99	132.892,18	58,02	197.719,86
CH0012032048	ROCHE HOLDINGS AG	1.365			123,21	168.178,57	203,06	277.173,31
CH0038863350	NESTLE S.A. REGISTERED	2.460			43,48	106.949,43	53,21	130.893,77
GB0005405286	HSBC HOLDINGS PLC	5.666			8,62	48.825,12	7,95	45.064,58
GB0031348658	BARCLAYS BANK PLC LONDON	13.871			3,49	48.436,65	3,27	45.293,44
GB00B16GWD56	VODAFONE GROUP	57.050			2,12	120.753,01	2,85	162.346,33
DE0005557508	DEUTSCHE TELEKOM AG	16.129			9,55	153.982,42	12,43	200.483,47
DE0007037129	RWE AG	5.694			29,62	168.640,11	26,61	151.488,87
DE0007236101	SIEMENS AG	2.462			65,83	162.084,94	99,29	244.451,98
DE0008404005	ALLIANZ SE	428			113,23	48.460,73	130,35	55.789,80
DE0008430026	MUENCHENER RUECKVER	1.006			104,79	105.421,64	160,15	161.110,90
DE000BAY0017	BAYER A.G.	1.528			55,84	85.327,79	101,95	155.779,60
DE000ENAG999	E.ON SE	15.131			13,64	206.344,27	13,41	202.982,36
ES0111845014	ABERTIS INFRAESTRUCTURAS S.A.	21.551			12,24	263.873,49	16,15	348.048,65
ES0113211835	BANCO BILBAO VIZCAYA ARGENTARI	72.695			7,23	525.573,29	8,95	650.474,86
ES0113679I37	BANKINTER	43.589			2,76	120.434,65	4,99	217.378,34
ES0113900J37	BANCO SANTANDER S.A.	160.200			5,65	904.471,81	6,51	1.042.261,20
ES0116870314	GAS NATURAL SDG S.A.	10.417			12,33	128.483,53	18,69	194.745,81
ES0130960018	ENAGAS	17.129			14,40	246.734,48	18,99	325.365,35
ES0144580Y14	IBERDROLA S.A.	153.383			4,30	660.240,92	4,63	710.930,20
ES0167050915	ACS ACTIVIDADES DE CONST. Y SE	12.837			20,13	258.381,49	25,02	321.181,74
ES0173516115	REPSOL YPF, S.A.	33.995			15,89	540.088,82	18,32	622.788,40
ES0178430E18	TELEFONICA, S.A.	115.710			12,20	1.411.855,87	11,84	1.369.427,85

* Inclui o valor dos juros decorridos.

(Continua)

(Continuação)

Euros

Código	Designação	Quantidade	Montante do valor nominal	% do valor nominal	Preço médio de aquisição	Valor total de aquisição	Valor de balanço	
							Unitário*	Total
ES0673516938	REPSOL YPF, S.A.	33.995			0,49	16.589,56	0,50	16.861,52
FR0000120172	CARREFOUR S.A.	2.145			22,65	48.587,57	28,81	61.797,45
FR0000120271	TOTAL S.A.	18.006			39,54	711.911,22	44,53	801.807,18
FR0000120578	SANOVI-AVENTIS	2.505			50,63	126.840,66	77,12	193.185,60
FR0000120644	GROUPE DANONE	2.385			49,54	118.157,76	52,32	124.783,20
FR0000127771	VIVENDI S.A.	23.690			17,06	404.213,57	19,16	453.781,95
FR0000131104	BNP PARIBAS PARIS	9.762			40,88	399.111,02	56,65	553.017,30
FR0000133308	ORANGE S.A.	18.178			8,80	159.941,22	9,00	163.602,00
FR0010208488	GAZ DE FRANCE	20.326			17,52	356.148,71	17,10	347.472,97
IT0003128367	ENEL-SOCIETA PER AZIONI	17.699			2,96	52.360,87	3,17	56.176,62
IT0003132476	ENI SPA	16.786			16,62	278.960,57	17,49	293.587,14
NL0000009355	UNILEVER PLC	11.184			30,35	339.404,54	29,28	327.411,60
Subtotal		944.365			1.016,59	9.628.662,48	1.361,74	11.226.665,20
2.2.1.2. Títulos de participação								
Subtotal								
2.2.1.3. Unidades de participação em fundos de investimento								
ES0138298031	FONDMAPFRE BOLSA ASIA FI.	12.173			6,16	75.000,00	6,67	81.229,21
ES0138658036	FONDMAPFRE BOLSA AMERICA FI	15.179			6,00	91.000,00	7,69	116.783,51
ES0138901030	FONDMAPFRE BOLSA FI.	20.601			24,06	495.764,15	26,97	555.716,39
ES0138902038	FONDMAPFRE CORTO PLAZO FI.	1.342			1.510,18	2.026.048,24	1.510,49	2.026.460,83
LU0043136406	CAPITAL INVESTMENT FUND	3.078			211,15	650.000,00	254,27	782.739,75
Subtotal		52.373			1.758	3.337.812	1.806	3.562.930
2.2.1.4. Outros								
Subtotal								
Subtotal 2.2.1.		996.738			2.774,14	12.966.474,87	3.167,85	14.789.594,89
2.2.2. Títulos de dívida								
2.2.2.1. De dívida pública								
ES00000120N0	TESORO PUBLICO 4,9 7/2040	3.100.000	3.100.000,00			2.395.541,25		3.158.573,69
ES00000121S7	TESORO PUBLICO 4,7 7/2041	21.150.000	21.150.000,00			18.282.412,50		20.867.803,94
ES00000123B9	TESORO PUBLICO 5,5 4/2021	3.330.000	3.330.000,00			3.706.513,11		3.848.679,00
ES00000123C7	TESORO PUBLICO 5,9 7/2026	1.975.000	1.975.000,00			1.954.728,83		2.305.983,64
ES00000123J2	TESORO PUBLICO 4,25 10/2016	1.500.000	1.500.000,00			1.523.130,00		1.605.957,77
ES00000123K0	TESORO PUBLICO 5,85 1/2022	5.230.000	5.230.000,00			5.628.750,37		6.232.014,70
ES00000123Q7	TESORO PUBLICO 4,5 1/2018	7.490.000	7.490.000,00			7.711.037,58		8.381.246,93
ES00000123U9	TESORO PUBLICO 5,4 1/2023	8.351.000	8.351.000,00			8.485.571,15		9.609.450,86
ES00000123X3	TESORO PUBLICO 4,4 10/2023	800.000	800.000,00			816.720,00		823.261,90
ES00000124B7	TESORO PUBLICO 3,75 10/2018	1.710.000	1.710.000,00			1.761.370,50		1.801.275,30
ES00000124H4	TESORO PUBLICO 5,15 10/2044	525.000	525.000,00			523.262,31		541.106,94
ES0000012965	TESORO PUBLICO 100 1/2032	5.418.000	5.418.000,00			1.387.008,00		2.203.570,55
IE0034074488	GOBIERNO DE IRLANDA 4,5 4/2020	5.200.000	5.200.000,00			5.540.154,00		5.858.409,68
IE00B60Z6194	GOBIERNO DE IRLANDA 5 10/2020	1.500.000	1.500.000,00			1.490.010,00		1.702.905,44
Subtotal		67.279.000	67.279.000,00			61.206.210		68.940.240
2.2.2.2. De outros emissores públicos								
Subtotal								
2.2.2.3. De outros emissores								
DE000A1R1BC6	DEUTSCHE BORSE AG (BOLSA FRANK 1,125 3/2018	250.000	250.000,00			248.452,50		251.996,07
ES0302761004	FONDO DE REESTRUCTURACION ORDE 3 11/2014	500.000	500.000,00			494.432,50		509.897,35
ES0314400187	BANCO SABADELL 3 11/2014	1.000.000	1.000.000,00			996.070,00		1.018.430,11
ES0314840184	CATALUNYA BANC S.A. 3 10/2014	850.000	850.000,00			845.886,00		866.289,71

* Inclui o valor dos juros decorridos.

(Continua)

(Continuação)

Euros

Código	Designação	Quantidade	Montante do valor nominal	% do valor nominal	Preço médio de aquisição	Valor total de aquisição	Valor de balanço	
							Unitário*	Total
ES0340609199	CAIXABANK S.A. 3,125 5/2018	900.000	900.000,00			861.660,00		942.397,86
ES0378641023	FONDO TIT DEL DEFICIT DEL SEC. 5,9 3/2021	1.500.000	1.500.000,00			1.467.000,00		1.764.020,91
ES0413211782	BANCO BILBAO VIZCAYA ARGENTARI 3,5 12/2017	500.000	500.000,00			500.250,00		536.836,84
ES0413440308	BANCO SANTANDER S.A. 4,75 1/2017	1.600.000	1.600.000,00			1.593.372,71		1.831.129,43
ES0413679178	BANKINTER 4,125 3/2017	1.200.000	1.200.000,00			1.198.800,00		1.332.466,78
ES0413770001	BANCO POPULAR ESPAÑOL S.A. 3,75 3/2015	500.000	500.000,00			469.650,00		528.161,52
ES0413790314	BANCO POPULAR ESPAÑOL S.A. 3,5 9/2017	1.500.000	1.500.000,00			1.497.240,00		1.575.312,70
ES0413860281	BANCO SABADELL 3,625 2/2015	1.100.000	1.100.000,00			1.098.086,00		1.165.299,97
ES0413900285	BANCO SANTANDER S.A. 3,25 2/2015	200.000	200.000,00			199.948,00		210.812,71
ES0414950784	BANKIA S.A. 3,5 11/2014	1.500.000	1.500.000,00			1.529.400,00		1.536.306,04
ES0414954182	IBERCAJA BANCO S.A.U. 5,31 3/2016	700.000	700.000,00			700.350,00		755.847,21
ES0414970212	CAIXABANK S.A. 3,25 10/2015	1.300.000	1.300.000,00			1.288.820,00		1.357.370,37
ES0415309006	KUTXABANK 4,375 11/2014	180.000	180.000,00			891.777,30		1.140.020,40
ES0458759034	UNICAJA BANCO, S.A. 5,5 3/2016	550.000	550.000,00			549.789,06		615.752,64
ES0464872060	UNICAJA BANCO, S.A. 3,125 10/2014	500.000	500.000,00			498.135,00		509.840,19
EU000A1U98Z1	EURO STABILITY MECHANISM 1,25 10/2018	1.400.000	1.400.000,00			1.398.138,00		1.409.495,64
XS0356705219	ROYAL BANK OF SCOTLAND PLC – L 6,934 4/2018	700.000	700.000,00			718.710,00		833.050,82
XS0365796092	SOCIETE GENERALE LUXEMBURGO 6,3 6/2023	600.000	600.000,00			654.300,00		695.102,19
XS0370846973	COMMERZBANK A.G. 6,5 6/2018	550.000	550.000,00			550.275,00		589.071,93
XS0371067801	DRESDNER BANK A.G. FRANKFURT 6,8 6/2018	300.000	300.000,00			298.950,00		324.031,41
XS0409749206	ELECTRICITE DE FRANCE 6,25 1/2021	100.000	100.000,00			126.900,00		131.197,13
XS0412154378	BASF FINANCE EUROPE N.V. 5,125 6/2015	900.000	900.000,00			985.680,00		985.403,12
XS0460658676	ROYAL BANK OF SCOTLAND PLC – L 4,5 12/2023	650.000	650.000,00			414.700,00		480.661,68
XS0531922465	MORGAN STANLEY 5,375 8/2020	1.550.000	1.550.000,00			1.701.528,00		1.845.333,87
XS0599993622	INSTITUTO DE CREDITO OFICIAL 6 3/2021	270.000	270.000,00			269.103,60		320.871,52
XS0613543957	INSTITUTO DE CREDITO OFICIAL 5 7/2016	1.600.000	1.600.000,00			1.599.381,18		1.755.652,27
XS0733696495	REPSOL INTL. FINANCE 4,875 2/2019	100.000	100.000,00			107.090,00		115.860,02
XS0741137029	ENI SPA 4,25 2/2020	500.000	500.000,00			507.250,00		572.996,73
XS0751166835	DANSKE BANK A/S 3,875 2/2017	290.000	290.000,00			289.588,20		323.142,41
XS0826634874	RABOBANK NEDERLAND 4,125 9/2022	250.000	250.000,00			248.880,00		261.994,71
XS0883537143	INSTITUTO DE CREDITO OFICIAL 4,75 4/2020	2.480.000	2.480.000,00			2.465.417,60		2.750.396,02
XS0900792473	INSTITUTO DE CREDITO OFICIAL 4 4/2018	2.050.000	2.050.000,00			2.041.923,00		2.232.735,08
XS0907289978	TELEFONICA EMISIONES SAU 3,961 3/2021	1.400.000	1.400.000,00			1.401.200,00		1.526.401,92
XS0954928783	BANQUE FEDERATIVE DU CREDIT MU 2,625 2/2021	300.000	300.000,00			299.685,00		306.727,61
XS1002977103	BANK OF AMERICA CORP. 1,875 1/2019	920.000	920.000,00			915.510,40		915.305,95
	Subtotal	33.240.000	33.240.000,00			33.923.329,05		36.823.620,84
	Subtotal 2.2.2.	100.519.000	100.519.000,00			95.129.538,65		105.763.861,18
	Subtotal 2.2.	101.515.738	100.519.000,00		2.774,14	108.096.013,52		120.553.456,07
	2.3. Derivados de negociação							
	Subtotal 2.3.							
	2.4. Derivados de cobertura							
	Subtotal 2.4.							
	Total 2	109.290.738	108.294.000,00		2.774,14	115.540.759,72		128.428.408,42
	Total geral	109.290.738	108.294.000,00		2.774,14	115.540.759,72		128.428.408,42

* Inclui o valor dos juros decorridos.

DESENVOLVIMENTO DA PROVISÃO PARA SINISTROS RELATIVA A SINISTROS OCORRIDOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES E DOS SEUS REAJUSTAMENTOS (CORREÇÕES)

ANEXO 2.1.

31/12/2014

Euros

Ramos/Grupos de ramos	Provisão para sinistros em 31/12/2014 (1)	Custos com sinistros* montantes pagos no exercício (2)	Provisão para sinistros* em 31/12/2014 (3)	Reajustamentos (3)+(2)-(1)
Vida				
Não Vida				
Acidentes e Doença	33.544.981,01	8.430.111,25	29.203.501,06	4.088.631,30
Incêndio e Outros Danos	7.723.007,99	3.216.764,02	3.426.937,79	-1.079.306,18
Automóvel				
Responsabilidade Civil	34.018.609,01	10.328.102,06	22.424.884,90	-1.265.622,05
Outras Coberturas	4.380.096,57	2.725.062,80	2.051.643,06	396.609,29
Marítimo, Aéreo e Transportes	497.567,97	259.038,63	154.225,60	-84.303,74
Responsabilidade Civil Geral	5.703.258,55	219.990,23	4.431.535,39	-1.051.732,93
Crédito e Caução	7.181.444,98	674.215,03	5.286.568,78	-1.220.661,17
Proteção Jurídica	147.793,73	134.519,36	128.726,19	115.451,82
Assistência				0,00
Diversos	287.098,31	14.357,16	40.889,98	-231.851,17
Total Não Vida	93.483.858,12	26.002.160,54	67.148.912,75	-332.784,83
Total geral	93.483.858,12	26.002.160,54	67.148.912,75	-332.784,83

* Sinistros ocorridos no ano 2013 e anteriores.

ANEXO 2.2.

31/12/2013

Euros

Ramos/Grupos de ramos	Provisão para sinistros em 31/12/2013 (1)	Custos com sinistros* montantes pagos no exercício (2)	Provisão para sinistros* em 31/12/2013 (3)	Reajustamentos (3)+(2)-(1)
Vida				
Não Vida				
Acidentes e Doença	32.155.304,25	8.465.782,86	26.353.431,79	2.663.910,40
Incêndio e Outros Danos	6.200.713,37	8.110.334,98	3.887.848,97	5.797.470,58
Automóvel				
Responsabilidade Civil	37.146.888,67	9.901.592,04	23.091.027,42	-4.154.269,21
Outras Coberturas	4.975.535,72	3.093.294,07	955.290,19	-926.951,46
Marítimo, Aéreo e Transportes	268.272,65	62.012,58	130.884,56	-75.375,51
Responsabilidade Civil Geral	6.452.146,96	822.882,26	4.887.574,39	-741.690,31
Crédito e Caução	7.491.672,32	991.730,16	6.530.867,17	30.925,01
Proteção Jurídica	113.340,81	132.921,37	93.582,37	113.162,93
Assistência				0,00
Diversos	254.416,59	795,75	141.603,06	-112.017,78
Total Não Vida	95.058.291,34	31.581.346,07	66.072.109,92	2.595.164,65
Total geral	95.058.291,34	31.581.346,07	66.072.109,92	2.595.164,65

* Sinistros ocorridos no ano 2012 e anteriores.

DISCRIMINAÇÃO DOS CUSTOS COM SINISTROS

ANEXO 3.1.

31/12/2014

Euros

Ramos/Grupos de ramos	Montantes pagos – prestações (1)	Montantes pagos – custos de gestão de sinistros imputados (2)	Varição da provisão para sinistros (3)	Custos com sinistros (4)=(1)+(2)+(3)
Seguro Direto				
Acidentes e Doença	15.380.282,76	1.332.421,69	3.698.798,36	20.411.502,81
Incêndio e Outros Danos	10.225.067,50	643.738,62	-994.772,91	9.874.033,21
Automóvel	36.594.886,43	4.137.909,12	-54.256,84	40.678.538,71
Responsabilidade Civil	21.250.418,42	2.083.758,42	-1.387.411,76	21.946.765,08
Outras Coberturas	15.344.468,01	2.054.150,70	1.333.154,92	18.731.773,63
Marítimo, Aéreo e Transportes	472.582,01	36.807,10	36.343,59	545.732,70
Responsabilidade Civil Geral	583.030,35	187.986,33	931.969,44	1.702.986,12
Crédito e Caução	816.859,53	163.322,87	-844.348,19	135.834,21
Proteção Jurídica	62.496,16	331.674,62	78.534,38	472.705,16
Assistência				0,00
Diversos	11.270,61	19.879,01	659.365,15	690.514,77
Total	64.146.475,35	6.853.739,36	3.511.632,98	74.511.847,69
Resseguro Aceite				0,00
Total geral	64.146.475,35	6.853.739,36	3.511.632,98	74.511.847,69

ANEXO 3.2

31/12/2013

Euros

Ramos/Grupos de ramos	Montantes pagos – prestações (1)	Montantes pagos – custos de gestão de sinistros imputados (2)	Varição da provisão para sinistros (3)	Custos com sinistros (4)=(1)+(2)+(3)
Seguro Direto				
Acidentes e Doença	14.726.702,47	1.234.029,40	1.389.676,81	17.350.408,68
Incêndio e Outros Danos	14.105.097,23	658.480,10	1.522.466,23	16.286.043,56
Automóvel	35.384.770,70	3.771.837,50	-3.739.191,31	35.417.416,89
Responsabilidade Civil	20.109.625,59	1.927.275,35	-2.948.432,53	19.088.468,41
Outras Coberturas	15.275.145,11	1.844.562,15	-790.758,78	16.328.948,48
Marítimo, Aéreo e Transportes	317.411,12	39.786,08	229.295,28	586.492,48
Responsabilidade Civil Geral	1.011.363,14	91.678,62	-748.888,38	354.153,38
Crédito e Caução	992.635,76	206.016,93	-310.227,40	888.425,29
Proteção Jurídica	49.541,97	345.179,56	49.753,83	444.475,36
Assistência				0,00
Diversos	0,00	2.841,43	32.681,72	35.523,15
Total	66.587.522,39	6.349.849,62	-1.574.433,22	71.362.938,79
Resseguro Aceite				0,00
Total geral	66.587.522,39	6.349.849,62	-1.574.433,22	71.362.938,79

DISCRIMINAÇÃO DE ALGUNS VALORES POR RAMOS

ANEXO 4.1.

31/12/2014

Euros

Ramos/Grupos de ramos	Prémios brutos emitidos	Prémios brutos adquiridos	Custos com sinistros brutos *	Custos e gastos de exploração brutos *	Saldo de resseguro
Seguro Direto					
Acidentes e Doença	21.420.292,91	21.067.043,20	20.411.502,81	5.279.520,61	-624.197,61
Incêndio e Outros Danos	13.976.337,19	13.826.521,52	9.874.033,21	3.336.715,01	-1.701.689,95
Automóvel	49.596.368,64	48.959.504,36	40.678.538,71	14.187.557,95	-171.776,38
Responsabilidade Civil	29.367.317,13	29.195.929,03	21.946.765,08	7.601.319,77	-178.016,04
Outras Coberturas	20.229.051,51	19.763.575,33	18.731.773,63	6.586.238,18	6.239,66
Marítimo, Aéreo e Transportes	981.651,69	978.871,48	545.732,70	173.254,95	-137.690,66
Responsabilidade Civil Geral	3.494.065,98	3.324.461,87	1.702.986,12	923.918,33	-225.520,99
Crédito e Caução	1.697.563,52	1.784.277,76	135.834,21	481.471,28	-948.391,17
Proteção Jurídica	762.329,78	783.008,03	472.705,16	811.371,54	15,84
Assistência					
Diversos	122.361,43	127.058,45	690.514,77	55.666,90	757.656,87
Total	92.050.971,14	90.850.746,67	74.511.847,69	25.249.476,57	-3.051.594,05
Resseguro Aceite					
Total geral	92.050.971,14	90.850.746,67	74.511.847,69	25.249.476,57	-3.051.594,05

* Sem dedução da parte dos resseguradores.

ANEXO 4.2.

31/12/2013

Euros

Ramos/Grupos de ramos	Prémios brutos emitidos	Prémios brutos adquiridos	Custos com sinistros brutos *	Custos e gastos de exploração brutos *	Saldo de resseguro
Seguro Direto					
Acidentes e Doença	19.681.354,30	20.034.015,14	17.350.408,68	4.650.432,27	-626.977,66
Incêndio e Outros Danos	14.051.628,37	14.707.089,90	16.286.043,56	3.240.402,44	3.130.924,37
Automóvel	47.166.235,88	48.150.017,51	35.417.416,89	12.375.501,95	-453.372,12
Responsabilidade Civil	27.988.692,88	28.587.885,43	19.088.468,41	6.718.006,80	-306.169,22
Outras Coberturas	19.177.543,00	19.562.132,08	16.328.948,48	5.657.495,15	-147.202,90
Marítimo, Aéreo e Transportes	740.115,53	880.938,38	586.492,48	165.709,01	-197.294,23
Responsabilidade Civil Geral	1.939.307,74	1.899.248,75	354.153,38	379.102,98	-239.331,25
Crédito e Caução	1.859.420,44	1.894.768,22	888.425,29	534.640,04	-735.014,04
Proteção Jurídica	843.827,69	888.052,42	444.475,36	783.304,14	0,00
Assistência					
Diversos	135.517,76	185.521,57	35.523,15	18.612,53	-108.019,06
Total	86.417.407,71	88.639.651,89	71.362.938,79	22.147.705,36	770.916,01
Resseguro Aceite					
Total geral	86.417.407,71	88.639.651,89	71.362.938,79	22.147.705,36	770.916,01

* Sem dedução da parte dos resseguradores.

5

CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS E RELATÓRIO E PARECER DO CONSELHO FISCAL





Ernst & Young
Audit & Associados - SROC, S.A.
Avenida da República, 9C-6º
1600-206 Lisboa
Portugal

Tel: +351 217 912 000
Fax: +351 217 957 586
www.ey.com

Certificação Legal das Contas

Introdução

1. Examinámos as demonstrações financeiras anexas de Mapfre Seguros Gerais, S.A. ("Companhia"), as quais compreendem a Demonstração da Posição Financeira em 31 de Dezembro de 2014 (que evidencia um total de activo de 223.346.080,78 Euros e um total de capital próprio de 76.453.281,31 Euros, incluindo um resultado líquido negativo de 2.838.289,39 Euros), a Conta de Ganhos e Perdas, as Demonstrações do Rendimento Integral, de Variações nos Capitais Próprios e de Fluxos de Caixa do exercício findo naquela data, e as correspondentes Notas e Anexos.

Responsabilidades

2. É da responsabilidade do Conselho de Administração a preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira da Companhia, o resultado e o rendimento integral das suas operações, as variações no seu capital próprio e os seus fluxos de caixa, bem como a adopção de políticas e critérios contabilísticos adequados e a manutenção de um sistema de controlo interno apropriado.
3. A nossa responsabilidade consiste em expressar uma opinião profissional e independente, baseada no nosso exame daquelas demonstrações financeiras.

Âmbito

4. O exame a que procedemos foi efectuado de acordo com as Normas Técnicas e Directrizes de Revisão/Auditoria da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas, as quais exigem que o mesmo seja planeado e executado com o objectivo de obter um grau de segurança aceitável sobre se as demonstrações financeiras estão isentas de distorções materialmente relevantes. Para tanto o referido exame incluiu:
 - a verificação, numa base de amostragem, do suporte das quantias e divulgações constantes das demonstrações financeiras e a avaliação das estimativas, baseadas em juízos e critérios definidos pelo Conselho de Administração, utilizadas na sua preparação;



- a apreciação sobre se são adequadas as políticas contabilísticas adoptadas e a sua divulgação, tendo em conta as circunstâncias;
 - a verificação da aplicabilidade do princípio da continuidade; e
 - a apreciação sobre se é adequada, em termos globais, a apresentação das demonstrações financeiras.
5. O nosso exame abrangeu também a verificação da concordância da informação financeira constante do Relatório de Gestão com as demonstrações financeiras.
6. Entendemos que o exame efectuado proporciona uma base aceitável para a expressão da nossa opinião.

Opinião

7. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras referidas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspectos materialmente relevantes, a posição financeira de Mapfre Seguros Gerais, S.A., em 31 de Dezembro de 2014, o resultado e o rendimento integral das suas operações, as variações no seu capital próprio e os seus fluxos de caixa no exercício findo naquela data, em conformidade com os princípios contabilísticos geralmente aceites para o sector segurador em Portugal, estabelecidos pelo Plano de Contas aprovado pela Norma Regulamentar nº 4/2007 de 27 de Abril e respectivas alterações subsequentes.

Relato sobre outros requisitos legais

8. É também nossa opinião que a informação constante do Relatório de Gestão é concordante com as demonstrações financeiras do exercício.

Lisboa, 11 de Março de 2015

Ernst & Young Audit & Associados - SROC, S.A.
Sociedade de Revisores Oficiais de Contas (nº 178)
Representada por:

Ricardo Filipe de Frias Pinheiro (ROC nº 739)

RELATÓRIO E PARECER DO CONSELHO FISCAL

Senhores Acionistas,

1. Dando cumprimento ao disposto na alínea g) do Art.º 420.º do Código das Sociedades Comerciais, elaborou o Conselho Fiscal o presente relatório sobre a sua ação fiscalizadora durante o exercício de 2014, e presta igualmente parecer sobre o Relatório de Gestão, contas e propostas apresentados pela Administração da MAPFRE Seguros Gerais, S. A

2. O Conselho Fiscal manteve ao longo do ano um diálogo permanente com a Administração da Sociedade. Contudo, apenas em 2015, teve contacto com a Ernst & Young SROC, S.A., depois desta Sociedade de Revisores Oficiais de Contas ter efetuado os trabalhos de revisão e auditoria sobre as contas de 2014 da MAPFRE Seguros Gerais, S. A tendo emitido a Certificação Legal de Contas sem reservas e sem ênfases em 24 Março de 2015.

3. O Conselho Fiscal entende que a responsabilidade pela emissão de uma opinião sobre as contas da MAPFRE Seguros Gerais, S.A cabe à Ernst & Young SROC, S.A. ao emitir a Certificação Legal das Contas, documento essencial para que a ação fiscalizadora do Conselho Fiscal possa ser levada a cabo. Foram solicitados á EY e obtidos os documentos que o Conselho Fiscal considerou necessários.

4. Neste contexto, o Conselho Fiscal solicitou também à Administração todas as informações e documentos referentes à sociedade, nos diversos aspetos e áreas da sua atividade, tendo obtido todos os esclarecimentos que, em cada momento, entendeu necessários ou convenientes, não tendo experimentado quaisquer dificuldades ou constrangimentos nessa matéria.



5. Pelas razões expostas, o Conselho Fiscal está em condições de atestar que o Relatório de Gestão do Conselho de Administração descreve o que foi a atividade da MAPFRE Seguros Gerais, S.A. durante o exercício de 2014.

6. Pelo exposto, e em conformidade com o disposto no Artº 420º, nº 6 do Código das Sociedades Comerciais, cada um dos membros do Conselho Fiscal, signatários do presente documento, infra identificados, declara, sob sua responsabilidade própria e individual, que, tanto quanto é do seu conhecimento, o Relatório de Gestão, as contas anuais, a Certificação Legal de contas e demais documentos de prestação de contas exigidos por lei ou por regulamento, foram elaborados em conformidade com as normas contabilísticas aplicáveis, dando uma imagem verdadeira e apropriada do ativo e do passivo, da situação financeira e dos resultados da MAPFRE Seguros Gerais, S.A e que o Relatório de Gestão expõe fielmente a evolução dos negócios, o desempenho e a posição da MAPFRE Seguros Gerais, S.A.

7. Em conclusão, o Conselho Fiscal é de Parecer que a Assembleia Geral:

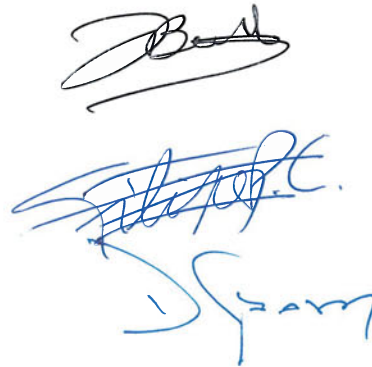
- a) Aprove o Relatório do Conselho de Administração relativo ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2014;
- b) Aprove as Contas relativas a esse exercício;
- c) Aprove a Proposta de Aplicação de Resultados feita no Relatório de Gestão do Conselho de Administração, a qual se encontra de acordo com as normas legais aplicáveis, como segue:
 - Que o resultado negativo apurado no exercício, no valor de 2.838.289,39 euros seja integralmente transferido para a conta de Reservas Livres, cujo saldo se manterá amplamente positivo.
- d) Tendo terminado o mandato da atual SROC, Ernst & Young, e atendendo a que a KPMG audita todas as companhias do Grupo MAPFRE quer em Espanha, quer no estrangeiro, o CF propõe, por indicação da Administração, que em seu lugar seja nomeada a KPMG – SROC para o mandato de 2015 a 2017, com sede no Edifício Monumental, Av. Praia da Vitória.71-A,11º, 1069-006 Lisboa, representada pelo Dr. Fernando Gustavo Duarte Antunes, sendo ROC suplente a Drª Ana Cristina Soares Valente Dourado , ROC nº 1011. Este Conselho Fiscal

entende, no entanto, fazer notar o facto da KPMG ter sido a sociedade responsável pela auditoria às contas do BES – Banco Espírito Santo e suas participadas, no período compreendido entre 2001 e 2014, data em que este grupo financeiro foi objeto de uma intervenção por parte do Fundo de Resolução, tendo sido nomeada, pela autoridade de supervisão, uma nova empresa para a auditoria às contas do Novo Banco. Contudo, como até à presente data, não foram apuradas quer judicialmente, quer por parte da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas ou pela Assembleia da República quaisquer responsabilidades da KPMG Portugal neste processo e porque a presente proposta se insere no âmbito da decisão tomada pela MAPFRE, S.A. de mudança de auditores para todo o grupo a nível mundial, decisão tomada em Maio de 2014, o Conselho Fiscal não vê objeções a que se promova a referida mudança de auditores já aprovada pela Junta General da MAPFRE celebrada no corrente mês de Março .

e) Nos termos do Art.º 455º do Código das Sociedades Comerciais, proceda à apreciação da administração e fiscalização da Sociedade.

Lisboa, 25 de Março de 2015”

O CONSELHO FISCAL



RELATÓRIO E CONTAS MAPFRE SEGUROS GERAIS, S.A. 2014

MAPFRE – Seguros Gerais, S.A.

Rua Castilho, 52

1250-071 Lisboa

Tel.: +351 213 819 700

Fax: +351 213 819 799

mapfre.pt